



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Vinicius Manduca

**O aborto em pauta: a atuação de movimentos pró-vida no
Brasil contemporâneo**

São Carlos – SP

2021

Vinicius Manduca

**O aborto em pauta: a atuação de movimentos pró-vida no
Brasil contemporâneo**

**Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal de São Carlos como parte
integrante dos requisitos para a obtenção
do título de doutor em Sociologia.**

Orientador: Prof. Dr. André Ricardo de Souza

São Carlos – SP

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Vinicius Manduca, realizada em 11/06/2021.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Andre Ricardo de Souza (UFSCar)

Profa. Dra. Maria das Dores Campos Machado (UFRJ)

Profa. Dra. Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

Profa. Dra. Samira Feldman Marzochi (UFSCar)

Profa. Dra. Svetlana Ruseishvili (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Agradecimentos

O trabalho acadêmico é muitas vezes solitário, mas nunca individual. Mesmo que um ou dois nomes apareçam como responsáveis pela produção de um texto ou uma pesquisa, é preciso entender que existem grandes estruturas pessoais e profissionais antes desses nomes, sem as quais não seria possível a realização de qualquer produção científica. Digo isso porque defendo essa tese em um momento que a academia é um constante alvo de ameaças de desmonte. Por isso, a produção de conhecimento nesse momento deve ser considerada pelo que realmente é: uma afronta ao obscurantismo. Falar de ciência é, por si só, um ato de resistência.

É impossível enumerar a quantidade de pessoas que envolvidas antes da produção de qualquer livro, artigo, tese, enfim, a todas essas agradeço muito por permitirem que hoje eu realize essa pesquisa, mas além dessas gostaria de agradecer pessoas que estiveram diretamente envolvidas com minha produção e com minha trajetória, sem as quais não seria possível que essa tese fosse concluída.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e ao meu professor de graduação André Ricardo de Souza, que me orientou em Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, a pessoa que me ensinou todos os passos da produção científica. Agradeço às professoras da Banca de Defesa, Maria das Dores Campos Machado, Naara Luna, Samira Feldman Marzochi e Svletana Ruseishvili pelas contribuições e apreciações desse trabalho. Agradeço aos meus amigos do NEREP, Giulliano Placeres, Breno Minelli, Fernando Guimarães, Vitor Guidotti, Humberto Ramos, Roberson Marcomini, Marcos Vinicius Freitas e todos do grupo, pelos constantes debates que muito contribuíram para a pesquisa.

Agradeço a toda minha família, a meu vô, a minha Zi, aos meus tios Márcia, Spaga, Hamilton, Renata, Paulo e Luís. Aos meus primos Ju, Dani, Lipe, Baixinho, Enzo e Murilo. A minha prima Darci e seus filhos e netos e a minha prima Erika, responsável por me fazer querer isso ainda criança.

Agradeço ao meu grande amigo de graduação, mestrado, doutorado e podcast Henrique Macedo, e todo o corpo do Já Tava Assim. Agradeço também meus amigos acadêmicos Pé, Milena, Giu, Pina, Jéssica, Nah, Dafne e Babi, meus amigos fora da academia Vitinho, Lari, Guts, Tho e Nathy e meus amigos e gestores do Senac – Jaú.

Agradeço principalmente aos meus pais, Ida e Edson, por tudo que fizeram em todo o meu processo educacional, ao meu irmão Bruno, a pessoa mais inteligente que conheço de quem tanto me orgulho e a minha companheira Mayara, que me apoia e me aguenta desde que escrevi esse projeto.

“It’s a dangerous business, Frodo, going out your door. You step onto the road, and if you don’t keep your feet, there’s no knowing where you might be swept off to.”

J. R. R. Tolkien

Resumo

A presente tese apresenta os resultados da pesquisa para a conclusão de doutorado sobre as estratégias políticas de atuação dos movimentos pró-vida, oponentes à descriminalização do aborto antes e durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Representantes religiosos eleitos e entidades da sociedade civil se organizam em movimentos exercendo pressão política, buscando fazer com que o parlamento legisle em favor de suas crenças e convicções, contrariamente a outros segmentos sociais. É nesse cenário que se projetam os movimentos pró-vida. Se antes atuavam majoritariamente em contra pauta as eleições de 2018, marcadas por uma ascensão político institucional do conservadorismo, deram uma nova tônica para esses movimentos já que era agora membros do poder executivo, personalizados na figura da Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves. Foi selecionado para o estudo Movimento Nacional da Cidadania pela Vida – Brasil Sem Aborto. O estudo foi realizado através de análise sistemática dos materiais de campanha, notícias e documentos oficiais das entidades selecionadas, além de entrevista com a ministra

Palavras-Chave: Religião e Política, Movimentos Pró-vida, Aborto, Conservadorismo, Governo Bolsonaro

Lista de siglas e abreviaturas

AD – Assembleia de Deus

ADI – Ação Direita de Inconstitucionalidade

ADIRA – Associação Nacional Pela Vida

ADPF – Associação de Descumprimento de Preceito Fundamental

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

AME – Associação Médico Espírita

AMTB – Associação das Missões Transculturais Brasileiras

Anajure – Associação dos Juristas Evangélicos do Brasil

Anis – Instituto de Bioética

CCIC – Comissão Constituição, Justiça e Cidadania

CCTCI – Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informação

CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CERVI - Centro de Reestruturação para a Vida

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CFT – Comissão de Finanças e Tributações

CMULHER – Comissão de Direitos da Mulher

CN – Canção Nova

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família

DEM – Democratas

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

DC – Democracia Cristã

ENUCC – Encontro Nacional de Universitários Católicos Carismáticos

FEB – Federação Espírita Brasileira

FENASP – Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política

FPE – Frente Parlamentar Evangélica

FPMAV – Frente Parlamentar Mista de Apoio à Vida

FPMCAR – Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

HC – Habeas Corpus

IEQ – Igreja do Evangelho Quadrangular

IIGD – Igreja Internacional da Graça de Deus

IMPD – Igreja Mundial do Poder de Deus

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

IURD – Igreja Universal do Reino de Deus

Jocum – Jovens om uma Missão

MBL – Movimento Brasil Livre

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDH – Ministério dos Direitos Humanos

MMIRDH – Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

MPF – Ministério Público Federal

MS – Ministério da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PDT – Partido Democrata Trabalhista

PHDB – Partido Humanista Democrata do Brasil

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PLC – Projeto de Lei Complementar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMR – Partido Municipalista Renovador

PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos

PODE - Podemos

PP – Partido Progressista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PROS – Partido Republicano da Ordem Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSN – Partido Socialista Nacional

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

RAADH - a Reunião de Atlas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul

RCC – Renovação Carismática Católica

REDE – Rede Sustentabilidade

SD - Solidariedade

STF – Supremo Tribunal Federal

SUG – Sugestão Parlamentar

SUS – Sistema Único de Saúde

TL – Teologia da Libertação

TLC – Treinamento de Lideranças Cristãs

TR – Tribunal Regional

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UNB – Universidade de Brasília

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Lista Gráficos

Gráfico 01	66
Gráfico 02	78
Gráfico 03	90

Lista de Figuras

Imagem 01	35
Imagem 02	79
Imagem 03	93
Imagem 04	95

Lista de Tabelas

Tabela 01	65
Tabela 02	68
Tabela 03	68
Tabela 04	69
Tabela 05	69
Tabela 06	71
Tabela 07	76
Tabela 08	77
Tabela 09	78
Tabela 10	90

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1	23
Pentecostais, aborto e política no Brasil	23
Pentecostais e política	23
Conservadorismo à brasileira	28
Capítulo 2	32
Aborto: um debate em movimento	32
O aborto no mundo.....	33
O aborto no Brasil.....	43
Capítulo 3	51
Aborto, política e poder	51
Aborto e eleições	51
A PEC 181/2015.....	54
O Estatuto do Nascituro.....	54
Senado Federal	63
Capítulo 4	73
Estratégias de atuação política de movimentos pró-vida	73
Frente Parlamentar.....	73
Brasil sem Aborto	79
Capítulo 5	99
Brasil pós 2018: O Governo Bolsonaro	99
As eleições de 2018	100
A ministra dos Direitos Humanos.....	106
Considerações finais	125
Referências Bibliográficas	130

Introdução

A inserção de grupos religiosos na política partidária tem significativas consequências no cotidiano do país. As proposições de leis com motivações religiosas influenciam mesmo indivíduos que não compartilham das mesmas crenças, já que são a forma que os religiosos têm de buscar fazer com que seus valores sejam seguidos pelo todo social. Para tal, movimentos civis, prevalentemente religiosos, se aliam a parlamentares na busca de aprovação para determinados projetos de lei. Os grupos que realizam esses movimentos, de atuação junto ao Congresso Nacional com a intencionalidade da proibição das práticas abortivas se autointitulam Movimentos Pró-vida. É para a análise dessa relação entre leigos, religiosos e parlamentares que esta investigação se volta.

Em geral as questões apresentadas pelos setores religiosos conservadores - com destaque para pentecostais evangélicos e católicos¹ - dizem respeito à moral sexual e reprodutiva, como por exemplo, o extenso debate a respeito da união civil entre homossexuais, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011². Recentemente, uma antiga questão vem ganhando acentuada notoriedade: a “defesa da vida”, bandeira contra a descriminalização do aborto e a legalização da eutanásia. Como aponta Ronaldo Almeida (2017), a atuação de evangélicos pentecostais na política partidária visou mais a canalização de recursos para igrejas do que questões moralizantes, sendo que o debate ganhou inflexão maior em termos de questões de moral sexual e familiar com a entrada do Partido Social Cristão (PSC) na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) em março de 2013. Especificamente, está se tratando do deputado Pastor Marco Feliciano, vinculado à Assembleia de Deus de Catedral do avivamento e que presidiu tal comissão de 07 de março de 2013 a 26 de fevereiro de 2014.

Os movimentos pró-vida são em sua maioria nascidos no seio católico, (LUNA, 2014), sendo marcantes o apoio e a participação de espíritas kardecistas e, principalmente, evangélicos. A atuação se dá em dois vetores: o primeiro é interno às comunidades religiosas, a partir da conscientização dos participantes sobre dogmas

¹ Estes são os vinculados à Renovação Carismática (RCC).

² Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277> . Acessado em 17/04/2017.

e temas doutrinários; já o segundo vetor é externo às igrejas, ou seja, voltado para a sociedade civil³. Este último é realizado a partir de amplas campanhas sensibilizadoras e a formação de grupos de pressão política. É sobre este vetor que a presente pesquisa se debruça.

Como aponta Maria José Fontelas Rosado-Nunes (2002), o aborto é, em grande medida ainda, um tabu no país, mesmo na pesquisa científica, abordado muito prevalentemente na literatura feminista. O binômio aborto-religião vem sendo gradativamente investigado no país. Entre os trabalhos elaborados a respeito, destaco os de Naara Luna (2014), Maria das Dores Machado (2000), Maria José Fontelas Rosado-Nunes (2002) e Flávia Biroli (2016). Porém existem ainda lacunas a serem preenchidas, principalmente sobre os movimentos pró-vida propriamente ditos.

Os recentes processos eleitorais demonstram que o contingente religioso se constitui como um celeiro de votos e que seu apoio é cada vez mais caro para os candidatos, tanto a cargos legislativos quanto executivos (MARIANO, 2005; SOUZA, 2013). Nesse contexto, termos que tocam a moral religiosa são explorados em campanhas eleitorais, com destaque para o aborto (MACHADO, 2010).

Sendo nocivo à concepção de “direito à vida”, a interrupção voluntária da gravidez é combatida mediante a aliança entre as igrejas cristãs e parlamentares. Não apenas católicos e protestantes, mas também espíritas enfrentam o movimento feminista e a comunidade científica, buscando manter a criminalização do aborto.

O embate entre feministas e religiosos sobre a legalização do aborto e sua prática se dá no âmbito do debate sobre direitos humanos. Segundo Maria das Dores C. Machado (2016) ambos os grupos, cada qual a seu modo, se remetem à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Enquanto as feministas se baseiam no direito sobre o próprio corpo e a autonomia do indivíduo, os religiosos recorrem ao direito à liberdade religiosa, ambos presentes na DUDH.

Flávia Biroli (2016) afirma que a tradição liberal permite sustentar o aborto como direito e autodeterminação. O direito quanto ao próprio corpo é tido como fundamental para a conquista da autonomia, estando as mulheres, também neste ponto, em

³ Realização de campanhas através da internet como a “A vida depende de seu voto”; manifestações de ruas como a “Marcha nacional da cidadania pela vida” e a articulação com parlamentares.

condição subalterna aos homens perante o Estado de direito, algo que fere a constituição democrática. Segundo Luis Felipe Miguel (2016) o debate deve seguir com essa argumentação e não apenas na área da saúde pública. Biroli e Miguel reforçam o argumento de que o aborto vem sendo deixado de lado em face de outras conquistas feministas devido à força política dos atores religiosos.

Naara Luna (2013) elucidou o debate de religiosos com a comunidade científica nos momentos de tramitação da nova lei de Biossegurança aprovada pelo Congresso Nacional em maio de 2005. Logo após sua promulgação, o então procurador geral da República, Cláudio Fonteles, entrou com uma ação de inconstitucionalidade em relação ao artigo 5º da lei, que tornava permissível a pesquisa com células tronco embrionárias. Isso provocou um extenso debate entre religiosos e cientistas. As igrejas mobilizaram representantes com gabaritos científicos para se opor às pesquisas com a células tronco embrionárias, sendo que os representantes da comunidade científica eram, basicamente, o grupo que conduzia a pesquisa sobre o fenômeno⁴. Apesar do quadro desfavorável e em votação dividida, o STF foi contra a inconstitucionalidade do artigo 5º. Houve ainda a garantia legal para que as pesquisas com células tronco embrionárias prosseguissem.

Para além da “defesa da vida” a argumentação religiosa é também construída com base na “defesa da família”. Com tal se antagoniza não somente com as demandas feministas, mas também dos movimentos LGBTQIA+s⁵. O embate familiar em relação ao aborto está associado ao patriarcalismo ainda bastante presente no país, que, além de sua perspectiva de submissão das mulheres aos homens, aponta a obrigatoriedade feminina da maternidade. Tal é o tradicional católico para as mulheres (PRANDI, 1975), que se faz presente também no meio protestante e espírita. Segundo Lia Z. Machado (2016):

O cerne do debate que congrega grande parte dessas elites religiosas se concentra na defesa da moralidade, no lugar da família de modelo tradicional como seu suporte, na obrigatoriedade da maternidade diante de uma relação

⁴ Tal estratégia compõe aquilo o sociólogo argentino Juan Vangione (2005, p. 243) denomina “secularismo estratégico”

⁵ As letras “L”, “G” e “B” dizem respeito a grupos definidos por orientações sexuais (lésbicas, gays e bissexuais); já letra “T” refere-se a amplas identidades de gênero (transgêneros, transsexuais e travestis), a letra “Q” representa grupos não binários (*queer*), a letra I também é relativa à identidade de gênero (no caso, intersexo), ao passo que a letra “A” volta diz respeito à orientação sexual (assexuais) e, por fim, o sinal “+” abriga outras possibilidades de identidade e orientação sexual.

sexual cujo resultado foi a fecundação, e na não extensão de direitos civis aos homossexuais e lésbicas.

Maria das Dores dos Campos Machado (2015) tem importantes trabalhos investigativos quanto à questão do aborto. Seu estudo analisando a RCC demonstrou a total condenação do aborto por parte dos adeptos da desta vertente católica. Já suas pesquisas referentes à Assembleia de Deus e à Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apontaram veemente condenação dos assembleianos e flexibilização de lideranças iurdianas (MACHADO, 2015). O próprio Edir Macedo, fundador e líder da IURD, escreveu em seu *blog* “Eu sempre digo que sou a favor do aborto, não indiscriminadamente, mas em determinadas circunstâncias”⁶, ao passo que seu sobrinho, o bispo e ex-prefeito carioca Marcelo Crivella, se declara “pró-vida e pró-família”⁷.

A fim de ganhar voz maior na sociedade, movimentos são formados com o intuito de conscientizar e mobilizar a população. Dentre esses estão os pró-vida, que não se articulam somente no âmbito da sociedade civil, mas também estabelecem ligações com membros do Congresso Nacional, aumentando sua capacidade de ação e de pressão sobre governos instalados.

O destaque maior no cenário brasileiro é do movimento Brasil Sem Aborto. Este, que completou dez anos no final de 2016, é presidido hoje por Lenise Garcia, professora do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília.

O Brasil Sem Aborto é responsável direto por grande parte das atividades de tal organização. O movimento se autodefine “suprapartidário e supra religioso”, sendo a segunda característica fácil de identificar, dado que é composto por representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Federação Espírita Brasileira (FEB), do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (FENASP) e da Associação Médico-Espírita do Brasil – AME (LUNA, 2013). O foco da

⁶ Disponível em: <http://blogs.universal.org/bispomacedo/2010/09/03/jesus-fala-sobre-o-aborto/> Acessado dia 22/08/2017.

⁷ Entrevista concedida ao portal UOL dia 12/03/2012, disponível em: <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/crivella-com-dilma-aborto-e-casamento-gay-nao-preocupam-04020D983068DCA92326?types=A&> Acessado dia 22/08/2017 A que se considerar em tal posição os interesses eleitorais do ex-senador, ex-ministro da Pesca no Governo Dilma Rousseff e atual prefeito carioca Crivella.

investigação que gerou a presente tese foram as conexões político-partidárias, sobremaneira do movimento pró-vida.

As diferentes formas de atuação do movimento são notáveis também no âmbito da internet, possuindo várias páginas que divulgam: manifestações realizadas, artigos sobre a nocividade da prática abortiva, explicações dos projetos de lei relativos à causa, em tramitação, no Congresso Nacional e formas de mobilização individuais como a divulgação de endereços e telefones de autoridades públicas, foi o caso do gabinete da ministra do STF Rosa Weber para que não desse continuidade à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442⁸.

O movimento também divulga as diretrizes específicas de suas campanhas para cada poder democrático, tendo uma visão pessimista em relação ao poder Judiciário em contradição à simpatia ao poder Legislativo, mais especificamente à Câmara dos Deputados.

A oposição ao Judiciário, mais especificamente ao STF, como pauta teve seu início em 2017 após o órgão se opor à ADPF 442, à decisão da 1ª turma do órgão em descriminalizar o aborto até a 3ª semana e em sua postura em oposição à ADI 5581⁹. Além das decisões já tomada a mobilização contrária ao STF também ganha corpo com quando o movimento aciona a construção história da causa nos Estados Unidos, sendo legalizado a partir de uma decisão da Suprema Corte do país.

O otimismo em relação ao judiciário se justifica porque a maioria da Câmara dos Deputados é vista como aliada, já que se manifestou imediatamente contrária à decisão do STF, embora tenha realçado a importância de participar do debate da PEC 58/11 relacionado à licença maternidade. Por último, o movimento se destacou no apoio à chamada PEC da Vida¹⁰, projeto que tramitou no Senado Federal de 18 de março de 2015 até seu arquivamento em 2019.

⁸ Teve como proposição a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, e foi registrada em novembro de 2017.

⁹ A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5581, sob relatoria da ministra do STF Carmen Lúcia, prevê a descriminalização se a gestante for diagnosticada com o vírus da Zika, que pode causar microcefalia no feto. O Brasil Sem Aborto argumenta que tal medida inclusive preconceituosa discrimina crianças deficientes. A ADI foi rejeitada por unanimidade pelos ministros do STF dia 30/05/2021.

¹⁰ A Proposta de Emenda Constitucional número 29 de 2015 prevê garantir a “inviolabilidade do direito à vida” desde a concepção.

Em face da crescente participação na esfera política de representantes de instituições religiosas essas perspectivas conservadoras ganham cada vez mais espaço no cenário nacional, somando-se ao fato de que, para garantir maior eficiência parlamentar, foi formada a Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio a Vida (FPMFAV), em uma aliança entre católicos e evangélicos. A FPMFAV, porém, não se restringe a essas correntes religiosas, contanto também com o apoio de espíritas.

O quadro político brasileiro passou por expressiva alteração impactando a 56ª Legislatura do Congresso Nacional. O crescimento da extrema direita no país culminou nas eleições de 2018 com a formação de um Congresso Nacional marcado pela grande força conservadora impulsionada pela eleição, do capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro.

A nova formulação do Congresso Nacional tratou de evidenciar pautas morais, com ênfase na questão da interrupção voluntária da gravidez. A partir de dados coletados nos portais legislativos, apenas em 2019 foram 102 proposições legais que contém a palavra “aborto” em seu corpo, diferente do ano anterior com 44 proposições.

A alteração se deu também no Executivo. Extremamente, Bolsonaro nomeou para a pasta de Direitos Humanos a pastora da igreja Assembleia de Deus Lagoinha Damares Regina Alves, que havia sido assessora parlamentar do ex-senador capixaba Magno Malta, além de ser conhecida militante pró-vida e uma das fundadoras do Movimento Brasil Sem Aborto.

Tais movimentações alteraram o contexto da atuação desses movimentos no cenário nacional. Se antes eram apenas grupos de pressão, agora, têm destaque no próprio governo federal.

É nessa conjuntura sociopolítica que a presente investigação se inseriu: analisando a relação entre os poderes políticos e os movimentos pró-vida, seus efeitos objetivos e como essas articulações se alteraram durante o governo Bolsonaro.

A bibliografia a respeito da interrupção voluntária da gravidez é vasta dentro da sociologia voltada para questões de gênero, porém pouco se trabalhou a questão dentro da sociologia da religião. Além disso a bibliografia que tem os movimentos pró-vida como objeto principal é escassa, sendo ainda poucos os trabalhos que abordam

inclusive suas constituições e as consequências de suas atuações. Destacando-se novamente os trabalhos de Naara Luna, Maria das Dores dos Campos Machado Flávia Biróli e Bruna Quinsa. Diante da ascensão e do progressivo destaque de tais movimentos cabe uma apurada análise desses emergentes atores políticos.

Em sistemática busca realizada no Banco de Teses da Capes, na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e no Portal Scielo foi possível verificar tal lacuna bibliográfica. Os principais temas analisados dizem respeito à laicidade do Estado, à campanha eleitoral de 2010 e aos movimentos contrários aos pró-vida, que são os chamados pró-escolha, caracterizados pelo combate ao tratamento criminal do aborto. Não foi encontrado nenhum trabalho especificamente sobre os movimentos pró-vida e sua articulação com parlamentares, algo que confere relevância a esta investigação realizada.

O objetivo geral desta pesquisa foi propiciar a análise da relação entre os movimentos pró-vida e o Congresso Nacional - centrado na Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio a Vida - abordando seus atores e suas formas de interlocução. Através do trabalho investigativo se buscou identificar e analisar suas alianças e eventuais conflitos. A pesquisa se voltou também para a atuação desses movimentos na política partidária com uma problemática que transpassa as esferas: religiosa, política e vida privada. A investigação propiciou a análise do conflito entre a utilização da máquina pública para viabilizar a promulgação de leis baseadas em crenças religiosas, tendo estas que serem obedecidas também por indivíduos que não compartilham das tais crenças.

A relação esbarra nas diferentes identidades que o político eleito tem que mobilizar. Como destacado na pesquisa de mestrado realizada (MANDUCA, 2015), mesmo com o forte apoio de sua comunidade religiosa confessional, os candidatos não conseguem se eleger recorrendo apenas à sua identidade religiosa, mas sim devido a uma série de outras características que lhes conectem, de algum modo, com um público mais amplo, por exemplo, a identificação com determinada região, como é o caso do deputado estadual carismático católico Evandro Gussi do Partido Verde (PV-SP). A identidade religiosa foi muito importante para um deputado federal paulista que ganhou projeção nos últimos anos, o pastor assembleiano Marco Feliciano, do

Partido Social Cristão (PSC)¹¹. Além de assumirem compromissos partidários, os movimentos pró-vida se identificam por sua característica singular de luta política, apoiando, em boa medida, determinados candidatos e parlamentares eleitos e rechaçando outros. Se por um lado existe apoio dos movimentos para os candidatos durante o período eleitoral, depois de eleitos estes nem sempre correspondem às expectativas de tais movimentos. A pesquisa ensejou a análise desse tipo de relação marcada pela perda ou diminuição de apoio político.

Apesar da pesquisa ter traçado continuamente quadros históricos, o recorte temporal escolhido para análise de proposições legislativas foi o de 2017 até o início de 2021. Tal período contempla parte do governo de Michel Temer – 31 de agosto de 2016 a 31 de dezembro de 2018 – as eleições presidenciais e de renovação do Congresso em 2018 e os dois períodos do governo Bolsonaro, aqui divididos entre pré-pandêmico e pandêmico com constante acompanhamento do quadro nacional. A pesquisa se baseou também na observação do Congresso Nacional a partir de análises coletadas durante a pesquisa de mestrado (MANDUCA, 2015) o que possibilitou a identificação atores envolvidos.

Os parlamentares enfocados nessa pesquisa foram selecionados a partir de sistematizada coleta de dados, considerando a atuação deles no Congresso em face do tema a relação deles com os movimentos pró-vida. Inicialmente, na investigação, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a temática. Em seguida, houve incursão em campo visando aproximação dos interlocutores e atores do objeto da pesquisa, além da participação em eventos organizados pelos movimentos. Tal passo, porém, foi comprometido em alguns aspectos devido ao agravamento da pandemia do novo Coronavírus e da necessidade de permanecer em isolamento social para evitar a contaminação. Por outro lado, foi possível acompanhar a atuação *online* de tais movimentos, voltados para o público militante, como *lives* de instagram¹² e a 13ª Marcha Nacional pela Vida, que ocorreu de forma virtual, dia 02 de junho de 2020.

¹¹ Feliciano ficou nacionalmente conhecido após ser eleito para presidir a CDHC. Por somar ao longo de sua vida pública declarações de cunho homofóbico e racista a escolha dele para tal cargo foi alvo de diversos protestos e manifestações.

¹² Transmissões ao vivo de entrevistas e bate-papos realizadas por lideranças através das redes digitais.

Para a análise documental foram separados materiais panfletários das campanhas realizadas, documentos e estatutos além de citações e destaques em reportagens de jornais e revistas. O meio *online* é extenso terreno de investigação, de modo que foram analisados *sites* e portais do Brasil Sem Aborto. Além disso foram acompanhadas e analisadas páginas pessoais de lideranças dos movimentos pró-vida, candidatos e parlamentares, além de redes sociais das lideranças de seus interlocutores. Tais plataformas foram fundamentais para a identificação de atores e suas formas de interação com a militância, já que mesmo deputados têm abdicado de *sites* pessoais em função de perfis em redes sociais, como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter*. Foi realizado também um contínuo acompanhamento de televisivos noticiários nacionais e dos jornais e revistas de maior circulação no país, além de veículos de informação ligados diretamente a comunidades religiosas, como os portais Gospel Mais, voltado para o público protestante, e ACI Digital, para o público católico.

Além disso a tese conta com uma entrevista semiestruturada da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos a pastora Damares Alves, realizada no dia 04 de maio de 2021. A entrevista foi agenda a partir de contato telefônico direto com o ministério, sendo realizada de forma remota através da plataforma *Microsoft Teams*, agendada pelo secretaria de comunicação do ministério.

A seguir, apresento a estrutura desta tese de doutorado.

No primeiro capítulo, “Pentecostais, aborto e política no Brasil”, desenvolvo parte do meu trabalho de mestrado para um histórico da inserção e da participação política dos principais grupos religiosos atuantes nos movimentos pró-vida: os evangélicos pentecostais e os carismáticos católicos, bem como as consequências da participação deles no Congresso Nacional. Apresento também os dados atualizados dessa participação, destacando o grande avanço do conservadorismo político no país.

No capítulo posterior, intitulado “Aborto: um debate em movimento”, contextualizo mais amplamente o tema, considerando os principais casos de legalização ocorridos no mundo. Enfoco os casos: argentino e esta dunidense, já que ambos têm consequências parao Brasil. O primeiro pela proximidade entre os países, algo que aumenta a possibilidade de ressonância em nosso território nacional e o segundo devido à postura do presidente brasileiro, mimética, muitas vezes, a de Donald Trump. Abordo também o que tem acontecido no Brasil, legal e socialmente,

a respeito do tema, para em seguida analisar a política abortiva a partir da lógica do Racismo de Estado¹³ foucaultiano e em seguida entender a perspectiva moralista da política e devidas consequências sociais.

No terceiro capítulo, “Aborto, política e poder”, há inserção no âmbito político partidário da questão, refletindo sobre os principais acontecimentos recentes a respeito do tema. Começo abordando a carga política da questão nos processos eleitorais anteriores e no de 2018. Em seguida, discorro sobre a comissão especial responsável pela discussão do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 181/2015, a ADPF 442 e da proposta relativa no Senado. Por fim, trago dados atualizados sobre as proposições legais a respeito do tema, ainda em vigência.

O quarto capítulo analisa especificamente os movimentos em foco. De início a FPMDV, para a seguir, o escolhido O Brasil sem Aborto, detalhando suas formas de ação, de modo a abranger a Marcha pela Vida, a campanha A Vida Depende do seu Voto, o Seminário em Defesa da Vida e o Seminário de Formação de Multiplicadores. Buscou-se compreender as formas de atuação e possibilidades de articulação do movimento.

Por fim, o quinto capítulo trata da questão do aborto como pauta do Poder Executivo nacional. Faço nele uma análise de como a questão foi tratada durante a campanha eleitoral que deu a vitória a Bolsonaro, as iniciativas voltadas para o solo brasileiro e as internacionais, realizadas nos dois primeiros anos de governo. Busquei entender os ministérios chave nessa questão, sendo eles: o da Saúde, o das Relações Exteriores e, por fim, o da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Além disso busquei apontar como os representantes pró-vida se portam enquanto propositores de pautas.

¹³ Conceito Foucaultiano em que é permitido ao Estado não mais definir qual vida é matável, ou seja, o Estado não faz mais morrer, mas é lhe é permitida a condição de abandono, o deixar morrer.

Capítulo 1

Pentecostais, aborto e política no Brasil

Conteúdos de teor religioso sempre estiveram presentes em todas as cartas constitucionais brasileiras, tanto de forma direta – como, por exemplo, no reconhecimento jurídico do casamento realizado apenas pela igreja Católica na Constituição de 1891 – quanto de forma indireta, a partir da formulação de princípios de regulação social a partir de concepções religiosas.

Foi, porém, apenas com a ascensão dos grupos pentecostais que pautas religiosas ganharam caráter político-institucional, ou seja, se tornaram instrumentos de barganha entre eleitorado e articulação entre os poderes da República. Como foi percebido na elaboração da dissertação de mestrado (MANDUCA, 2015), são esses os grupos, evangélicos pentecostais e católicos conservadores – que vêm ditando a discussão dessas questões, principalmente quanto ao aborto¹⁴.

Neste capítulo será abordado como se deu a inserção desses grupos na política nacional, quanto ao tema, suas formas de atuação e as consequências gerais delas para o país. Além disso proponho uma reflexão sobre o crescente e, recentemente, estabilizado conservadorismo político no Brasil.

Pentecostais e política

Apesar de a separação entre Estado e Igreja Católica ter sido confirmada já na primeira constituição republicana, em 1891¹⁵, os católicos nunca perderiam alguns dos privilégios concedidos durante os períodos: colonial e imperial (MARIANO, 2011). A atuação política católica se deu de diversas formas, desde a formação da Liga Eleitoral Católica, de forte aproximação com o governo Vargas (MICELI, 2001), até os

¹⁴ Embora também tenha que ser mencionada atuação de espíritas kardecistas em relação a esse tema (BARBOSA, 2019).

¹⁵ Lembrando-se que a separação se deu com o Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890 (SCAMPINE, 1978).

movimentos: Tradição, Família e Propriedade, que apoiou o regime militar; e cristianismo da libertação (LÖWY, 2000) em posição ao regime.

Já a participação evangélica pentecostal na política partidária foi muito discreta durante a primeira metade do século XX, embora tenha conseguido eleger três deputados durante aquele período (FREESTON, 1993). No meio pentecostal predominava a rejeição do mundo, sendo a política uma tentação do mesmo. Os dirigentes adotaram o lema: “Crente não se mistura com política”.

A postura se alterou a partir da década de 1980 com as eleições para a Assembleia Constituinte em 1986. Diante da iminente mudança constitucional, a ideia de um suposto perigo de que os católicos voltariam a gozar de mais privilégios perante o Estado foi o principal fator da repentina mudança de comportamento político. Os pentecostais decidiram se engajar na política institucional, deixando de lado o tradicional apolitismo. Em grande medida, substituíram aquele por este: “Irmão vota em irmão” (SYLVESTRE, 1986).

A fim de garantir representação, uma estratégia eleitoral foi elaborada, tendo como cerne a figura do candidato oficial. Tratava-se de apoiar apenas um indivíduo, através da exposição dele em cultos e circulação de material de propaganda. A estratégia se provou eficaz já que em suas primeiras aplicações a participação pentecostal saltou de dois deputados federais em 1986 para dezoito em 1987 (FREESTON, 1993; FONSECA, 2002; MARIANO, 2005; ORO, 2003; BAPTISTA, 2009; SOUZA, 2013). A iniciativa garantiu grande representação evangélica no Congresso Nacional, sendo que seus parlamentares passaram a medir forças políticas com os católicos.

A partir dos dados coletados em pesquisas anteriores foi possível traçar uma espécie de tipo ideal¹⁶ (WEBER, 2004) desse candidato oficial. É do sexo masculino, tem exposição religiosa, em templos e veículos de mídia eletrônica, além de carreiras: musical e literária (MANDUCA, 2015).

¹⁶ Segundo Peter Berger (1985), o processo de secularização tem como consequência uma individualização na esfera religiosa, sendo ela uma escolha do indivíduo. A religião individualizada não tem mais o poder de construção de mundo, de um todo social, fica a ela restrita as condições de realidade fragmentada e é a partir dessa condição que surge o pluralismo religioso. Desse contexto surge o Mercado Religioso. Em um ambiente plural, em que as tradições religiosas disputam a definição própria de mundo, elas passam a disputar a adesão do indivíduo que irá incorporar a sua definição.

A proliferação partidária é uma característica da inserção evangélica pentecostal, apesar de guardarem uma maioria ideológica conservadora, diversos são os partidos nos quais esse seguimento se insere. Exemplo disso é a eleição para deputado federal pelo Rio de Janeiro do pastor Benevenuto Daciolo Fonseca dos Santos, da Assembleia de Deus. Cabo Daciolo, como é conhecido devido a seu histórico de atuação pelo corpo de bombeiros do Rio de Janeiro, foi eleito em 2014 pela legenda de ideologia progressista Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹⁷. Porém, apesar de concentrarem parte considerável do eleitorado, os pentecostais encontraram dificuldade de protagonismo nos partidos conhecidos como “alto clero”¹⁸. A solução para isso foi a criação de partidos próprios, que guardam em seus estatutos preceitos cristãos (BAPTISTA, 2009).

O protagonista foi o Partido Social Cristão, criado sob a ótica da chamada democracia cristã, por parlamentares vinculados à Assembleia de Deus. Atualmente, dois são os partidos que se autodenominam cristãos, além do PSC: o Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e o Partido Trabalhista Cristão (PTC) (MANDUCA, 2015). Soma-se a esses o partido Republicanos Brasileiro (PRB) – que passou a se chamar Republicanos, a partir de 2019 e - que, apesar de não constar um termo religioso em seu nome, tem seus fundadores e líderes vinculadas à Igreja Universal do Reino de Deus.

Além da organização partidária os parlamentares evangélicos aderiram também à Frente Parlamentar Evangélica (FPE)¹⁹. Instalada oficialmente em 18 de setembro de 2003 (BAPTISTA, 2009), a Frente tinha em seu início 30 deputados, número que cresce gradualmente, tendo grande destaque na atual legislatura. Se nas anteriores a FPE tinha entre 73 e 79 deputados como membros (MANDUCA, 2015), atualmente, em 2019, conta com 195 filiados, cerca de 38% dos deputados em exercício.

Midiaticamente conhecida como “Bancada Evangélica”, a FPE, historicamente, não possuiu uma coesão em voto, como o apelido sugere, sendo que suas

¹⁷ O deputado ganhou notoriedade nacional ao se candidatar à Presidência da República pelo partido Patriota, terminou o primeiro turno na sexta colocação, obtendo 1,26% dos votos válidos

¹⁸ Partidos de maior tradição e maior representatividade no Congresso Nacional.

¹⁹ Frentes parlamentares são associações pluripartidárias para debater temas que se identifiquem com questões específicas da sociedade. Apesar de não possuírem poder direto de barganha em plenário elas se caracterizam por articulações de votos entre deputados que tenham questões afins.

proposições se concentram em assuntos de moral familiar e sexual. Na atual legislatura, porém, ela tem sido o principal grupo de apoio ao governo.

A articulação político eleitoral católica recente é protagonizada pela Renovação Carismática Católica (RCC)²⁰ que passou a se articular de modo a garantir também seus representantes no Congresso Nacional (PROCÓPIO, 2012; REIS, 2016). Com isso a disputa por espaço no *mercado religioso* (BERGER, 1985) se expandiu para outras esferas que não apenas a religiosa.

Introduzida no Brasil pelos padres jesuítas Harold Joseph Rahm e Eduardo Dougherty (PRANDI, 1997; CARRANZA, 2000), a RCC se mostrou como alternativa frente ao crescente pentecostalismo evangélico. O movimento ganhou força principalmente com a eleição do papa polonês João Paulo II, já que era uma alternativa ao catolicismo da libertação (PRANDI, 1996). A RCC se difundiu em território brasileiro de forma espontânea. Hoje, porém, a estrutura do movimento encontra-se racionalizada e sua expansão atribuída principalmente a esquemas promocionais de marketing, contanto com redes televisivas e radiofônicas, jornais, revistas dentre outros veículos (SOFIATI, 2011).

Com uma estratégia eleitoral, parecida com à evangélica pentecostal, a RCC vem buscando ampliar participação político-partidária (PROCÓPIO, 2012; MANDUCA, 2015; REIS, 2016). Isso tem dado resultados consideráveis, pois é acompanhada de uma recente proliferação de mídias católicas (SOUZA, 2013), porém, a eficácia não é mesma dos evangélicos pentecostais.

O candidato oficial é também uma estratégia da RCC, apesar de o movimento institucionalizado não apoiar declaradamente nenhum candidato específico. A campanha é realizada nos encontros e convenções carismáticos, mas, principalmente nas TVs católicas, sendo de destaque a emissora Canção Nova, de Cachoeira Paulista – SP, que com sua influência midiática elegeu Evandro Gussi (PV - SP), até então desconhecido do público geral.

²⁰ Iniciada por leigos nos Estados Unidos, a RCC teve o seu reconhecimento oficial em 1973 pelo papa Paulo VI. O movimento trouxe à tona os chamados dons do Espírito Santo, algo que a faz ser chamada de pentecostalismo católico. Os carismáticos ganharam força na igreja brasileira principalmente por serem uma forma de resposta ao avanço evangélico pentecostal no país, se colocando como uma alternativa (PRANDI, 1997).

No início de suas trajetórias políticas, os candidatos da RCC se filiavam ao Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e, posteriormente, seus membros migravam para outros partidos após atingir notoriedade política. Esses são os casos de tradicionais políticos católicos como Salvador Zimbaldi e Gabriel Chalita, que migraram para partidos como Partido Republicano da Ordem Social (PROS) e Partido Democrático Trabalhista (PDT), respectivamente.

A construção de partidos também foi uma prática adotada pelos pentecostais católicos. Sob a perspectiva da Doutrina Social Cristã, foi formado o Partido Solidarista Nacional (PSN) em 1995. Em 1999, a legenda uniu forças com o não homologado Partido Humanista Democrático do Brasil (PHDB), em 2000 passou a se intitular Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e a partir de 2012 foi reformulado com Solidariedade.

As formas de atuação católica e evangélica no Congresso Nacional têm similitudes. A Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPMCAR) é datada de abril de 2015, sendo inicialmente coordenada pelo deputado Francisco Jr, do Partido Social Democrático (PSD - GO). Esta frente conta com 207 deputados e 9 senadores. Apesar do maior número de membros a FPMCAR não é coesa como a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), tendo uma atuação mais discreta no Congresso. Ela é, portanto, um reflexo da própria atuação católica na política partidária brasileira.

É importante também analisar os dados de crescimento entre as duas frentes parlamentares citadas. Se a FPE saltou de 75 para 195, tendo um acréscimo aproximado de 167%, a FPMCAR, que possuía 200 membros na legislatura anterior, agora guarda tem 207 deputados em exercício, ou seja, obteve um crescimento de apenas 3,5% em relação ao ano anterior. Esse pequeno avanço talvez não seja explicado a partir da variação demográfica de filiação religiosa no país, mas sim do reconhecimento da força política pentecostal evangélica em face do crescente conservadorismo. A relação com a FPE se torna, portanto, uma aliança com um dos grupos de maior poder de pressão política atualmente.

A ascensão conservadora em curso no país será devidamente tratada mais adiante.

Apesar da disputa, existem corriqueiras alianças entre ambos os grandes grupos. Elas se dão, não apenas em função da proteção da “liberdade religiosa”, conceito caro para os evangélicos, mas também em questões relativas à moral sexual e reprodutiva. Vão desde benefícios aos próprios grupos religiosos, como o Projeto de Lei (PL) conhecido como “Lei Geral das Religiões” (MARIANO, 2006; SOUZA, 2013) e alterações no Novo Código Civil²¹, até a deslegitimação de demandas de outros grupos sociais menos representativos, algo que enseja conflito com as concepções das cosmologias cristãs envolvidas. Nesse sentido, mesmo as atuações das duas frentes parlamentares citadas se dão em uníssono, se convertendo em prol os preceitos ditos cristãos.

Conservadorismo à brasileira

Como aponta Luiz Felipe Miguel (2019) a direita sempre esteve muito presente na política institucional brasileira e o movimento recente é o de emergência de grupos que assumem, sem rodeios, o discurso ultraconservador e até reacionário. Antes pautada por questões econômicas, centradas sobretudo, nos modelos de políticas liberais, a direita tinha como expoente o PSDB, defensor e realizador de privatizações sobretudo durante os governos do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), sedo de destaque a companhia estatal de telecomunicações Telebrás e a mineradora Vale do Rio Doce.

Atualmente, o verso político se constitui por questões morais, sendo o foco econômico, algumas vezes reduzido, nos embates. O protagonismo migra de um partido de coesão política para o centralismo messiânico na figura do capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro e, por consequência, de sua legenda durante a eleição, o Partido Social Liberal (PSL).

Apesar de grande agilidade o movimento não foi abrupto, mas sim, um processo que começou a ter seus primeiros indícios visíveis ao final do primeiro

²¹ Sob a bandeira da liberdade religiosa as igrejas se mobilizaram dentro e fora do Congresso Nacional, de modo a conseguirem as alterações em artigos que contrariavam seus interesses. O episódio se mostrou emblemático pois demonstra a capacidade de articulação e união religioso dentro do Estado brasileiro em prol de interesses institucionais comuns (MARIANO, 2006).

mandato da presidente Dilma Rousseff²². Cabe ponderar que não teve início ali o contundente conservadorismo social, mas sim suas manifestações ostensivas²³. Se antes suplantadas pela situação estável do país, a crise econômica intensificada em 2013 deflagrou fortes expressões contrárias ao projeto político petista. A grande mudança se deu a partir da ressignificação do termo “conservador”, antes malvisto, evitado ou pronunciado com resignação, agora ressignificado e valorizado²⁴.

Essa construção da direita foi aglutinada no que ficou conhecido como “antipetismo”, abarcando movimentos de oposição ao governo. Estes foram mobilizados até a ocorrência do *impeachment* da presidenta petista em 31 de agosto de 2016. Ela, porém, não é uníssona, mas sim formada por três grupos específicos, não complementares, organizados pragmaticamente contra um inimigo comum, abarcando: “a ideologia libertária, o fundamentalismo religioso e anticomunismo (MIGUEL, 2019).

A relação entre a oposição ao comunismo e o liberalismo econômico é dada nos seios de cada doutrina, já que são ideologias antagônicas. A relação entre os fundamentalistas religiosos e ambos os movimentos necessitam de um olhar mais apurado.

Foi praxe da tentativa política pentecostal a implementação do discurso libertário. Como visto já nas eleições de 2014 o candidato do PSC, Pastor Everaldo, tinha como parte de sua campanha o discurso do liberalismo econômico e do Estado mínimo. A perspectiva neoliberal se combina bastante com a Teologia da Prosperidade²⁵, base da terceira onda pentecostal evangélica (FREESTON, 1993). Ao

²² As faces do conservadorismo político-social sempre foram uma marca do povo brasileiro, tanto em sua vertente religiosa, como demonstrado anteriormente nesta tese, como também em questões de justiça e igualdade social. Tais questões sempre foram vieram à tona nas tentativas de implementação de políticas sociais por mandatários petistas no governo federal.

²⁴ A apropriação do termo pelos próprios expoentes da direita cresceu no Brasil ao ponto de o país sediar em 2019 a Conferência de Ação Política Conservadora (*Conservative Political Action Conference*), Trata-se de um evento tradicional da política conservadora nos Estados Unidos. Ocorreu pela primeira vez no país nos dias 11 e 12 de maio, em São Paulo. O encontro foi organizado pelo filho do presidente da República, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL - SP) e contou com a participação de ministros chave de sua linha ideológica, como Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Damarens Alves.

²⁵ Os neopentecostais têm a sua base na Teologia da Prosperidade, que dota o pentecostalismo de um aspecto mundano, reconhecendo a ascensão financeira como um dos milagres cristãos. Essas

mesmo tempo, a caçada ao antigo comunismo é também facilmente assimilada em determinadas comunidades religiosas, sendo que a proibição de cultos religiosos ocorrida na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e países congêneres é constantemente trazida à tona em púlpitos e palanques.

Não coincidentemente foram essas as bases políticas para a campanha e equipe de governo de Jair Bolsonaro. A aglutinação se deu entre os liberais, personificados pelo ministro da Economia o empresário Paulo Guedes; a reciclagem do antigo comunismo trazida pelo seu status de capitão do exército brasileiro e pela composição de seu ministério com oito militares, remetendo a memória popular de oposição militar ao comunismo durante o regime; e atualmente a sua base de apoio mais forte o fundamentalismo religioso, através, também, da nomeação de Onyx Lorenzoni, da Igreja Luterana, como ministro da Casa Civil e apoio constante de pastores midiáticos como Silas Malafaia e Marco Feliciano.

É importante observar que esse movimento não é singular ao Brasil. Os governos de extrema direita na Polônia, de Andrzej Duda, e da Hungria, como o primeiro-ministro Viktor Orbán, a eleição de Donald Trump nos EUA, o voto favorável no plebiscito de aprovação ao Brexit na Grã-Bretanha²⁶, são fatos motivados e motivadores da adoção de uma retórica política que transformam socialistas, liberais muçulmanos e imigrantes em inimigos do Estado (CARAPANÃ, 2019). A consagração desse movimento no Brasil foi a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República e a instalação de seu governo.

É notório, portanto, que a total cisão entre religião e Estado nunca foi uma realidade completa no país, do ponto de vista cultural e social, já que indivíduos organicamente religiosos estipulam estratégias e adentram o jogo democrático, obtendo significativo espaço. Essa atuação vem se dando desde a campanha eleitoral em púlpitos, até a racionalização em prol da formação de bancadas específicas e partidos políticos próprios, formados com base em as ideias e crenças religiosas.

Novos parlamentares eleitos vociferam suas crenças, mesmo sem vinculação direta com igrejas. Tal movimento ocorre, em grande parte, porque durante muito

denominações se mostram mais aptas à modernidade secularizada, sendo de predileção por camadas mais economicamente vulneráveis (MARIANO, 1999).

²⁶ Desligamento da Grã-Bretanha do bloco econômico da União Europeia em junho de 2016.

tempo o termo “conservador” era malvisto, os valores conservadores se concentravam nos indivíduos religiosos que os propagavam como advindos de suas crenças. No novo cenário, em que o conservadorismo é não só permitido como encorajado, não existe mais a necessidade de eleger um candidato religioso a partir apenas de valores conservadores, sendo possível a eleger conservadores por si mesmos.

Após tratar da histórica relação entre religião e política no país, entrarei no capítulo que aborda de modo mais aprofundado a questão da interrupção voluntária da gravidez, considerando-se os debates políticos e sociológicos a respeito.

Capítulo 2

Aborto: um debate em movimento

Nas últimas duas décadas a questão do aborto voluntário vem adquirindo grande notoriedade no debate público do país. Esse debate cresceu com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, principalmente durante a gestão da presidente Dilma Rousseff, tratando-se mais das questões de gênero e liberdades individuais. Até o governo Bolsonaro, diversas foram as vezes e oportunidades em que o debate se acalorou.

Tal fenômeno não é exclusivamente brasileiro, a descriminalização, ou a recriminalização, tiveram seus momentos em diversos países. É esse contexto que trago no início desse capítulo: a descriminalização através de plebiscito na Irlanda, a chamada “onda verde” na Argentina, e o endurecimento do presidente estadunidense, Donald Trump, além da aprovação de leis menos libertárias em algumas unidades federativas dos Estados Unidos da América (EUA).

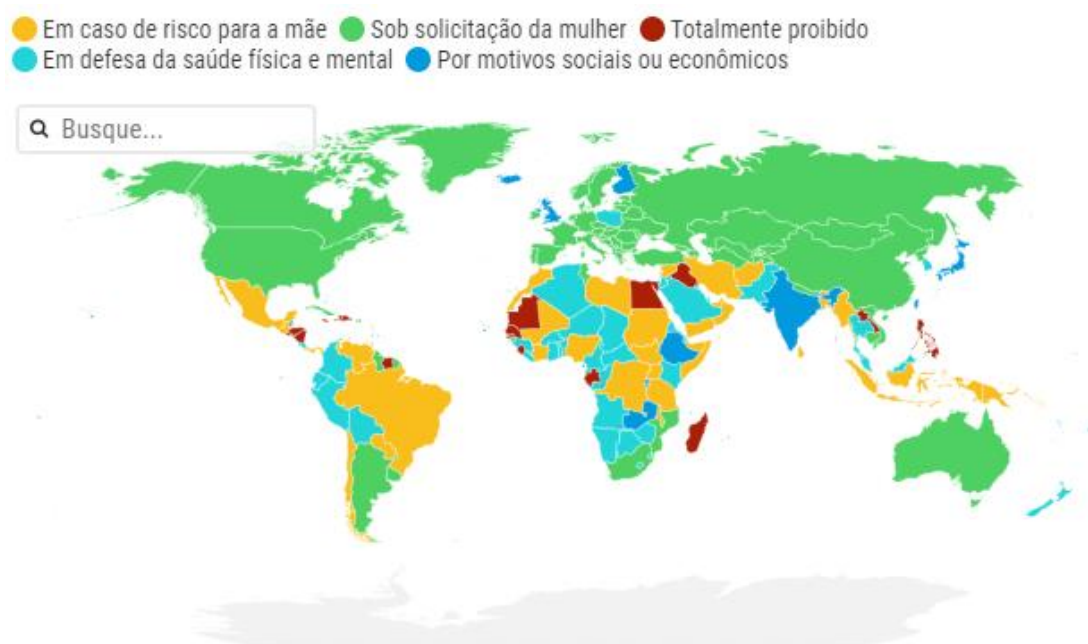
Em seguida, abordarei o contexto do aborto no Brasil, suas liberdades, o cerne de seu debate e os movimentos favoráveis à descriminalização, nascidos, inclusive, em comunidades católicas e protestantes. Dessa forma, trago então a reflexão sobre a situação legal e social do aborto no país sob a ótica das noções de *racismo de Estado*, do filósofo francês Michel Foucault (2005) e *vida nua do* também filósofo, mas italiano Giorgio Agamben (2004).

Por fim, traço um paralelo do estudo realizado pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin sobre as guerras sexuais do governo de Ronald Reagan nos EUA, na década de 1980, com as cruzadas contra o aborto até 2018.

O aborto no mundo

Segundo dados divulgados pela ONU (Organização das Nações Unidas)²⁷, em 2011, o aborto voluntário era permitido pela legislação nacional em dois terços dos 195 países de que se possui dados, apenas em casos em que a gravidez apresente risco físico ou psicológico para a gestante. Em metade desses é permitido em caso de estupro e incesto e um terço consideram a situação social e financeira da mulher.

Imagem 1: Situação jurídica do aborto no mundo



Fonte: <https://reproductiverights.org/>

A Rússia foi o primeiro país a legalizar o aborto em qualquer circunstância, já em 1920, pós-Revolução Bolchevique, marcada pelo ateísmo militante. Porém, diversos dos direitos sociais pós-revolucionários se perderam durante a vigência do stalinismo, o aborto foi um deles, sendo proibido novamente em 1936. A lei de proibição foi revogada em 1954, um ano após a morte de Stalin, e permanece até hoje. A República Popular da China iniciou seu processo de liberalização em 1959, no início de seu estabelecimento. O país passou pela chamada “política do filho único”, do final dos 1970 até 2015, que consistia numa política Estatal de incentivo ao aborto para diminuição da superpopulação. Atualmente é descriminalizado em todos os casos.

²⁷ Disponíveis em: <https://reproductiverights.org/>. Acessados em: 15/07/2021.

A primeira grande onda internacional de liberalização veio com o fortalecimento dos movimentos feministas na década de 1970, de modo a provocar a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez em diversos países, como os Estados Unidos em 1973, Áustria e França em 1973 e a Alemanha em 1976.

A década de 1980 também foi decisiva para alguns países. Em 1984, em Portugal, o governo do Partido Socialista permitiu o aborto nos casos de risco a vida da mulher ou estupro. O país passou ainda por dois plebiscitos, um em 1998 para a despenalização até 10 semanas de gestação, cujo resultado foi negativo e, o outro, mais recente, em 2007 com a mesma questão, sendo que esse último teve um resultado positivo, sendo essa e a lei vigente até a atualidade. Na Espanha o governo do Partido Socialista Operário Espanhol foi responsável pela descriminalização em 1984, pelos mesmos casos do país vizinho. Em 2010 o Senado daquele país flexibilizou ainda mais as leis, sendo a interrupção voluntária da gravidez, hoje, permitida em até 14 semanas de gestação. Os últimos dados, de 2017, mostram uma diminuição dos casos de aborto legal desde a liberalização total da prática.

Os países latino-americanos tiveram suas particularidades em relação ao aborto, a partir de seus processos de redemocratização²⁸, como os casos de Brasil e Argentina na década de 1980 e do Chile que durante regime do general Augusto Pinochet, teve o aborto completamente proibido, em 1989, só voltando à legalidade em 2017. Cuba e Uruguai são hoje os dois únicos países do continente a terem total liberalização do aborto voluntário, sendo igualmente os países com maiores índices de pessoas que se dizem sem religião.

Os processos políticos estudados no Brasil, durante a produção deste trabalho, foram concomitantes com três outros movimentos ao redor do mundo, que tiveram grande destaque midiático neste país: a descriminalização a partir de um plebiscito na Irlanda, bem como a votação e as manifestações do Congresso Nacional argentino e as movimentações do governo Trump sobre o tema.

²⁸ Na segunda metade do século XX, durante o período de Guerra Fria, uma série de regimes ditatoriais promovidas por exércitos nacionais instalou-se em países da América do Sul, quais sejam: Paraguai, Uruguai, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana, Argentina e Brasil. O processo ditatorial Brasileiro iniciou-se em 1964 e teve fim em 1985, enquanto o regime argentino se instaurou em 1976 e perdurou até 1983. Em ambos os países a carta constitucional foi reescrita após o período.

O referendo irlandês

O caso irlandês se concentrou em maio de 2018. A situação das políticas pró-aborto barravam na oitava emenda constitucional, de 1983, a garantia dos mesmos direitos à mãe e ao feto²⁹. Ao tirar do feto certa coisificação atribuindo-lhe uma personificação a partir de direitos de cidadania, as práticas abortivas foram, automaticamente, proibidas. A princípio o primeiro-ministro Leo Varadkar do partido *Fine Gael* - agremiação criada com os ideais da democracia cristã - apontou que o referendo seria a respeito de uma flexibilização da legalidade. Porém, com o fim dos entraves políticos o referendo foi realizado contendo a pauta de liberalização do aborto voluntário em até 12 semanas de gestação.

A campanha foi marcada pelo grande uso das redes sociais, tanto pelo “sim”, quanto pelo “não”, do movimento *Love Both* (ame os dois). Nas vésperas da realização do plebiscito, a rede social digital *Facebook* bloqueou conteúdos sobre o tema vindos de redes estrangeiras. A eleição também foi marcada pela massiva participação populacional, tendo grande número de voos para o país sido esgotados³⁰.

O referendo do dia 25 de maio de 2018 terminou com uma votação massiva de 69% para o Sim contra 32% de votos para o Não, descriminalizando o aborto no país e rompendo com o que a Anistia Internacional havia mencionado como o país com uma das leis mais restritivas do mundo.

Tramitação na Argentina

Embora com uma cultura bastante conservadora, em face do catolicismo abrangente, a Argentina vinha buscando se tornar um país de vanguarda social na América Latina quanto a moral sexual reprodutiva. Sendo o primeiro a legalizar o casamento homossexual em 2010³¹, vinha assistindo o desenvolvimento de um movimento de descriminalização do aborto nos moldes das legislações europeias. Tal movimento provocou pressão sobre o então presidente da República Mauricio Macri,

²⁹ Em: https://www.sabado.pt/mundo/europa/detalhe/irlanda-vai-fazer-novo-referendo-ao-aborto-em-maio?ref=HP_Ultimas . Acessado em 25/07/2019.

³⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/analise-o-que-esta-em-jogo-no-referendo-irlandes-sobre-o-aborto.ghtml> Acessado em: 25/07/2019.

³¹ Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/senado-da-argentina-aprova-o-casamento-gay.html> Acessado em: 25/07/2019.

destacadamente contrário a legalização, buscando colocar o tema em debate no legislativo.

A movimentação no país se tornou grande na pressão política de ambos os lados, com envolvimento de políticos e celebridades locais. Em suma, a movimentação se deu, sobretudo, entre jovens argentinas contra movimentos conservadores tradicionalistas, vinculados em maioria à Igreja Católica.

A questão foi aprovada na Câmara dos Deputados por uma pequena diferença. Após a divulgação de diversas pesquisas apontando diferentes cenários³² a votação se encerrou em 14 de junho de 2018 com 129 votos a favor da descriminalização e 125 contra, aprovando assim o texto que seguiu para o Senado³³.

Este seguiu com algumas flexibilizações a fim de garantir a aprovação. Após a sessão na Câmara, o movimento contrário à descriminalização intensificou sua ação, sobretudo em manifestações de rua, as também chamadas Marchas pela Vida que ocorreram em mais de 200 cidades reunindo centenas de milhares de ativistas³⁴. Por fim, no dia 8 de agosto daquele ano, a extensa sessão se encerrou com 38 contrários votos em face de 31 a favor, impedindo assim o avanço da legislação³⁵.

A articulação da campanha da oposição se deu pela nomeada *Unidad Provida*, uma coalizão de 130 movimentos pró-vida garantindo então um maior poder de mobilização. Além disso, a organização e o fortalecimento desses movimentos durante o processo de discussão nas casas legislativas propiciaram uma atuação politicamente mais incisiva dos mesmos a partir da criação do *Partido Celeste Provida*, organizado através da coalizão *Frente NOS* que tem em seu estatuto a oposição à descriminalização do aborto e da chamada ideologia de gênero.

Em 2019, as eleições federativas da Argentina alteraram o espectro político do país, de modo que o partido mencionado acima não elegeu representantes, mas, para a Presidência da República foi eleito o candidato peronista da coalizão Frente de

³² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/13/internacional/1528842352_758073.html Acessado em: 25/07/2019.

³³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/06/em-votacao-historica-argentina-aprova-aborto-na-camara-de-deputados.shtml> Acessado em: 25/02/2021.

³⁴ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/dezenas-de-milhares-se-reunem-em-marcha-pro-vida-na-argentina-7eh1f3fb8pd3lehwh49bwyev8/> Acessado em: 25/02/2021.

³⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/08/09/senado-argentino-rejeita-legalizar-aborto-no-pais.ghtml> . Acessado em: 25/02/2021.

Todos, Alberto Fernandez, tendo como sua vice a ex-presidente Cristina Elisabet Fernández Kirchner, antecessora de Mauricio Macri. Fernandes já havia se posicionado a favor da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez e teve como uma de suas promessas de campanha enviar um projeto para efetivar tal descriminalização. A proposta foi remetida em 17 de novembro de 2020 para a Câmara dos Deputados, sendo aprovado em 11 de dezembro de 2020 com 131 votos a favor, 117 contra e apenas 6 abstenções. O projeto foi aprovado pelo Senado no dia 30 de dezembro, mediante votação de 38 votos a favor e 29 contrários³⁶.

O caso da Argentina é bastante ilustrativo sobre o peso da questão da liberalização do aborto na América Latina, sobretudo se analisado comparativamente com o da Irlanda. A tramitação do projeto de lei por duas casas legislativas, sendo obrigatória a aprovação em ambas para que não fosse rejeitado, foi o principal empecilho burocrático para que entrasse em vigor. Ao mesmo tempo, mesmo que a legislação como um todo não tenha sido redigida por completo no país europeu a votação de seu principal encargo se deu em um único pleito.

Tal questão poderia ter sido realizada na Argentina se não encabeçasse um considerável custo político ao então presidente Mauricio Macri. Devido à forte pressão popular devido à grande adesão que a pauta ganhou, Macri se viu obrigado a defender o projeto desde que fosse aprovado por um plebiscito popular. Dessa forma, o presidente permitiu que o debate fosse levado ao Poder Legislativo, se aproximando de setores culturalmente progressistas da sociedade argentina sem necessariamente abdicar o apoio de sua base eleitoral formada majoritariamente por conservadores.

Outra perspectiva de análise é em relação à atuação política dos movimentos pró-vida argentinos. A confluência dos diversos em um corpo único mostra a capacidade estratégica de seus organizadores, bem como a adoção das cores do movimento: enquanto os manifestantes pró-escolha adotaram o verde, a *Unidad Provida* optou pelo azul celeste da bandeira nacional, evocando o tradicionalismo nacionalista presente em países que atravessaram uma ditadura.

As cores da bandeira argentina também foram adotadas pelo Partido Celeste Provida, em seu logo e mesmo em seu nome. Esse movimento de colonização dos

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/30/senado-da-argentina-aprova-legalizacao-do-aborto-no-pais.ghtml> Acessado em 25/02/2021.

símbolos nacionais também aconteceu nas manifestações e passeatas eleitorais conservadoras ocorridas no Brasil, tanto no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, quanto nas manifestações de apoio ao atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

O acirramento da disputa pela vida no governo Trump

Como citado na introdução, a ascensão política de uma ultradireita é um fenômeno que eclode em algumas regiões do mundo, em maior ou menor escala. Cabe nos debruçarmos sobre o caso do governo Donald Trump, nos Estados Unidos, para entendermos alguns posicionamentos do governo brasileiro. As características eleitorais de Trump, eleito presidente estadunidense em janeiro de 2016, desenharam um quadro de poder que foi, depois, mimetizado em grande medida no Brasil, por Jair Bolsonaro.

Donald Trump se candidatou e governou filiado ao Partido Republicano, com enfoque na ala mais conservadora do eleitorado da legenda. A identidade empresarial permitiu ao ex-apresentador televisivo duas diferentes inserções no eleitorado: na primeira um claro aceno para o mercado financeiro e na segunda a figura de um *outsider*, alguém de fora da política tradicional. Trump teve como seu estrategista de campanha o empresário e produtor midiático Steve Bannon, que se utilizou do contexto social efervescente da política americana para viabilizar a candidatura do empresário³⁷. Além da crescente conservadora, que foi explicitada em uma manifestação de grupos declaradamente nazistas, como o ocorrido em Charlottesville³⁸ durante a corrida eleitoral outro fato que chamou a atenção no processo eleitoral foi a alta abstenção, como aponta Luis Miguel da Vinha (2017). Eleitoras-chave para os democratas – Afro-americanos, hispânicos e jovens – tiveram uma participação eleitoral abaixo do esperado.

³⁷ O estrategista de campanha de Donald Trump teve sua base de atuação nas mídias digitais aplicando táticas de marketing digital de forma a conduzir o algoritmo das redes a favor de sua campanha a partir das demandas locais, independente se se utilizasse de fatos confirmados ou não. Bannon atuou em outras campanhas conservadoras do mundo, inclusive assessorando a campanha presidencial de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-20/os-lacos-do-claro-bolsonaro-com-steve-bannon.html>. Acessado em: 04/05/2020.

³⁸ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40910927>. Acessado em 25/03/2021.

O processo eleitoral brasileiro que tornou Jair Bolsonaro o 38º presidente do país tem contexto muito similar ao das eleições estadunidenses. A figuração de Bolsonaro como um *outsider* da política – a despeito de ele ter sido deputado federal por três décadas - o acirramento moral em seus discursos e a indicação prévia do economista liberal Paulo Guedes para o Ministério da Economia construíram um cenário similar ao país da América do Norte. Além disso, o segundo turno de 2018 foi marcado pelo maior índice de abstenção de voto até então, 7,5% dos votos³⁹.

A aproximação de Trump com movimentos conservadores religiosos se iniciou a partir da escolha de seu vice, o então governador do estado de Indiana Mike Pence⁴⁰. Republicano tradicional, a escolha de Pence permitiu não só a união de divididas alas do partido, mas, principalmente, a confirmação do posicionamento religioso conservador. Em 2017, Mike Pence havia sido o primeiro representante federativo a participar da *March of Life*⁴¹ em Washinton. Tal fato permitiu que Trump participasse do mesmo evento no futuro, sendo ele então o primeiro presidente do país a participar de um evento pró-vida. O presidente discursou ao final do evento⁴² repetindo conhecidos jargões dos movimentos como “toda vida é sagrada”. Foi o próprio candidato a vice que deu a Trump o título de “o presidente mais pró-vida da história americana”. No ano seguinte apenas Pence esteve presencialmente no evento, porém, Trump apenas enviou uma mensagem transmitida através um telão.

A *March of Life* é um tradicional evento pró-vida nos EUA, sua primeira edição data de 1974, um ano depois do julgamento do caso *Roe vs Wade* pela Suprema Corte Americana, evento o qual que, na prática, permitiu a legalização do aborto nos Estados Unidos⁴³. Com mais de 40 anos de edição a Marcha se tornou um grande

³⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/percentual-de-voto-nulo-e-o-maior-desde-1989-soma-de-abstencoes-nulos-e-brancos-passa-de-30.ghtml>. Acessado em 25/03/2021.

⁴⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-escolhe-mike-pence-para-vice-diz-midia-19713557>. Acessado em: 25/03/2021

⁴¹ Marcha da Vida – Tradução Livre.

⁴² Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/interior/trump-apoia-marcha-anti-aborto-nunca-um-presidente-o-tinha-feito-9060868.html>. Acessado em: 25/03/2021.

⁴³ Inserir histórico.

evento no país, atraindo dezenas de milhares de manifestantes em 2020, segundo a organização⁴⁴.

Outra medida tomada pela administração republicana na era Trump foi tomada em março de 2019. O governo anunciou uma norma que barrava o financiamento federal à ONGs internas e estrangeiras que promoviam a educação sexual, conscientização sexual e políticas de acesso a saúde da mulher. Tal ação foi realizada sob a justificativa do país não mais financiar o aborto. As medidas foram comemoradas pela mídia direcionada brasileira, católica e protestante.

Essas prerrogativas só foram suspensas em janeiro de 2021, a partir da posse do novo com o novo presidente eleito Joe Biden⁴⁵.

O terceiro movimento que destaco do ativismo pró-vida do governo estadunidense é a possibilidade de indicação de ministros para a suprema corte. Tal como os movimentos pró-vida brasileiros, o órgão máximo do judiciário do país é também o principal alvo de manifestações *prolife*⁴⁶. Como dito anteriormente a liberação da interrupção voluntária da gravidez nos 50 estados do país se deu através de uma decisão da Suprema Corte, para tanto é necessário que alterações de mesmo porte sejam realizadas também através dela. Segundo Richard Lachmann (2019), apesar das duas indicações do ex-presidente Barack Obama, a atual suprema corte americana é a mais conservadora, tendo Trump feito duas nomeações possibilitando a formação de uma maioria conservadora capaz de reverter a posição tomada no caso *Roe vs Wade*.

Trump fez sua primeira nomeação já no início de seu mandato. Após a morte do juiz em exercício Antonin Scalia em 13 de fevereiro de 2016, o Senado norte americano não permitiu que Barack Obama indicasse um novo membro para a corte, devido à proximidade de menos de um ano do processo eleitoral seguinte. A morte do juiz conservador contribuiu para o fortalecimento da plataforma política de Donald Trump, prometendo que indicaria um magistrado de iguais convicções para assumir a

⁴⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/18/marcha-contraborto-em-washington-nos-eua-tem-discurso-de-vice-e-mensagem-de-donald-trump.ghtml> Acessado em: 25/03/2021.

⁴⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/28/biden-revoga-norma-que-restringia-acesso-ao-aborto-nos-eua.ghtml>. Acessado em: 25/03/2021.

⁴⁶ Pró-vida – tradução livre.

vaga. Pouco tempo após o sucesso no pleito, em 31 de fevereiro de 2017, indicou o juiz Neil Gorsuch. A indicação, ainda no início do mandato presidencial, não gerou comentário já que foi considerada moderada a partir das opções então disponíveis⁴⁷.

Como sua segunda indicação Trump tomou uma postura mais incisiva, indicando o juiz católico conservador Brett Kavanaugh, que havia sido assessor do ex-presidente republicano George W. Bush. Apesar de substituir Anthony Kennedy, indicado ainda por Ronald Reagan, a nomeação de Kavanaugh foi considerada um *swing vote*⁴⁸. Mesmo a maioria de ministros da suprema corte sendo indicada por republicanos, Kennedy ainda era conhecido por posicionamentos morais mais brandos. Lanchmann descreve situação similar nos casos de *Roe vs Wade*, que segundo o autor foi uma votação progressista em uma suprema corte conservadora. A indicação de Trump efetivou então a efetiva maioria conservadora.

Por fim, em setembro de 2020, faleceu da juíza liberal Ruty Bader Ginsburg. Indicada por Bill Clinton, Ginsburg foi a primeira mulher a compor a corte e era tida como uma das responsáveis por frear o avanço conservador no tribunal.

O falecimento da juíza ocorreu na semana do início da corrida eleitoral para a disputa à presidência, na qual as pesquisas apontavam uma desvantagem de 11 pontos de Trump em relação ao candidato democrata Joe Biden⁴⁹. A possível indicação de um nome para a suprema corte era novamente uma possibilidade de aceno político, agora para fortalecimento ideológico de sua base. Com esse intuito o empresário indicou a católica conservadora Amy Coney Barrett, conhecida principalmente por sua atuação pró-vida. A nomeação às pressas para que ocorresse antes da eleição guardava similitudes com o ocorrido com Barack Obama, descrito anteriormente. No caso de Donald Trump, entretanto, o Senado tomou uma postura diferente, a casa não adiou a decisão quanto à indicação para o próximo presidente eleito, mas sim efetivou Amy Barrett no cargo de ministra da suprema corte, permitindo assim que a ala conservadora da corte ampliasse a maioria, tendo seis juízes ao passo que a ala liberal tem apenas três.

⁴⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/01/internacional/1485907360_740324.html. Acessado em: 25/03/2021.

⁴⁸ Voto de mudança - tradução livre.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53682288>. Acessado em 25/03/2021.

A atuação pró-vida de Trump na Presidência da República é fruto da polarização política e do acirramento de posições extremistas no país, tanto quanto também alimenta tal cenário. Seus discursos e posicionamentos permitiram que seus ideais tivessem consequências em outras esferas da federação. As chamadas *midterms*, eleições ocorridas no meio do mandato presidencial, permitiram que republicanos ganhassem mais três assentos no Senado, sendo nomeados três parlamentares declaradamente pró-vida. A consolidação dessa maioria se mostrou válida inclusive no caso descrito acima, já que Amy Barretty conseguiu a maioria dos votos no Senado, mesmo sem ter nenhum voto democrata.

As eleições estaduais também arrefeceram a inserção política do movimento já que os estados de Iowa, Flórida, Geórgia e Ohio também nomearam governadores contrário à interrupção voluntária da gravidez, além da aprovação de referendos no Alabama e na Virgínia Ocidental que limitavam o acesso ao aborto⁵⁰.

Olhar o caso americano ajuda a entender o caso brasileiro. Desde o início de seu governo, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura mimética à de Donald Trump, não apenas em aspectos tradicionalmente morais e conservadores, mas também em outras questões como o controle da pandemia do novo coronavírus. Tal como Trump, sabe-se que Bolsonaro tem direito, em seu mandato, a pelo menos duas nomeações ao STF, após as aposentadorias dos ministros Celso de Mello e Marco Aurélio Melo. Em discurso realizado durante culto evangélico na Câmara dos Deputados, em julho de 2019, Bolsonaro disse que uma de sua indicação seria “terrivelmente evangélica”⁵¹. Até o ano 2020 a promessa ainda não se cumpriu, já que o magistrado católico Kássio Nunes Marques foi indicado para a vaga de Celso de Mello. O juiz de atuação discreta teve, porém, uma aproximação ao público religioso permitindo o retorno de cultos religiosos durante a fase mais crítica da pandemia. A decisão foi julgada pelo resto do plenário do STF e suspensa, mantendo a autonomia federativa dos estados e municípios para a gestão e controle da pandemia.

Sob o último aspecto é preciso antes ponderar a diferença federativa existente entre os dois países. Nos EUA as autonomias estaduais são mais preservadas do que

⁵⁰ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/grupos-pro-vida-ampliam-forca-apos-eleicao-nos-estados-unidos-8y9k5ocdv0aqb9vixs3gjf6g/>. Acessado em: 25/03/2021.

⁵¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acessado em: 25/03/2021.

no Estado brasileiro. Dentre os diversos fatores é possível apontar a baixa autonomia financeira que as unidades federativas brasileiras têm em relação à União, devido ao reduzido número de impostos estaduais, frente à arrecadação federal, o que obriga os estados a estarem em constante tutela da União. Porém, devido à má gestão da pandemia pelo governo federal, a suprema corte brasileira permitiu uma maior independência jurídica das unidades federativas em relação à União.

O aborto no Brasil

Aborto e vida nua

Para compreendermos a questão nos debruçaremos sobre os conceitos de *biopolítica* e *racismo de Estado*, de Michael Foucault (2005). Segundo o autor, eles advêm da Guerra das Raças⁵² como criadora de inteligibilidade dos processos históricos durante o século XVIII.

Foucault afirma que a forma de política que vigora no Estado moderno a partir do século XX não é mais centrada na simples tecnicidade da docilização de corpos, concentrada numa maximização da produtividade do indivíduo. Ela tem agora um novo objeto para além do corpo e da sociedade *sui generis* do direito. Um objeto plural, multifacetado: a população.

O direito à vida é desequilibrado, sempre pendendo para um lado. No caso do soberano, o direito à vida era, no limite, direito à morte. Ele podia fazer morrer ou deixar morrer, ou seja, ele detinha o poder de matar. As transformações do direito político permitiram uma reformulação desse direito. Se era possível ao soberano fazer morrer, o Estado moderno não goza mais desse direito, a sua proposição agora é fazer viver ou deixar morrer.

A mudança que permitiu isso é relativa à interpelação da racionalidade econômica na vida social. É a partir da tecnicidade que o estudo de taxas – natalidade, mortalidade, por exemplo – passou a significar os efeitos produtivos. Em cálculos racionais entende-se o quanto são onerosas determinadas situações e suas políticas

⁵² Segundo Foucault a Guerra das raças é uma contra-história, uma história anti-romana.

de combate, como por exemplo, o baixo rendimento produtivo e as formas de contorná-lo.

Assim se insere a biopolítica, na possibilidade do Estado de salvaguardar a vida e gerir em função de uma racionalidade econômico-social. Dela advêm, desde campanhas de vacinação e conscientização, até possibilidades últimas de encerrar outras vidas. Esse último, porém, expõe a contradição da biopolítica, já que guarda os mesmos direitos do soberano. Dessa forma o *racismo de Estado* se encarrega da possibilidade dessa execução. Foi no biopoder que o racismo se inseriu como mecanismo de Estado.

Como efeito, o racismo é o meio de imbuir o que deve viver e o que deve morrer. A distinção das raças é uma maneira de defesa no interior da população, de um grupo em relação ao outro. Determinar a censura biológica estabelecendo o domínio biológico. Enquanto a primeira função do racismo é fragmentar a segunda é permitir a relação positiva: deixar morrer para viver. A morte do outro é o que deixa a vida mais sadia.

Em suma, a morte é permitida no biopoder desde garanta a sobrevivência de uma população específica. A função assassina do Estado no biopoder só pode ser cumprida através do racismo, ele é a condição para que se possa matar.

É nesse ponto que o se insere o debate da legalização do aborto. Quando consideradas a interrupção da gestação para o feto em paralelo com as condições em que abortos ilegais são realizados, e a consequência para a saúde de mulheres que se submetem a isso, a discussão perante o Estado reside em a quem é permitido deixar morrer.

Nas campanhas contra legalização a preferência é pelo embrião, ao passo que nas campanhas a favor à da descriminalização a escolha é pela mulher. A aplicação do racismo de Estado se dá no ponto em que se decide quem é sujeito de direitos, a qual a biopolítica será empregada e quem se deixará morrer.

Em suma: a atuação de religiosos legislando pelas políticas anti-abortivas concentra no Estado o biopoder de decidir quem deverá viver e a quem será permitido deixar morrer. Já que no limite as campanhas pró-vida e pró-escolha, dizem respeito

não à etapa da gestação em que vida se inicia, mas sim quem é sujeito de direito perante o Estado.

Outro ponto de consideração é que o argumento religioso em uma situação de aborto voluntário descriminalizado é transformado em Estado de Exceção. Considerada a concepção de vida a partir do momento da fecundação, a legalização das práticas abortivas rebaixa o feto à condição que Walter Benjamin chamou de “Vida Nua” (BENJAMIN, 1977), ou seja, a vida que possui mera existência biológica, desprovida de direitos. Segundo Giordano Agamben (2007), ao submeter um indivíduo que goza de direitos à condição de “matável”, o Estado adquire características de soberano, torna-se aí o Estado de Exceção (AGAMBEN, 2019).

A fuga dessa caracterização vem por meio da tecnicidade e do discurso médico o qual Foucault já caracterizou como o Estado moderno, que desconfigura o feto como indivíduo vivo a partir de dados e convicções científicas médicas. A definição de “início da vida” a partir do acionamento neurológico é propriamente científica e abandona qualquer mística do poder, já que considera como vida o trabalho de sinapse do indivíduo⁵³.

Mesmo dentro da perspectiva religiosa, o Estado ainda ganha conotações de soberano com o aborto voluntário criminalizado. Se o início da vida no embrião é fruto de debate científico e teológico, na mulher, tal qual sujeito social formado e atuante, é indiscutível sua existência. Ao atribuí-la ao considerá-la como vida “matável” face ao embrião o Estado atribui a ela a condição de vida nua.

A questão do aborto no país não reside apenas em diretrizes religiosas de respeito à vida ou de bandeiras feministas de direito ao corpo. Ela é também uma questão de saúde pública, já que a proibição tem consequência direta na prática ilegal da interrupção voluntária da gravidez. O aborto realizado em condições precárias é passivo de complicações e riscos à saúde e à vida das mulheres que o fazem, causando um problema direto para a administração governamental.

Nesse quadro soma-se a atuação de religiosos na política que procuram traduzir em leis seus dogmas religiosos, garantindo através do Estado laico que todo

⁵³ É notória, no entanto, a influência da filosofia de Immanuel Kant nessa perspectiva, já que considera a vida como capacidade racional.

o escopo populacional siga as diretrizes, independente de crença ou filiação religiosa. Quando defrontados com a questão do aborto, procuram fazer com que o Estado garanta a possibilidade de gestação ao embrião, se opondo as iniciativas de descriminalização.

A questão, porém, não reside apenas no embrião, mas também, como dito anteriormente, na vida da mulher. Isso torna o debate da legalização ou criminalização do aborto uma decisão entre indivíduos: a mulher ou o feto. Quando resguardada essa decisão ao Estado, este só pode instrumentalizar a questão a partir da biopolítica e seu racismo de Estado.

Reside na biopolítica a possibilidade de fazer viver ou deixar morrer, não detendo a possibilidade de fazer morrer. Essa escolha é realizada através de cálculos de perdas e ganhos e normatividades técnico-médicas, traduzindo a possibilidade de vida ou não para um discurso puramente racional.

A sua aplicação na criminalização do aborto se dá de forma direta: o Estado faz viver o embrião ao passo que deixa morrer a mulher. Esse pragmatismo é possível através do racismo de Estado, que seleciona para quem a política é direcionada e quem se considera vida “matável” para um bem maior da população. O Estado então desconsidera a mulher como detentora de direitos sobre a vida conferindo a ela a “vida nua”, existência puramente biológica.

Cruzada moral à la Reagan

O afloramento da discussão de ordem moral no país não é um episódio isolado da história, como já apontado anteriormente. Em momentos de crise econômica, questões que vão de encontro ao tradicionalismo ou à moral religiosa passam a ganhar mais notoriedade, sendo alvo de perseguições. Entendo esse movimento como uma tentativa inconsciente de reestruturação social a partir do palpável, a fim de sair da estagnação provocada pelo momento sociopolítico, ou seja, devido à sua incapacidade de influência direta em questões macroeconômicas, a população se volta às bases tradicionalistas, resgatando o que se entende como o alicerce de uma sociedade organizada. Esse movimento é entendido e aproveitado pelo corpo político em questão. Se, em destaque, no ano de 2018 no Brasil, o debate preferido foi o do

aborto, algo similar ocorreu no governo Reagan nos Estados Unidos da década de 1980.

Eleito em 1980, Ronald Reagan fez sua campanha sobre a pretensão de recuperar o orgulho americano, ferido na década anterior por um dos maiores fracassos militares do país⁵⁴, movimentos da contracultura e pela eclosão dos novos movimentos sociais, como o “ativismo gay” e o movimento feminista, que conquistavam direito no âmbito político como a legalização do aborto e a eleição de um candidato declaradamente homossexual em São Francisco (DUARTE, 2013). Reagan guardava características perfeitas para agradar a nova direita dos EUA, além de ser o tradicional *WASP*⁵⁵, sua fama adivinha de suas atuações em filmes de *Western*⁵⁶ como caubói, um estereótipo de herói americano. O ex-ator reafirmava essa identidade constantemente, aparecendo publicamente com peças de vestimenta que o identificavam como tal.

Como aponta Larissa Costa Duarte (2013), a moralidade foi de vital importância durante os seus anos de governo, sendo que políticas sexuais assumiram posições centrais na sua agenda, em três instâncias: o incentivo à abstinência, as medidas de controle ao vírus HIV e o combate à pornografia.

A saúde pública e a moralidade formaram uma relação complexa durante seus dois mandatos, sendo mobilizadas de maneira inversa para essas três questões. No início, a diminuição dos índices de gravidez na adolescência era de clamor popular. Para isso o governo adotou medidas de incentivo à castidade, ou seja, ao invés da conscientização sobre métodos contraceptivos, foram criados programas de educação sexual na tentativa de promover a abstinência sexual. Dentro da lógica que Elias Evangelista Gomes chamou de “Agendamento da sexualidade”, ou seja, instituições determinando quando e como a vida sexual do indivíduo deve começar (GOMES, 2013).

⁵⁴ O conflito militar chamado Guerra do Vietnã foi um dos indiretos entre EUA e União Soviética, ocorridos durante o período de Guerra Fria. Esta durou de 1955 a 1975 e ficou marcada como a primeira grande derrota militar estadunidense já que obtiveram grande número de baixas e o então governo perdeu o apoio popular.

⁵⁵ O termo se refere à “*White, Anglo-Saxon and Protestant*”, “Branco, Anglo-saxão e Protestante”, características valorizadas pela direita conservadora do partido americano.

⁵⁶ No Brasil conhecidos como “Faroeste”.

Os programas de *abstinence-only*⁵⁷, como foram conhecidos, tratavam a questão como sob uma lógica moral, estabelecendo o sexo heterossexual no casamento sob uma ótica do que Rubin (2003) chamou de hierarquização sexual, conjunto de valores morais que estabelecem formas mais ou menos valorativas da realização dos atos sexuais. A estratégia governamental de abstinência tem dentro de si características que a impedem de explicar a conscientização para a prevenção de Infecções Sexualmente Transmitidas (ISTs).

Em face da eclosão epidêmica do vírus HIV durante a década de 1980, a postura governamental foi de silêncio, sendo que o presidente só falou publicamente do caso na metade do seu segundo mandato, em 1987 (DUARTE, 2013). O conhecimento de Reagan sobre o vírus, como é sabido, é anterior, já que o governo havia tomado então pequenas providências sobre. Como aponta Rubin, o combate à AIDS do período foi pautado na estratificação e hierarquização sexual. Reconhecida como uma doença de homossexuais a negligência deliberada foi mais que uma política de esquecimento. Tal perspectiva se encontra pode ser entendida através do conceito de Racismo de Estado foucaultiano descrito no subtítulo anterior.

Essa perspectiva é clara em relação à AIDS, a negligência do governo Reagan no combate à doença se configura como o “deixar morrer”, descrito por Foucault. As medidas governamentais de contenção declaradas passaram a ser tomadas quando os índices de contaminação em heterossexuais começaram a despontar. Estas, porém, foram nova cruzada moral. Configuraram verdadeiras perseguições fechando saunas e bares. As medidas adotaram os homossexuais como inimigos das instituições estadunidenses (RUBIN, 2003).

Novamente uma questão de saúde pública foi tratada na chave do moralismo estatal. Combatente veemente da incitação sexual, como visto nos casos acima, era quase natural que os focos de suas cruzadas se voltassem para a pornografia.

Endossado por perspectiva teórica de uma ramificação do movimento feminista, Reagan passa a perseguir a produção e comercialização pornográfica nos EUA. É importante, antes, enfatizar que criminalização da pornografia pelo movimento feminista não foi um grito uníssonos, sendo objeto de extensas disputas acadêmicas entre as que ficaram conhecidas como “pró-censura” e “pró-sexo” (DUARTE, 2013).

⁵⁷ “Apenas Abstinência” – Tradução Livre.

O movimento pró-censura havia elaborado um projeto de lei anti-pornografia, que acabou por ser homologada em algumas cidades do país. Classificavam a prática como incitadora de estupro, violência contra a mulher e de exploração do corpo feminino. Baseado nessas perspectivas Reagan transformou a pornografia em uma questão de saúde pública. Sua cruzada classificava o combate ao pornô um combate à violência de gênero. Ele era capaz de não apenas endossar, mas também de incitar a essa violência.

Não apenas nos termos descritos acima, o combate à pornografia também se configura na proteção à infância, como aponta Rubin (2003, p. 6): “Por mais de um século a tática para tratar a histeria erótica tem sido tão confiável quanto a proteção das crianças”. A onda terror se aprofundou nas fronteiras que leva à sexualização dos jovens. O rompimento do agendamento erótico institucionalmente imposto é o objeto de maior comoção e revolta. Por vezes a homossexualidade e a própria pornografia são combatidas como similares à pedofilia. Foi na transgressão valorativa que a ambiguidade entre moralismo e saúde pública foi criada. Ambiguidade esta utilizada para gerir as políticas sexuais de Ronald Reagan. O contexto elucidado acima guarda similitudes ideológicas com o atual momento do país e traz elementos para a nossa própria compreensão.

A situação brasileira contemporânea não se difere tanto dos processos que marcaram os EUA na década de 1980. Advindos de uma década de consolidação e fortalecimento de políticas e proposições legais que atendiam a demandas clássicas de movimentos sociais, o país vive hoje um processo de afloramento do grande conservadorismo, financeiro, moral e sexual.

O processo se intensifica com a presença de parlamentares diretamente vinculados a instituições religiosas, que carregam esses estandartes em plenário a fim de justificar sua eleição e de possibilitar o sucesso no próximo pleito.

Segundo Gayle Rubin (2003, p.1) “Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam veículos para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante ansiedade emocional”. É nos contextos de drásticas conturbações sociais que o observatório moral sobre questões sexuais se torna mais rígido. Pensando nisso passamos a compreender os dois períodos históricos analisados.

É na ambiguidade entre moralidade e saúde pública que reside nossa primeira análise. Se as políticas de Ronald Reagan foram conhecidas por subverter uma lógica

científica tornando opaca a diferenciação entre ambas, o mesmo é feito em relação às políticas sobre o aborto no Brasil.

Como demonstrado acima o aborto é uma realidade no cenário nacional, criminalizado ou descriminalizado. As diferenças numéricas residem nas taxas de mortalidade na realização clandestina do ato, sem condições de higiene e equipamentos necessários para a preservação da vida da mulher. Nessas condições a interrupção voluntária da gravidez é uma questão de saúde pública. A bandeira de defesa da vida se contrapõe à questão já que, ao considerar o início da vida humana concomitantemente com o início da gestação, se utiliza da moral religiosa na proposição de leis. Portanto ela suplementa a questão da saúde pública através de um prisma moral.

Ao realizar essa transformação a questão recai no racismo de Estado, a partir do já citado “fazer viver ou deixar morrer”. A sua aplicação na criminalização do aborto se dá de forma direta: o Estado faz viver o embrião ao passo que deixa morrer a mulher. Isto ocorre da mesma forma que foi realizada a negligência estatal em relação à epidemia da AIDS. O Estado seleciona para quem a política é direcionada e quem se considera vida “matável” para um suposto bem maior da população.

Por fim, o embate sobre a descriminalização do aborto recai diretamente na proteção à criança, como já apontado, como um instrumento de controle de histeria sexual e tradicional e justificativa moderna para a intensificação de controle social.

Ao entendermos a questão do aborto e seus desdobramentos teóricos e práticos farei, a seguir, uma análise das tramitações sobre o tema nas casas legislativas federais e no STF.

Capítulo 3

Aborto, política e poder

O aborto, como dito, é um dos principais tabus da sociedade ocidental, sendo preterido inclusive em discussões científicas, mesmo nas ciências sociais (ROSADO NUNES, 2012). Dessa forma a interrupção voluntária da gravidez adquire grande potencial político-eleitoral, já se mostrando decisiva em pleitos eletivos, sendo também motivo de grande mobilização e acirrados debates públicos.

Neste capítulo tratarei dos principais trâmites políticos que envolveram a questão, iniciando com a discussão sobre sua importância eleitoral e suas aparições nos últimos pleitos e no atual momento político do Brasil⁵⁸. Em seguida abordarei os principais momentos em que o tema esteve em debate: O PL 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro; a comissão especial formada quanto à Proposta de Emenda Constitucional 181/15, conhecida como PEC Cavalos de Tróia; as reuniões para o debate da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 442, no STF; a comissão formada pelo então senador Magno Malta em 2017 e um panorama de todos os projetos sobre o tema que tramitam nas casas legislativas nacionais.

Aborto e eleições

Machado (2012) e Luna (2014) apontaram a importância da questão do aborto durante o processo eleitoral de 2010 e a controversa aprovação do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o PNDH3. Dilma Rousseff, então ministra da Casa Civil e candidata à Presidência da República, havia se declarado a favor da descriminalização. Somava-se a isso a proposição do terceiro PNDH⁵⁹ em 2009,

⁵⁸ Para a construção dessa tese considero o último período democrático encerrado em 2 de dezembro de 2015 com o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

⁵⁹ Isso apesar de um avanço na discussão já ter sido dado no PNDH2, de 2002, sobre o aborto, tratado na chave de saúde pública. Já o PNDH-3 teve em seu texto um apoio real à projetos que o descriminalizam para promover uma igualdade de gênero, considerando a autonomia das mulheres de

durante o governo Lula. O programa continha em seu texto diretrizes favoráveis à descriminalização do aborto e à punição legal da discriminação de pessoas a partir de orientações sexuais, de modo que tocava em questões delicadas, tanto para católicos quanto para evangélicos.

A então candidata presidencial do Partido Verde, Marina Silva, tinha interessante peculiaridade, tendo iniciado a sua carreira política nas Comunidades Eclesiais de Base é hoje membro da Assembleia de Deus, apesar de construir a sua atuação política através de pautas ambientas carrega em si uma identidade evangélica pentecostal, o que não foi declaradamente explorado pela candidata realizando um a campanha mais laicista entre do pleito (SOUZA, 2013; MANDUCA, 2015). Paralelo a isso o candidato tucano José Serra contava com apoio de igrejas evangélicas e de um expoente pentecostal, o pastor assembleiano Silas Malafaia. Este se destacou pela prédica intensa em “defesa da vida”, condenando o PNDH-3. Serra contou também com o apoio de setores da direita católica, sobremaneira a RCC e o *Opus Dei*, além de declarações do então papa Bento XVI contrariamente ao aborto, endossando a aversão ao PT (MACHADO, 2010; RIBEIRO, 2015).

Foi necessária uma campanha contrária por parte de Dilma. De início, seu governo voltou atrás em relação ao PNDH-3, tornando-o mais parecido com o anterior. A candidata petista passou a visitar igrejas e redigiu a “Carta aberta ao povo de Deus”, na qual elucidava a importância das denominações evangélicas e se comprometia em deixar para o Congresso Nacional questões polêmicas, sobremaneira o aborto. Além disso, foi bastante importante o apoio ao PT recebido da IURD, algo que já vinha ocorrendo desde 2002 (MACHADO, 2012; MIGUEL, 2012)⁶⁰.

Ao mesmo tempo em que se propaga o debate sobre a descriminalização do aborto alguns grupos religiosos movem ações para a manutenção da lei, incluindo ainda as exceções citadas anteriormente, como o Estatuto do Nascituro, alcunhado, pejorativamente, de “bolsa estupro”.

decidirem sobre seus corpos. Após descontentamento social e pressão política, principalmente por parte da Igreja Católica, o texto foi alterado em maio de 2010 (LUNA, 2014).

⁶⁰ É importante ressaltar que a campanha de Dilma se concentrou em aproximação com os evangélicos já que a sua postura mais à esquerda política coibia o apoio de setores conservadores católicos e os progressistas que antes apoiavam o PT e passaram a endossar a campanha de Plínio de Arruda Soares (PSOL).

Durante a pesquisa de mestrado (MANDUCA, 2015) verificou-se que, apesar de serem comuns entre as denominações cristãs, as pautas dos movimentos pró-vida são levantadas em destaque pelo contingente católico⁶¹, ao passo que os parlamentares evangélicos se inclinam comumente para o que intitulam “defesa da família”, posicionamentos contrários aos direitos dos movimentos LGBTQIA+.

Lia Zanotta Machado (2017) descreve a histórica relação do catolicismo com a temática da interrupção da gravidez. A cosmologia católica tem por início da vida o momento que a alma encontra o corpo. A subjetividade da definição resvala no aborto já que não é possível precisar o momento em que isso ocorre. A determinação da questão se deu em 1869 com a decisão do papa Pio IX em considerar a vida a partir da concepção (MACHADO, 2017). Essa decisão foi corroborada com a descoberta científica do DNA, a partir do que a Igreja Católica afirmou que, como o código genético do embrião já determinava características do indivíduo, ali já se iniciava a vida (MACHADO, 2008).

O posicionamento evangélico foi analisado também por Cecília Mariz (1998). Em pesquisa realizada por *survey* no Rio de Janeiro a autora pôde perceber uma maior tolerância de fiéis e pastores já que apesar de serem contrários à prática do aborto não a condenam em casos específicos.

Rosado-Nunes (2008) afirma que a interrupção voluntária da gravidez se tornou, mais efetivamente, uma pauta política dos pentecostais após o envolvimento de parlamentares evangélicos em escândalos de corrupção⁶². Em consequência, o discurso de uma idoneidade política, baseada em preceitos religiosos, se enfraqueceu. Em sua análise das relações entre o feminismo e o Estado brasileiro, Lia Machado (2017) demonstra que a ofensiva religiosa à questão do aborto se intensificou com os avanços progressistas da década de 1990, envolvendo a descriminalização no caso de anencefalia e a obrigatoriedade do SUS de tratar os casos de aborto permitidos em lei.

⁶¹ A literatura de ciências sociais da religião confirma a histórica predileção católica pela questão (MACHADO, 2010; LUNA, 2013; MIGUEL, 2012)

⁶² Como destaque o envolvimento de Carlos Alberto Rodrigues Pinto, o iurdiano conhecido como bispo Rodrigues, no caso da “Máfia das Sanguessugas” em 2006. O escândalo teve grande número de evangélicos envolvidos e culminou em uma breve diminuição da representação evangélica no Congresso Nacional (SOUZA, 2013)

Os movimentos pró-vida foram abordados na pesquisa de Vera Simone S. Kalsing (2002), em que ela analisou um episódio ocorrido na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1997, envolvendo um projeto de lei proponente de que hospitais da rede pública atendessem os casos de aborto previstos por lei. O projeto foi aprovado, mas vetado pelo então governador Alceu Collares (PDT) e quando colocado novamente em plenário, foi rejeitado. O debate se deu entre lideranças e deputados representantes religiosos, feministas e ativistas dos movimentos pró-vida. Kalsing aponta que a segunda votação ocorreu em período eleitoral, o que demonstra a força política envolvida nessas questões.

A atuação de movimentos pró-vida ocorre já há algum tempo. Porém, o atual contexto é permeado por uma religiosidade cada vez mais conservadora. A predominância de grupos pentecostais é visível em agremiações protestantes e no catolicismo, em sua versão carismática. Dessa forma, debates que seriam centrais em certos setores da esfera social, como a saúde pública, por exemplo, são permeados por discussões ideológicas de cunho religioso.

O Estatuto do Nascituro

Ainda sobre a Câmara dos Deputados destaco o Projeto de Lei 478 de protocolado no ano de 2007 que carrega o nome de Estatuto do Nascituro, o PL foi protocolado pelos deputados Luiz Bassuma, então no PT da Bahia e Miguel Martini, então no PHS de Minas Gerais. Escrito com auxílio da assessora Damares Alves, o PL propõe a criação de um código legal que salvasse os direitos do não nascido, chamado de nascituro, até que ele adquira a personalidade jurídica, ao nascimento. O Estatuto foi redigido por Bassuma, espírita kardecista, após ser contrário à posição do partido de apoio à descriminalização do aborto. Como apontou a Damares em entrevista a posição do deputado em relação à questão desgastou seu relacionamento com o partido, até ele se desligar em 2009.

O PL trazia em si diversas questões que sabidamente não demonstravam consenso no congresso. Destaco o Artigos 3º, que estabelece que a vida se inicia na concepção, o Artigo 13º, que legisla sobre a gravidez no caso de estupro em que assegura que o nascituro concebido em ato de violência não poderá ser discriminado por isso, propondo que o culpado, quando identificado, seja responsável por pensão

alimentícia até os 18 anos, ficando o Estado responsável pela pensão caso o culpado não seja identificado e a criminalização do aborto, impedindo que se tome posicionamento político a favor da questão em seu Artigo 28º.

A proposição estava prevista para ser pautada em três comissões: A Comissão da Seguridade Social e da Família (CSSF), a Comissão de Finanças e Tributações (CFT) e a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dessa forma o projeto seria debatido nas instâncias parlamentares que lhes compõem: validação em relação à sua importância social, condição financeira do estado de prover com os custos provenientes de sua aprovação e a sua legalidade perante a constituição federal. A tramitação se iniciou a partir da CSSF.

Proposto no início do ano legislativo, o PL ganhou o número de 478 daquele ano. Após aprovado foi encaminhado para a sua primeira comissão e teve como relatora a Deputada Solange Almeida (PMDB-RJ). O projeto teve um hiato de pouco mais de um ano, com a exceção da anexação de outros PLs similares em seu teor. O relatório foi protocolado em novembro de 2009 e após a retirada de algumas sessões, foi votado aprovado em maio de 2010 e seguiu para a CFT.

Na nova comissão o estatuto foi arquivado com o fim da legislatura, porém, teve seu desarquivamento pedido já em fevereiro de 2011 pela deputada Sueli Vidigal (DEM-ES) e teve José Guimarães (PT-CE) como relator. O PL passou pela relatoria de três deputados opositores ao seu teor, José Guimarães, Claudio Puty (PT-PA) e Jean Willys (PSOL-RJ) e foi devolvido sem manifestações. Por fim, deputado evangélico Eduardo Cunha (PMDB-RJ) foi designado como relator, em 09 de abril de 2012. Em rápida apreciação, seu relatório favorável foi protocolado já em 24 de maio, nele o deputado analisou o projeto a partir da condição de colocar os gastos da legislação no orçamento do Estado, deixando claro que o mérito social da questão havia sido trabalhado na comissão anterior. Após acalorados debates o relatório foi aprovado em 05 de junho de 2013.

Foi a partir da aprovação do relatório na CTF que a questão tomou notoriedade popular. É importante destacar que o ano de 2013 foi de grande movimentação política e o olhar popular para as questões conservadoras no congresso nacional cresceu com a nomeação do pastor Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a da aprovação, quase simultânea ao PL 478/2007, do Projeto de Lei Complementar (PLC) 234/2011, popularmente conhecido como “cura gay”, que

permitia que profissionais da psicologia tratassem da homossexualidade, colocando-a em condição análoga a uma doença⁶³.

A partir da aprovação na CFT o projeto foi alvo de inúmeras manifestações contrárias, ao mesmo que foi incorporada às pautas de movimentos pró-vida. A 6ª Marcha Pela Vida, ocorrida em junho daquele ano, teve o Estatuto como seu objeto de protesto, sendo ele também incorporado nas pautas declaradas do movimento.

Após a aprovação na CFT o projeto foi encaminhado para a CCJ, porém, em uma estratégia de resistência, o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) apresentou um requerimento para o plenário da Câmara que a proposição fosse analisada pela Comissão de Direitos da Mulher (CMULHER), em junho de 2017. A relatoria do projeto ficou com o deputado pró-vida Diego Garcia, então no PHS do Paraná.

Garcia tem proximidade com os movimentos pró-vida, e teve atuação significativa na Comissão Especial para a aprovação da PEC 181/2015. Em requerimento para a realização de audiências públicas o parlamentar requisitava a presença de Ana Ariel, Lenise Garcia, Rose Santiago e Lilian Nunes dos Santos líderes de entidades pró-vida.

No começo de setembro do ano seguinte, 2018, Diego Garcia apresentou um relatório de 30 páginas em que justifica o voto pela aprovação em 4 partes: Perspectivas filosóficas e holísticas; Dez razões de caráter ético e jurídico; A evolução dos direitos humanos e, por fim, a análise do Substitutivo aprovado na CSSF. O voto se encerra com a música “O que é o que é?” de Luiz Gonzaga Jr, com a intenção de colocar o projeto dentro da esfera pró-vida fortalecendo a expressão. A proposição foi arquivada ao final da 55ª legislatura e, após ser desarquivada pelo Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP), teve pouca movimentação para além da indicação para relatoria do deputado Emanuel Pinheiro Neto do PTB-MT.

Apesar de ainda em tramitação é permitido analisar as diferentes movimentações sociais em relação ao período de cada avanço em plenária. De baixa manifestação em seu início - concomitante ao escândalo de corrupção denominado mensalão - e na sua aprovação na CSSF - concomitante às eleições presidências de 2010 – até sua forte oposição em 2013. O PL 478/2007 é ainda hoje o principal projeto de criminalização do aborto em tramitação no congresso, sendo objeto de entusiasmo

⁶³ Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/06/cura-gay-e-aprovada-pela-comissao-de-direitos-humanos-da-camara.html>. Acessado em: 05/05/2021.

de deputados bolsonaristas. Apesar disso, ainda não houve grandes movimentações em relação à tramitação do PL, sendo utilizado ainda como objeto de pressão em discurso político.

A PEC 181/2015

“A gente vai meter o negócio do aborto”. A frase do deputado federal João Campos (PRB-GO) foi dita ao presidente temporário da Comissão Especial para debate da PEC 181/2015, o agora falecido Arolde de Oliveira (PSD-RJ) – que havia sido convidado para presidir a primeira sessão até a eleição da chapa, para continuar os trabalhos – deu o tom do que seriam os trabalhos daquele grupo parlamentar. A frase foi dita fora do momento de fala do deputado, mas captada pelo microfone, que foi desligado poucos segundos depois. O pequeno deslize técnico demonstrou a intenção de uso da PEC 181 de 2015 – que versava inicialmente sobre a prorrogação da licença à maternidade em caso de bebê prematuro – para incrementar a legislação em oposição à descriminalização do aborto voluntário, de forma, inicialmente, escondida.

Tal manobra fez com que tal proposta de emenda constitucional ficasse conhecida como “PEC Cavalo de Tróia”, inicialmente um presente, que atendia inclusive demandas do movimento feminista, mas que posteriormente se mostrou uma ameaça aos direitos individuais.

A manobra consistiu em acrescentar ao texto original um artigo que determinava a vida iniciada a partir da concepção. Tal proposição funcionava como um calcanhar de Aquiles para as legislações referentes ao aborto, ainda dentro da metáfora mítica grega, já que se baseia no Artigo 5º da Constituição Federal postulante de que todo brasileiro tem direito à vida. Dessa forma, a aprovação da PEC, na prática, criminalizaria a interrupção voluntária da gravidez, mesmo nos casos já permitidos por lei.

A instauração da comissão se deu em um momento específico: em face da decisão da Primeira Turma do STF de considerar que o aborto não é crime até o terceiro mês de gestação. A definição do ministro Luiz Roberto Barroso abria precedentes para a legalização da prática no país. Dessa forma, deputados se articularam para combater o que chamaram de “ativismo judicial”, alegando a

sobreposição do STF à legislação vigente no país. A alteração do texto inicial da PEC se colocava então como um enfrentamento ao Judiciário por parte do Legislativo.

O então senador Aécio Neves (PSDB-MG) propôs a PEC de número 99 em 2015, visando prolongar a licença maternidade em caso de nascimento prematuro, em quantidade de dias igual ao tempo que o bebê estivesse no hospital, durante o discurso de apresentação da proposta Aécio tomou o cuidado de elucidar que PEC 99/2015 não se tratava de uma proposta feminista, mas de necessidade pública. A proposição foi aprovada por unanimidade na casa e seguiu para a Câmara dos Deputados.

Na outra caso legislativa a PEC foi assumida pelo deputado Jorge Silva (SD-ES), momento em que se tornou a Proposta de Emenda Constitucional número 181 daquele ano. A proposta ficou inerte por um ano, até 30 de novembro de 2016, quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), autorizou a criação de uma Comissão Temporária Especial para debater a questão. A decisão ocorreu no dia seguinte a um *Habeas Corpus* (HC) concedido pela Primeira Turma do STF a cinco pessoas acusadas de realizar abortos ilegais em uma clínica clandestina no Rio de Janeiro⁶⁴. O ministro responsável, Luís Roberto Barroso, concedeu os HCs argumentando que o aborto, até o terceiro mês de gestação, não é crime e tendo como base a descriminalização em outras repúblicas democráticas.

Apesar de a decisão ser vinculante ela teve reflexo negativo na Câmara dos Deputados em dois vetores: desagradou setores religiosos conservadores, já que abria precedentes para a descriminalização do aborto voluntário no país; o outro ponto era que a decisão do magistrado sobrepuja competências legislativas, transferindo para o Judiciário uma questão que, em tese, deveria ser debatida no parlamento. Dessa forma, ao propor a PEC, Maia buscou aproximação com o eleitorado conservador, crescente no país, ao mesmo tempo em que promoveu demonstração de poder frente ao Judiciário.

A estratégia para a utilização dessa PEC na proibição do aborto voluntário foi considerar que a Constituição Federal garante o direito à vida a partir do nascimento. No caso do nascimento prematuro, para que a criança e sua mãe possuam direitos específicos, é necessário considerar que o início da vida se dá antes do término da

⁶⁴ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-nov-29/interromper-gestacao-mes-nao-aborto-turma-stf>. Acessado em 25/03/2021.

gestação, tornando o início da vida a partir da concepção. Nesta perspectiva, a proteção da vida iniciada a partir da concepção é função do Estado, portanto, torna-se crime qualquer forma de interrupção voluntária da gravidez, fora aquelas já previstas em lei.

Sob interpretação bastante adaptada do texto original a comissão para julgamento da proposta foi formada por 33 deputados, sendo 75% declaradamente religiosos (51% evangélicos e 24% católicos) e apenas 21% representantes de setores laicistas da sociedade.

Além da simples filiação religiosa, é grande o número de deputados que atuam ativamente em função de sua devoção. O cruzamento de dados demonstrou que 30% são membros da FPCAR, 63% participantes da FPE e 67% pertencentes às frentes parlamentares pró-vida.

No entanto a principal discrepância é relativa ao gênero. Apenas quatro mulheres integraram a comissão, ou seja, 88% dos parlamentares que discutiram a possível descriminalização do aborto era homens.

A articulação da comissão ficou a cargo do deputado evangélico João Campos, atualmente no PRB de Goiás, que, em busca de coalizão, abdicou da presidência cedendo-a ao carismático católico Evandro Gussi (PV-SP). A formulação da chapa foi articulada de modo a garantir equidade religiosa. Dela fariam parte os membros da RCC representados por Gussi na presidência e o músico Flavinho, então no PSB de São Paulo, na vice-presidência; e os evangélicos com Goevania de Sá (PSDB-SC) e Leonardo Quintão (PMDB-MG). Mesmo a presidência cabendo ao católico Gussi a relatoria da comissão ficou a cargo do evangélico Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP).

Em sua primeira reunião, no dia 7 de dezembro de 2016, foi realizada a eleição para a chapa que conduziria os trabalhos. A chapa única mencionada acima foi eleita com uma votação de 19 votos à zero, em uma reunião composta majoritariamente por deputados religiosos. Ao se iniciarem as falas foi possível perceber que alguns deputados sabiam da intenção de instauração da comissão enquanto outros ainda se prendiam nas formulações originais da PEC, como, por exemplo, o próprio proponente na Câmara dos Deputados, Jorge Silva, que em seu discurso elucidava a necessidade do prolongamento da licença à maternidade no caso de prematuridade. Ao mesmo tempo, os discursos dos deputados que encabeçariam os trabalhos da comissão já se

mostravam relativos ao que a PEC postularia: a criminalização do aborto voluntário em qualquer situação.

Os discursos carregavam as tônicas de proteção à família, o direito à vida e o embate à decisão do STF, sob a acusação de ativismo judicial. Esses três temas também deram a tônica para as três audiências públicas subsequentes que ocorreriam na tramitação da PEC. Ao final, Evandro Gussi encerrou com dizeres de que aquela estava sendo conhecida como a “PEC da Vida”.

Como dito anteriormente três foram os principais temas debatidos pela comissão, através de três audiências públicas ocorridas nos dias: 10, 17 e 30 do mês de maio de 2017. Os convidados falaram, respectivamente, sobre: “ativismo judicial e seus perigos para o Estado de Direito”; “os riscos da realização do aborto” e “a valorização e a importância da família”.

O ativismo judicial

Na ciência do direito o termo *ativismo judicial* é empregado quando o Judiciário age além dos poderes que lhe são conferidos em ordem jurídica (ALMEIDA, 2011). O termo vem ganhando notoriedade política, tanto na direita quanto na esquerda política, seja no caso específico da PEC 181/2015, em que o Judiciário é acusado de adentrar o Legislativo, ou no processo eleitoral de 2018, em que o Judiciário agiu de forma a influenciar os resultados, sobretudo na escolha do presidente da República.

Atualmente, o país se encontra em um momento de aprofundada crise política, impulsionada em grande medida por uma crise econômica, perda de direitos trabalhistas e sociais e os efeitos da veiculação midiática massiva de denúncias de corrupção. Tal cenário promove uma constante descrença popular nas instituições políticas, principalmente nos poderes: Legislativo e Executivo.

Como apontado no capítulo anterior, em momentos de grandes crises ocorre também um moralismo crescente. Este tem consequências mais visíveis em questões de moral sexual e reprodutiva, porém, é estendido a todas as esferas sociais. Dessa forma o Judiciário é visto pela população como um agente moralizador da política, o grande responsável pela punição dos corruptos.

Esse cenário tem garantido apoio e liberdade ao Judiciário para atuar deliberadamente em diversas questões sociais, promovendo uma judicialização da política, tanto em abordagens progressistas quanto conservadoras.

A comissão formada para debater a PEC 181/2015 teve em sua base a crítica ao “progressivíssimo judiciário”, centrado no ministro Luís Roberto Barroso. Para discutir o tema em sua primeira audiência pública, em 17 de maio de 2017, foram convidados os professores José Levi Mello do Amaral Jr. e Erival da Silva Ramos, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Os palestrantes se centraram no temo do ativismo judicial em si, usando jargões jurídicos e explanando a respeito do conflito entre os três poderes, que a prática resulta. As conexões do tema com o aborto se deram no pronunciamento dos deputados carismáticos católicos Flavinho e Erro Biondini (PROS-MG).

Os riscos da realização do aborto

É fato conhecido que a criminalização do aborto tem como grande consequência a realização do mesmo de forma clandestina. Segundo dados da Pesquisa Nacional do Aborto⁶⁵, mais de 500 mil mulheres se submeteram à prática entre 2015 e 2016. Dessas, foram contabilizadas 1.664 mortes no mesmo.

Os riscos do aborto ilegal são amplamente veiculados pelos ativistas favoráveis à descriminalização. São discutidos números e condições de funcionamento e higiene em que as clínicas clandestinas se encontram, além das consequências físicas e psicológicas que a mulher sofre ao abortar.

Na segunda audiência pública, em 31 de maio de 2017 e realizada pela comissão especial, os mesmos argumentos foram utilizados, porém, como forma de defender a criminalização do aborto em qualquer circunstância.

Para compor a mesa foram convidados o Paulo Vasconcelos Jacobina, da Procuradoria Geral da República, além de professor de bioética no Instituto São Boaventura e Lílian Nunes dos Santos, professora de direito na Universidade Estácio de Sá e membro da Rede Nacional em Defesa da Vida.

As falas seguiram no teor de direitos sobrepostos: os da mulher aos da criança, que, no caso, ganha o status de inocente e indefesa, pois ainda é intrauterina. Além de historicamente alinhar a descriminalização do aborto com o regime nazista, o procurador chamou a atenção dos riscos da descriminalização por parte do ativismo

⁶⁵ Realizada em ANO pela Aniz – Instituto de Bioética, conduzida pelos pesquisadores Debora Diniz, Marcelo Madeiros e Alberto Madeiro.

judicial, sobre o parlamento, já que no caso dos Estados Unidos havia ocorrido da mesma forma - através da suprema corte - e perdura até hoje.

Por fim, foram elucidados os traumas e condições do aborto legal e ilegal, apontando que a conscientização da valorização da vida, a proibição e desincentivo à prática abortiva seriam as formas de impedir que mulheres se submetam ao procedimento traumático.

A audiência foi aproveitada pelos deputados para exporem outros projetos que propunham ou apoiavam, voltados para valorização da vida e a criminalização do aborto.

A importância da Família

A defesa da família tradicional, composta por pai, mãe e filhos, tem sido uma tônica cada vez maior em campanhas eleitorais e discursos no Congresso Nacional. A narrativa é, em geral, dirigida à condenação da homossexualidade já que considera a família alicerçada na heteronormatividade. Nos debates da PEC a defesa da família pôde ter seu conceito estendido.

Por ser tratar de uma proposta de emenda constitucional, que garante direitos trabalhistas à mãe do bebê nascido prematuramente, o debate se estendeu para a importância da mãe presente na formação da criança. Como tal, a grande relevância da existência de uma família estruturada e, em consequência, a importância da família, inclusive com a interdição de leis que possibilitariam sua desestruturação, como a descriminalização do aborto voluntário. Foram convidados para a audiência a professora de direito Maristella Pazzini, da Associação das Famílias de Cascavel-PR e Região, e Aridney Loyelo Barcelos, da Confederação Nacional das Entidades de Família. As falas, em geral, se deram a respeito da importância da família no “crescimento e construção do cidadão” e as noções de masculino e feminino presentes nela.

Outros dados sobre a PEC 181/2015

A Comissão Especial Temporária para debater a PEC 181/2015 teve treze reuniões que ocorreram entre 7 de dezembro de 2016 e 8 de novembro de 2017. Houve 22 requerimentos, 18 deles demandando audiências públicas sobre os mais diversos temas, sendo todos aprovados. Os outros quatro requerimentos foram na

tentativa de breçar a tramitação da PEC e do relatório – três do deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) e um de Erika Kokay (PT-DF) – sendo os quatro reprovados pela comissão.

Apesar do grande número de audiências públicas solicitadas apenas três se realizaram, dentre estas apenas a do deputado Jerônimo Georgen (PP-RS) discorria sobre a condição do bebê prematuro, visando chamar Denise Suguitani, da ONG Prematuridade. Em 17 de novembro de 2017, essa organização publicou em seu *site* uma nota de repúdio à tramitação da PEC, sem se pronunciar a favor ou contra o início da vida a partir da concepção. A ONG alegava que o tema envolve questões mais abrangentes e polêmicas do que a licença maternidade do bebê prematuro e que, apesar de tentar diálogo com os deputados sobre a necessidade da aprovação da proposta original, não houve retorno.

A PEC tramitou sem grande resistência na comissão, com exceção das reuniões em que foram debatidos os requerimentos e o cronograma de atividades, sendo que a deputada Erika Kokay questionou firmemente o fato de o tema original da PEC não ter sido contemplado em nenhuma audiência ou debate. O outro foco de debate se deu nas reuniões de aprovação do relatório de Jorge Tadeu Mudalen, mais centrado no posicionamento de Erika Kokay e Glauber Braga. Outro destaque foi a participação feminina na comissão. Além da baixa representatividade numérica, a participação mais efetiva no decorrer da tramitação se centrou nos deputados homens, com destaque para os da Renovação Carismática Católica. Mesmo a vice-presidente Geovania de Sá se limitou a poucas aparições no decorrer da tramitação.

Ao final de 11 meses de debate, o texto, como o artigo que considera o início da vida a partir da concepção, foi aprovado em 8 de novembro de 2017, por 18 votos a um. Ele seguiu para tramitação até a votação em plenário.

Senado Federal

O Senado é uma instância do legislativo voltada para questões mais próximas à Constituição Federal e outras proposições legais do que a regionalidades e manutenção propriamente locais, por isso a representação estadual é pareada, sendo três senadores por estado, diferente da Câmara dos Deputados, que tem um

número de cadeiras por unidade federativa proporcional a representatividade populacional do respectivo estado no país.

A formulação de seu corpo se dá de forma democrática, realizada através de voto majoritário, como em eleições para cargos executivos, ou seja, os senadores mais votados ocupam as vagas de seus respectivos estados, ou seja, sua composição é eleitoralmente construída de forma diferente a da Câmara dos Deputados, que se baseia no sistema proporcional.

A ideia com o Poder Legislativo composto pela Câmara dos Deputados, pelas Assembleias Legislativas e pelas Câmaras Municipais é garantir democracia representativa na qual diferentes grupos tenham suas diferentes demandas representadas. Para tal, o sistema político brasileiro deposita nos partidos o angariamento ideológico que permite tal representatividade.

Para essa realização o sistema político brasileiro faz uso do quociente eleitoral, calculado a partir do número de votos válidos e a quantidade de cadeiras disponíveis na casa para então se utilizar esse valor e em conjunto com o número de votos totais que cada partido conseguiu é possível determinar quantas cadeiras cada grupo terá na casa específica. Essas serão ocupadas pelos candidatos mais votados de cada partido.

A forma como o processo eleitoral do Senado é conduzida não deixa então tanto espaço para que candidaturas propriamente ideológicas tenham êxito. Se o esquema proporcional da Câmara caba por “puxar” candidatos menos votados e de viés ideológicos mais ímpares, sem a necessidade da mobilização de diversas identidades, como em cargos executivos, os votos para senadores tendem a refletir conteúdos mais pragmáticos e tradicionalismos políticos (SINGER, 2000).

Outro fator que favorece nossa argumentação é a renovação parcial que a casa tem. Cada senador tem um mandato de oito anos, sendo seu corpo 33% em uma eleição e 66% na outra. O planejamento é realizado para que clamores populares de representatividade tenham a sua vez ao mesmo tempo que a troca do corpo não seja drástica, sempre permanecendo alguns senadores da legislatura anterior.

Mesmo dentro dessa normativa, a atual composição do Senado Federal não ficou imune ao avanço conservador. As eleições de 2018 foram responsáveis pela

eleição de dois senadores por estado, o que propiciava uma possível renovação de 66% do corpo legislativo, ou seja, 54 senadores. A tendência de renovação política já diagnosticada na Câmara dos Deputados foi também uma realidade no Senado. Dos 54 cargos disputados em pleito apenas 11 foram reeleitos, em média 20%, e apenas os estados do Pará e da Paraíba reelegeram 100% de seus senadores.

Em relação a partidos a composição do Senado teve a seguinte representatividade.

Tabela 1 – Partidos presentes no senado

Partido	56ª Legislatura
MDB	15
PSD	11
PODEMOS	8
PP	7
PSDB	7
DEM	6
PT	6
PL	4
CIDADANIA	3
PDT	3
PROS	3
PSL	2
REDE	2
REPUBLICANOS	2
PSB	1
PSC	1
Total	81

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

A maioria dos partidos representados na casa ainda são dos considerados “centro fisiológico”, legendas não tão caracterizadas por sua ideologia política, mas pela personalidade de seus membros. Dentre esses destaco MDB, DEM, PDT, PP e PL.

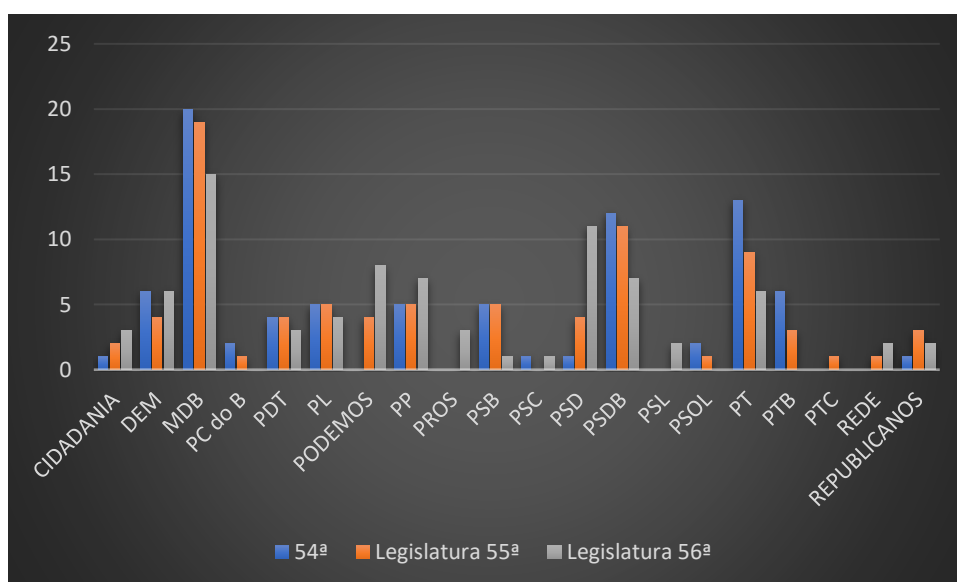
O PSD é um partido que se destaca também por um fisiologismo próprio, que tem tendência para o bloco das legendas do centro, porém, a sua ideologia dúbia permite a entrada de integrantes com matizes ideológicos, principalmente voltados para o conservadorismo religioso (MANDUCA, 2015). O mesmo ocorre com PODEMOS e CIDADANIA. A esquerda e centro-esquerda, representada na por PT, PDT, REDE e PSB soma apenas 11 senadores ao passo que os partidos de

posicionamento declaradamente conservadores, PROS, PSL e REPUBLICANOS e PSC somam oito representantes, pouco menos de 10% da casa.

O perfil conservador do Senado é, porém, melhor visto quando analisamos a formação do grupo Muda Senado, dia 13 de agosto de 2019, após o julgamento do STF sobre a prisão em segunda instância que permitiu que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva respondesse seu processo em liberdade. O grupo de 18 senadores publicou um manifesto de duas páginas em que se colocam três pontos de atuação: abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos cortes superiores, tramitação de todos os processos de investigação e reforma do Poder Judiciário. O movimento suprapartidário ignora questões democráticas tradicionais, funcionando de forma próxima a uma Frente Parlamentar. O grupo teve seis pré-candidatos à presidência da casa, optando pelo candidato Lasier Martins (PODEMOS--RS) que retirou sua candidatura no momento da votação⁶⁶.

A perda de força dos partidos de esquerda mais bem visualizada no seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Partidos políticos por legislatura



Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

⁶⁶ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/muda-senado-tem-6-pre-candidatos-para-presidencia-definicao-sai-em-janeiro/> Acessado em: 25/03/2021

Pelo gráfico é perceptível que, com a exceção do partido Rede Sustentabilidade, houve uma diminuição em todos as legendas de esquerda. O PDT e o PSB, que haviam mantido o número de senadores entre a 54ª e a 55ª legislaturas, tiveram um grande revés em 2018, porém, a diminuição numérica mais drástica foi a do PT, que demonstra um contínuo decrescente desde 2010. A esquerda perdeu força também em representação partidária já que o PC do B e o PSOL deixaram de eleger representantes para a casa.

Os partidos que tiveram maior ganho no Senado foram os de ideologia dúbia, com destaque para o CIDADANIA, o PODEMOS e o PSD, que foi também a legenda de maior crescimento eleitoral nas eleições municipais de 2020.

As diferentes formulações da casa, permeadas cada vez mais por um escopo ideológico, acaba por trazer mudanças também na tramitação de pautas conservadoras, seja por proposição dos próprios senadores ideológicos ou do interesse de manutenção de popularidade dos senadores fisiológicos. A questão a interrupção voluntária da gravidez não esteve alheia as mudanças no Senado Federal. É sobre as proposições que a envolvem que tratarei a seguir.

A questão do aborto no Senado Federal

Para traçar um panorama da recorrência da questão estipulei um recorte temporal de três legislaturas, a 54ª, 55ª e a atual 56ª, tendo iniciados nos anos 2011, 2015 e 2019, respectivamente. Ao realizar a busca pela palavra “aborto” no arquivo legislativo do Senado, realizei uma acareação das temáticas das quais as proposições se tratavam, trato aqui apenas as proposições diretamente relacionadas com interrupção voluntária da gravidez.

Como tal, a palavra “aborto” aparece em 44 proposições em todos os arquivos do Senado, dessas, 18 foram desconsideradas já que apenas 26 se referiram diretamente à questão proposta nesse trabalho. As proposições se dividem em dez Requerimentos, 16 Projetos de Lei e uma Sugestão de Lei. Dessas, 17 estão entre a 54ª, 55ª e 56ª legislatura, ou seja, aproximadamente 65% das proposições.

Dentre as propostas selecionadas é possível identificar 19, sendo nove Requerimentos e dez PLs. Elas carregam uma ideologia pró-vida contra apenas sete,

um Requerimento e seis PLs, pró-escolha, ou seja, 73% das proposições se opõem à interrupção voluntária da gravidez.

A maioria das proposições pró-escolha ocorreram entre os anos de 1993 e 2003, sendo apenas a Sugestão Lei SUG 15/2014 ocorrida após o período, ao passo que poucas medidas pró-vida foram manifestadas durante os dez anos citados acima, destacando-se apenas o PLS 153/2004.

É notório como a bandeira pró-vida avança no legislativo. A 56ª legislatura, que é a atual, concentra oito proposições contra cinco da 55ª e quatro da 54ª. O número ganha maior destaque se levado em consideração que seis das oito proposições foram colocadas em pauta ainda em 2019, sendo possível entender o arrefecimento de normas morais perante a urgência legislativa de tratar de questões referente a contenção da pandemia chegada ao Brasil em março de 2020.

Essa crescente é visível também quando analisamos os pronunciamentos em plenário. Em todo acervo, quando digitado a palavra “aborto”, aparecem 516 pronunciamentos, sendo 229 desses, aproximadamente 44%, nas últimas três legislaturas, ou seja, quase metade das vezes que a palavra foi mencionada. A predominância da palavra no Congresso acompanha o crescimento recente também de proposições. Os dados confirmam mais uma vez os resultados de pesquisas anteriores já que a predominância se fez jus a partir do escândalo das sanguessugas⁶⁷.

Tabela 2 – Total de pronunciamentos por legislatura

Legislatura	Total de pronunciamentos
54ª	97
55ª	83
56ª	48

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

Como visto na tabela 2, a 54ª legislatura foi aquela em que mais vezes o objeto foi mencionado, seguida pela 55ª e depois pela 56ª. Porém, é preciso considerar que, ao analisamos os pronunciamentos até o final de dezembro de 2020, contemplam

⁶⁷ Escândalo de corrupção, conhecido também como Máfia das Ambulâncias, ocorrido em 2006. A denúncia consistiu no desvio de dinheiro público destinado a compra de ambulâncias para o estado do Rio de Janeiro, além de Carlos Rodrigues outros três parlamentares foram condenados.

apenas metade da legislatura. É preciso considerar também 2020 como um ano pandêmico em que medidas legais em função do combate ao alastramento do vírus tomaram, em grande medida, o plenário da casa.

Quando analisamos os deputados que mais levaram a questão em plenário dois nomes chamam a atenção.

Tabela 3 – Número de pronunciamentos por senador 54ª Legislatura

54ª Legislatura	
Senador	Número de pronunciamentos
Magno Malta	28
Marta Suplicy	5
Lídice Malta	4
Humberto da Costa	4
Pedro Simon	4
Crivella	4

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

Tabela 4 – Número de pronunciamentos por senador 55ª Legislatura

55ª Legislatura	
Senador	Número de pronunciamentos
Magno Malta	28
Vanessa Grazzioni	7
José Medeiros	6
Paulo Paim	6
Marta Suplicy	4
Humberto Costa	4
Fátma Bezerra	4

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

Tabela 5 – Número de pronunciamentos por senador 56ª Legislatura

56ª Legislatura	
Senador	Número de pronunciamentos
Eduardo Girão	22
Plínio Valério	6
Marcos Rogério	4

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

O, agora, ex-senador Magno Malta (PR-ES)⁶⁸, nas duas últimas legislaturas e o senador eleito em 2018, Eduardo Girão (PODEMOS-CE) protagonizaram o maior número de menções ao aborto na casa, tendo eles grande distância numérica em relação aos demais⁶⁹. Malta é pastor batista e cantor gospel, tendo iniciado sua carreira política como vereador em Cachoeiro do Itapemirim-ES, passou pelos cargos de deputado estadual e federal, até ser eleito senador em 2002. Completou dois mandatos seguidos até não conseguir a reeleição em 2018.

Já Eduardo Girão obteve seu primeiro cargo eletivo ao se tornar senador em 2018, sendo conhecido por sua atuação como empresário e presidente do clube de futebol Fortaleza. Eleito pelo PROS, Girão mudou de partido após o PROS apoiar a candidatura de David Alcolumbre (DEM-AP) para a presidência da casa em 2019. Espírita, fundador da Associação Fundação da Luz - que produziu e coproduziu longas metragens espíritas para o cinema - Girão é militante pró-vida e tem sua atuação destacada na área.

Mesmo em diferentes mandatos, Eduardo Girão e Magno Malta protagonizaram a o debate sobre da PEC da vida no Senado Federal e isso se deve a militância religiosa, distinta

Proposta de Emenda Constitucional 29/2015

Elaborada pelo senador Magno Malta em 19 de março de 2015, no início da 55ª legislatura, a Proposta de Emenda Constitucional de número 29 daquele ano tinha por prerrogativa uma questão similar à emenda parlamentar acrescida na PEC 181/2015 discutida acima. Malta propunha alterar o caput do artigo 5º da Constituição Federal, acrescentando que todo brasileiro “tem direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos seguintes termos”, para ser implementada logo após a votação.

A justificativa para a apresentação da PEC incluía que a proposta não fazia alterações drásticas no texto, apenas acrescentava a expressão “desde a concepção”

⁶⁸ Magno Malta atualmente está filiado ao PL.

⁶⁹ É preciso ressaltar nas tabelas acima foram selecionados apenas senadores que possuem quatro ou mais pronunciamentos.

com a intenção de garantir amparo legal durante a gestação. Tal medida, na prática, tinha a potencial de criminalizar qualquer prática abortiva no país, mesmo às já salvaguardadas por lei. O texto base contou com assinatura de 29 outros senadores, garantindo a permissão necessária à protocolação.

A matéria foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e foi designado para a relatoria o senador Eduardo Amorim (DEM-SE) que devolveu o relatório em 2017. Nele Amorim alegava que não há um consenso sobre o início da vida, existindo quatro hipóteses:

Em resumo, verifica-se a possibilidade de postular-se quatro visões distintas quanto ao início da vida humana: a concepção (teoria concepcionista), a nidação, o início da atividade cerebral e o nascimento com vida (teoria natalista).⁷⁰

Dessa forma o senador considerou válida a proposta, propondo que o relatório fosse julgado de modo a ser um parecer positivo da PEC. Devido ao fato de não ter sido posto em plenário pelo presidente da comissão Edson Lobão (MDB-MA) a proposição foi arquivada no fim da legislatura, ao final de 2018.

No início de fevereiro de 2019, em sua primeira atuação legislativa, Eduardo Girão apresentou um requerimento solicitando o desarquivamento da PEC para que pudesse ser votada em plenário. A proposta foi desarquivada, mas no dia seguinte foi pedido seu rearquivamento pelo senador Humberto Costa (PT-PE). Após a votação aberta, o desarquivamento foi mantido mediante votos de praticamente todos os partidos, salvo o PT e a REDE. Para nova relatoria foi escolhida a senadora Juíza Selma (PSL-MT), eleita na onda bolsonarista e declaradamente contra a descriminalização do aborto.

O projeto passava às mãos de mulheres já que seu debate seria conduzido na CCJ, à época, presidida pela senadora Simone Tabet (MDB-MS). A atual legislatura é uma das mais representativas de mulheres desde a redemocratização.

⁷⁰ BRASIL. Relatório PEC 29/2015.

Tabela 6 – Representatividade feminina no senado

Legislatura	Número de Senadoras	Porcentagem da casa
48 ^a	1	1,2
49 ^a	3	3,7
50 ^a	5	6,2
51 ^a	6	7,4
52 ^a	10	12,2
53 ^a	12	14,8
54 ^a	12	14,8
55 ^a	13	16
56 ^a	13	16

Fonte: <https://www12.senado.leg.br/>

Apesar do dado apresentado na Tabela 6 a representatividade feminina não garante a proposição de pautas feministas, como apontou reportagem da revista exame nenhuma das senadoras eleitas é contra a descriminalização do aborto e apenas as senadoras foram contra a aprovação da PEC.⁷¹

A PEC 29/2015, porém, fabricou seu próprio calcanhar de Aquiles, isso porque, para garantir que em primeiro momento os casos de aborto já permitidos por lei não fossem criminalizados a relatora Juíza Selma acresceu em seu relatório essa condicionante, ou seja, seria acrescido na constituição que o aborto seria permitido nos casos hoje permitidos em lei.

O movimento foi malvisto dentro dos próprios movimentos pró-vida, já que existe internamente uma intencionalidade da criminalização mesmo nos casos previstos por lei. Dessa forma a Pec foi retirada por seu propositor antes de permitida.

⁷¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/nenhuma-senadora-apoia-a-descriminalizacao-do-aborto/>
Acessado em: 20/04/2021

Capítulo 4

Estratégias de atuação política de movimentos pró-vida

Neste capítulo descrevo e contextualizo os movimentos pró-vida específicos, abordados na pesquisa. Início com a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida, sua composição e características, bem como suas alterações nas últimas legislaturas.

Em seguida o Movimento Nacional Pela Cidadania: O Brasil Sem Aborto, que é composto por leigos. De início, compreendendo sua formação, formulação e articulações para, em seguida, analisar as suas principais iniciativas: A Marcha em Defesa da Vida, a campanha A Vida Depende do Seu Voto, o Seminário em Defesa da Vida e o curso de formação de multiplicadores.

O capítulo consiste em contextualizar são os principais movimentos e compreender as suas formas de atuação singulares para que seja possível, a partir do próximo capítulo, perceber e entender as suas formas de conduta e a como se modificaram a partir da gestão do novo governo eleito em 2018.

Frente Parlamentar

Formada em maio de 2011, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida contava até a última legislatura com 192 deputados federais e 13 senadores, divididos entre católicos e evangélicos, sendo presidida pelo então deputado carismático católico Salvador Zimbaldi, do Partido Republicano da Ordem Nacional (PROS), de Campinas - SP.

Extinta ao final da 54ª legislatura, a frente parlamentar foi retomada na 55ª, em 2015. Homologada em 12 de fevereiro daquele ano, a nova FPMDV passou a ser composta por 209 deputados federais, sendo 192 em exercício e 17 signatários - fora de exercício - além de 6 senadores. Sua coordenação passou a ser do deputado Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pastor e presidente da AD de Taguatinga-DF, tendo na

presidência o então senador Magno Malta (PR-ES), sendo que ambos eram integrantes também da Frente Parlamentar Evangélica (FPE)⁷².

Atualmente, a Frente tem 213 deputados distribuídos em 22 partidos, porém, diferente das outras legislaturas, nenhum senador compõe o quadro. O destaque de participação é do Partido Social Liberal (PSL), que já foi a legenda de Jair Bolsonaro, com 38 deputados tendo uma grande diferença em relação ao PRB, o segundo maior em termos de representação evangélica, com 25 deputados.

A Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da família da 56ª legislatura existe desde 27 de março de 2019, sendo presidida pelo deputado católico carismático Diego Garcia (PHS-PR). Diego ganhou notoriedade sobre tema a partir de sua participação na comissão para julgamento da PEC 181/2015 na legislatura anterior.

Atualmente a Frente tem 213 deputados distribuídos em 22 partidos, porém, diferente das outras legislaturas, nenhum senador compõe o quadro⁷³. O destaque de participação é do partido do atual presidente o PSL com 38 deputados, uma grande diferença do PRB, o segundo maior em termos de representação evangélica, com 25 deputados.

⁷² A FPE é uma frente parlamentar constituída para atender as demandas políticas do seguimento evangélico. Sua atuação se dá, basicamente, através de combinação de posicionamentos em votações no Congresso e organização de cultos religiosos nos espaços das casas legislativas.

⁷³ O já citado Senador Magno Malta não conseguiu reeleição.

Tabela 7 – Número de membros por partido da FPMDV

PARTIDO	nº de membros	PARTIDO	nº de membros
PSL	38	PODE	7
PRB	25	CIDADANIA	5
PSD	19	NOVO	5
DEM	18	PATRIOTAS	4
PL	14	PT	4
PSB	13	PSC	3
PP	13	SOLIDARIEDADE	3
MDB	12	AVANTE	2
PDT	8	PTB	2
PSDB	8	PV	2
PROS	7	PC do B	1

Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53988>

Estão presentes também partidos conhecidos pelo viés político de esquerda. Esses são: PT, PDT e PSB, somando sete deputados ao todo. Tais participações são justificadas a partir da singularidade de cada parlamentar e não de sua filiação partidária, como os declaradamente religiosos do PT são: a presbiteriana Benedita da Silva (PT-RJ), o católico ex-militante das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) João Daniel (PT-SE), e os evangélicos Rubens Otoni (PT-GO) do Partido Trabalhista do Brasil o Paulo Bengtson (PTB-BA).

Chama atenção nas filiações o número de partidos novos ou recentemente reformulados, Podemos, Cidadania, Novo, Patriotas, Solidariedade e Avante, somando 26 deputados. Tal movimento mostra um crescimento do contingente marcado pelo conservadorismo.

Se antes o protagonismo era de legendas vinculadas a instituições religiosas hoje o PRB é apenas o segundo mais representativo, tendo um número bem menor de membros que o PSL, cujo crescimento se deu em 2018 devido à vitória presencial de Jair Bolsonaro. O próprio PSC tem apenas dois representantes. Tal fato demanda algumas ponderações. Em primeira instância, é uma representação puramente

estatística já que se trata de um reflexo minguante da bancada do PSC no Congresso, tendo apenas oito deputados eleitos na atual legislatura. O esvaziamento do partido é explicado, em boa medida, pela evasão de grandes figuras como o Pastor Marco Feliciano, eleito pelo Podemos e o próprio Jair Bolsonaro.

Outra consideração é que apesar de sua raiz religiosa e da força que as igrejas ainda possuem nesse debate, a defesa da criminalização do aborto voluntário tem residido mais fortemente no tradicionalismo e conservadorismo “puro”, como no caso do PSL que tem a sua bandeira conservadora sem necessariamente se ligar a nenhuma religião ou igreja específica. O nome e a figura do deus cristão são comumente utilizados por seus membros nos discursos, porém, mais dentro de um tradicionalismo histórico cristão de concepção do brasileiro convencional do que por uma questão propriamente ligada a Vicência religiosa. Observa-se determinado cálculo eleitoral em prática.

A representatividade estadual não guarda surpresas com relação à proporcionalidade de representação que cada unidade federativa possui no parlamento. Aponto, no entanto, um pequeno destaque para o caso do Paraná, que, mesmo possuindo bem menos cadeiras ainda tem a mesma representatividade que o Rio de Janeiro. Também destaco o número de membros da frente de Santa Catarina, estado com 16 cadeiras que possui dez deputados filiados, ou seja, cerca de 62% de seu total de parlamentares.

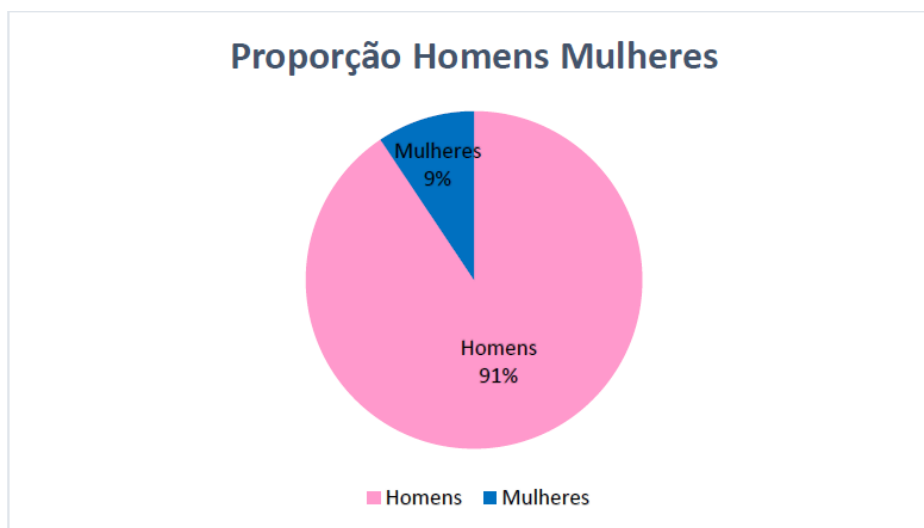
Tabela 8 – Membros da FPMDV por estado

Estado	nº de membros	Estado	nº de membros	Estado	nº de membros
SP	36	RO	6	RN	2
MG	25	PA	6	AL	2
PR	19	RR	6	MT	2
RJ	19	ES	5	AP	1
BA	14	SE	5	MS	1
PE	12	MA	4	PI	1
SC	10	PB	4	TO	1
GO	9	AC	3		
RS	8	AM	3		
CE	6	DF	3		

Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53988>

O grande destaque se dá quando separamos a partir de gênero. 20 parlamentares são mulheres, ou seja, apenas 9,4% da Frente, ao passo que os outros 193 homens representam 90,6% de deputados.

Gráfico 2: Representatividade Feminina e Masculina



Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53988>

Outras informações interessantes são obtidas a partir do cruzamento de dados entre a FPDVF e da FPCAR e FPE. Dos 72,23% dos 213 membros da FPDVF – 156 deputados - são também membros de pelo menos uma das duas outras frentes.

Tabela 9 – Participação de deputados entre as Frentes Parlamentares

	Total	FPCAR	FPE	Apenas FPCAR	Apenas FPE	Membros das três Frentes
Número de parlamentares	156	108	103	55	48	53
Porcentagens aproximadas	100	69,23	66	35,26	30,77	34

Fonte: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=53988>

Do total de deputados 69,23% são membros da frente católica ao passo que 66% são membros da evangélica, desses foram separados em singularidades. O último dado, de 53 deputados participantes das três frentes citadas, mostra que o pertencimento a uma delas não implica necessariamente em ser praticamente da

religião confessional específica. Isso ainda é visto que conhecidos expoentes carismáticos católicos, como o músico Eros Biondini, e evangélicos como o Pr. Marco Feliciano, se encontram nesse percentual de 34%.

É, porém, confirmada a militância cristã, parlamentar contrária ao aborto já que apenas 26,77% da FPDVF não é membro de nenhuma frente parlamentar cristã, ou seja, um quarto não tem a militância cristã como vantagem em suas carreiras políticas, tendo o aborto apenas como uma questão moral cara, ou entenda os custos e benefícios políticos da questão.

O Estatuto da Frente é ambíguo, nunca deixando propriamente claro sobre quais temáticas serão tratadas em suas reuniões. Seus propósitos estão descritos como legislar em favor da vida, da família da criança e do adolescente⁷⁴, porém, seus indícios de salvaguarda se encontram já em seu logotipo escolhido, em que a família escolhida para a representação é de um homem, uma mulher e dois filhos.

Imagem 2: Logo Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família



Fonte: Estatuto Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família

Mesmo a palavra “aborto”, ou termos correlatos como “interrupção voluntária da gravidez” não são mencionados no texto. Porém, no parágrafo 1 do Art. 11 do Capítulo VIII – Das Representações, é dito que constará no regimento interno da frente a posição com relação a temas considerados polêmicos, respeitando a religião de seus membros. Foi em sua cerimônia de lançamento que sua tônica foi explanada já que o presidente, Diego Garcia, pontuou como uma das principais causas da Frente

⁷⁴ Estatuto Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família.

a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5581, que permite o aborto voluntário para mulheres que infectadas pelo Zika Vírus⁷⁵.

Segundo o deputado, a medida, a ser julgada pelo STF, permite que se abra uma brecha na legislação brasileira para que se legalize o aborto por deficiência.

A frente se encontra em uma conjuntura política adequada para seu desenvolvimento já que, segundo a Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damara Alves, também presente na cerimônia de homologação da FPDVF, o governo Bolsonaro é pró-vida, defendendo, inclusive, uma postura mais crítica à ONU.

Brasil sem Aborto

Como já descrito anteriormente, a escolha pelo movimento Brasil Sem Aborto adveio de sua atuação político partidária, sendo hoje o movimento pró-vida de maior atuação publicizada no país.

A sua forma de atuação dentro do escopo da política partidária abrange a conscientização do público leigo para atuação espontânea na consolidação de grupos de pressão política, para isso utiliza as estratégias de organização de manifestações, como as Marchas em “defesa da vida”⁷⁶, propondo e acompanhando projetos de lei de interesse. Ele é também responsável pela campanha nacional “A Vida Depende do seu Voto”, campanha eleitoral baseada no comprometimento de candidatos pró-vida.

O movimento se autodefine como:

“[...] uma organização suprapartidária e supra religiosa que defende a vida desde sua concepção atuando de forma estruturada para pautar ações e argumentos a partir de

⁷⁵ Zika Vírus é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, em 2015 foi descoberto que o vírus causa má formação fetal causado a microcefalia. Em 2016 a ONU pediu que os países afetados pela Zika vírus permitissem o acesso de mulheres à contracepção e ao aborto. Fonte <https://www.camara.leg.br/noticias/557918-DEPUTADOS-E-MINISTROS-REITERAM-POSICAO-CONTRARIA-A-DESCRIMINALIZACAO-DO-ABORTO-PARA-MULHER-COM-ZIKA>. Acessado em 15/08/2019.

⁷⁶ Em sua nona edição, em 2016, a Marcha Nacional Pela Vida reuniu 3.500 pessoas, segundo seus organizadores. As Campanhas também são feitas em nível regional, tendo acontecido em 12 cidades em 2015.

evidências e pesquisas no campo da genética, da embriologia.”⁷⁷

É interessante notar que o movimento, apesar de não ser confessional ou partidário, não evita explicar a sua associação com organizações religiosas e políticas, isso visível, já que a não utiliza o prefixo de negação “a” mas sim o prefixo “supra”, que está acima dessas relações. Essa pequena questão semântica reflete a capacidade de articulação entre sociedade civil, política partidária e instituições religiosas que o movimento pretende. Como aponta Damares Alves, o movimento surge a partir de uma demanda política de sintetização da bandeira pró-vida ao invés de uma fulanização em partidos específicos, o Brasil Sem Aborto surge como a possibilidade de luta pela questão para além de filiações partidárias ou religiosas.⁷⁸

A supra religiosidade fica evidente quando nos deparamos com Conselho Diretor Nacional do movimento, esse é formado por representantes da CNBB, FEB, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, Associação Médico-Espírita do Brasil além da Confederação Nacional das Entidades de Família e Associação Nacional Pró-Vida Família.

Além disso o Brasil Sem Aborto conta também com a cooperação da Associação Nacional Pela Vida (ADIRA), entidade que ministra cursos para a formação do que chama de *multiplicadores pró-vida*, ou seja, membros interessados em ministrar palestras, minicursos e *workshops* sobre a militância contra o aborto. Segundo fala observada em um desses minicursos para formação de multiplicadores a ADIRA é na realidade o braço jurídico do Brasil sem Aborto, que permite a inserção em espaços públicos não como movimento social, mas sim como organização.

Aqui a presidência da Prof^a Lenise Garcia é entendida sob a ótica bourdiesiana do diploma acadêmico como reconhecimento social do saber científico. Segundo o autor a disputa pela ascensão dentro do *habitus* ocorre por formas específicas de manifestações do poder simbólico. No Campo acadêmico a sacralização da legitimação social de conferência desse poder se dá através do diploma (BOURDIEU, 1987). Nesse sentido, o título acadêmico na área de biológicas da presidente, confere

⁷⁷ Retirado do site da organização. Disponível em <https://brasilsemaborto.org/quem-somos/>. Acessado em 15/08/2019.

⁷⁸ Entrevista concedida dia 04/05/2021.

a ela a aceitação social de tratar sobre a temática em uma perspectiva científica. Tal fato colabora com a construção do movimento como não confessional, mas traz bases científicas para a disputa.

As diferentes formas de atuação do movimento são notáveis também nos meios *online*. Em seu site possui diversas páginas que divulgam: manifestações realizadas, artigos sobre a nocividade da prática abortiva, explicações dos projetos de lei relativos à causa que tramitam em Congresso e formas de mobilização individuais como a divulgação de endereço e telefone do gabinete da ministra do STF Rosa Weber para que não dê continuidade ao ADPF 442. Além disso o site conta também com a aba “Porque fazemos”, em que são divulgadas notícias de projetos de lei que interferem diretamente na questão do aborto voluntário, denotando a necessidade da existência do movimento.

O movimento atua divulgando ainda as diretrizes e explanando questões relativas às diferentes instâncias de poder no Brasil. Quanto ao Judiciário, deve se opor à referida ADPF; à decisão recente da 1ª turma de descriminalizar o aborto até a 3ª semana e em oposição também à ADI 5581⁷⁹. A Câmara dos Deputados é vista como aliada, a casa a qual recorrer, já que se manifestou imediatamente contrária à decisão do STF, mas realça a importância de participar do debate da PEC 58/11, relacionado à licença maternidade. O movimento também destacava à PEC 29/2015 do Senado Federal, a proposta era chamada de PEC da Vida.

Analisando as diretrizes do movimento é possível perceber uma articulação a partir de contra pautas em relação ao judiciário, ou seja, o movimento se organiza buscando criar a pressão política necessária para que as ofensivas contra a legislação já garantida se concretizem. A pressão política funciona também de forma positiva, principalmente a respeito do legislativo, nesses casos os movimentos buscam consolidar uma base de apoio forte o suficiente para apoiar parlamentares no processo de aprovação de legislações que modifiquem a lei vigente de forma a criar mais restrições para a prática do aborto voluntário.

⁷⁹ A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5581, sob relatoria da ministra do STF Carmen Lúcia, prevê a descriminalização se a gestante for diagnosticada com o vírus da Zika, que pode causar microcefalia no feto. O Brasil Sem Aborto argumenta que tal medida inclusive preconceituosa discrimina crianças deficientes.

O Brasil Sem Aborto teve atraso de movimentação em relação a pandemia da Covid-19, suas atividades de formação entraram em hiato a partir de 2020 e voltaram a ocorrer de forma remota apenas a partir de abril de 2021. Apenas duas de suas principais atividades de pressão política ocorreram em 2020: A Marcha pela vida e a campanha A Vida Depende de seu voto.

A seguir apresentarei as observações de capó acerca das atividades presenciadas: A Marcha Virtual Pela Vida, em junho de 2020; a campanha A Vida Depende de seu Voto, nas eleições de 2018; o Seminário em Defesa da Vida, em 15 de abril de 2021 e a formação de multiplicadores em 24 de abril de 2021.

Marcha pela vida

Em junho 2019 a Marcha nacional pela vida contra o aborto chegou em sua 12ª edição, em uma marcha que contou com milhares de pessoas, segundo a organização, e discursos de deputados autodeclarados pró-vida como Eros Biondini (PROS-MG), Eduardo Girão (PODE-CE) e Filipe Barros (PSL-PR). A manifestação atende, em suas reivindicações, de demandas mais amplas até questões mais específicas como, por exemplo, apoio ou escárnio à projetos de lei específicos. Nas edições recentes o grande alvo de protestos tem sido o STF, sob a acusação de ativismo judicial.

A marcha é uma das principais iniciativas do movimento, sendo a responsável pela visibilidade dos movimentos. É ela também a que mais se identifica com estratégias de ações próprias de movimentos sociais, já que suas características são relativas a manifestações políticas organizadas. Nesse sentido chamo a atenção para a escolha do nome “Marcha”.

Em um primeiro momento entendemos que a estratégia de ação não é própria do Brasil Sem Aborto, a sua estrutura e mesmo nomenclatura escolhida é baseada no movimento pró-vida considerado pioneiro, o já de descrito *March of Life*. Não é raro a importação de práticas de movimentos estrangeiros, principalmente estadunidenses,

como o caso da 40 dias pela vida ocorrida em São Paulo em 2019⁸⁰. O termo acaba tendo também a serventia de se afastar da figura de “manifestação” se afastando ao mesmo tempo de suas características como movimentos sociais, o nome “Marcha pela vida” se aproxima da “Marcha pra Jesus”, movimentação protestante que ocorre em diversas cidades do país. Por fim elucidado que a terminologia permite maior engajamento já que é importada do vocabulário militar, o “marchar” pela vida tem a significação subjetiva de defender o objeto na guerra que está sendo travada.

Além da marcha nacional outras marchas também são realizadas organizadas pelos diretórios regionais do movimento. Em 2019 elas aconteceram no Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, e Espírito Santo.

A argumentação, sobre a qual as marchas se baseiam, vem progressivamente se alterada. Recentemente o *slogan* adotado foi “*Salvem as duas vidas*”, o mesmo utilizado nas campanhas vitoriosas da Argentina. Tal argumentação se faz interessante porque primeiro se reconhecesse o aborto também como questão de saúde pública, reconhecendo o risco ao qual a mulher se expõe ao realizar um aborto ilegal. Ao mesmo tempo, em oposição às demandas feministas, propõe que a resolução para a questão é a conscientização e proibição afim de que não haja nenhuma forma de aborto. O *slogan* também inutiliza, pragmaticamente, o debate sobre o início da vida ou a decisão de renunciar a uma vida ou outra já que propões salvar as duas, como uma forma de acalantar a mulher grávida.

Destaca-se, porém, a campanha na qual a nova perspectiva foi adotada. Intitulada “Todas as Américas pelas duas vidas”, o que coloca o movimento em um contexto transnacional, pinta o mapa do continente americano de azul claro, cor do movimento nacionalista conservador argentino, movimento que venceu à manutenção da questão abortiva.

No ano de 2020 o evento aconteceu de forma remota através da plataforma de compartilhamento de vídeos *Youtube* no dia 09 de junho. Sendo também retransmitido

⁸⁰ A manifestação é a principal prática do *40 Days For Life*. O grupo estadunidense promove uma vigília de oração por 40 dias em frente a clínicas de aborto. A proposta para o Brasil, no entanto é falha, já que pela legislação não é possível a existência desses estabelecimentos. O grupo realizou o protesto em frente ao hospital Pérola Byington em São Paulo, hospital referência no atendimento a vítimas de estupro. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/grupo-pro-vida-constrange-vitimas-de-estupro-em-frente-a-hospital/>. Acessado em: 20/04/2020.

pela emissora de rádio espírita Rádio Boa Nova e pelas emissoras televisivas também espíritas TV Mundo Maior e TV Chico Xavier. O evento teve uma audiência simultânea de em média 500 pessoas e até data a sua gravação tinha de 50 mil *views* na plataforma *online*⁸¹. Sob o contexto de novamente ocorrer a discriminação do aborto na argentina a marcha teve novamente o “salve as duas vidas” como lema para 2020.

A marcha foi apresentada e conduzida pela cantora espírita Ana Ariel em parceria Rosa Santiago, fundadora, conselheira e presidente do CERVI/Brasil⁸². A programação contou com participantes de diversas áreas, como pareceres técnicos de advogados e biólogos tratando sobre assuntos legais e de bioética; falas de lideranças do movimento em instâncias municipais, estaduais e federal e de lideranças religiosas como o médium Divaldo Franco e o bispo Dom Ricardo Hoepers, presidente da Comissão Para Vida e Família da CNBB, músicos de carreira religiosa, como a cantora católica Zezé Luz, e a participação da cantora Elba Ramalho e depoimentos de mães que decidiram não abortar.

A abertura foi de responsabilidade do Secretário Geral do Movimento Allan Araújo, também organizador do evento. Em sua fala inicial Araújo realizou uma breve contextualização histórica do movimento do movimento enfatizando ser um movimento suprapartidário, supra religioso e voluntário. Após a execução do Hino Nacional brasileiro foi exibido um vídeo mostrando a concentração da marcha do ano anterior.

A estratégia do movimento como supra religioso, baseado em questões científicas, é também empregada na composição das falas da Marcha. Três foram as que chamo de Falas Técnicas, falas realizadas por referências técnicas de áreas distintas – biologia, direito e medicina - foram mobilizadas, tendo também o maior tempo de fala em relação às falas religiosas. Dessa forma o movimento busca justificar

⁸¹ É preciso considerar que o número de engajamento representado através no número de *Views* do vídeo não reflete o número de pessoas que assistiram, já que a rede contabiliza cada vez que o vídeo foi acionado, não sendo possível calcular o número de pessoas que assistiram à gravação.

⁸² O CERVI, sigla para Centro de Reestruturação para a vida, é uma entidade pró-vida que age a partir do acolhimento de mulheres grávidas com o intuito de apresentar-lhes alternativas. A entidade, que existe desde 1999, tem sua base nos *Pregnancy Resouce Centers (PRC)*. Como informado pelo portal do próprio CERVI, a entidade brasileira é um braço de um *PRC* norte americano, no qual Rose se filiou e recebeu o treinamento para atuação.

as suas pautas através de um viés científico, se portando como um causa social ao invés de ideológica.

A primeira fala técnica foi da fundadora do movimento, a bióloga Lenise Garcia. Lenise respondeu perguntas sobre as ações do STF sobre a despenalização do aborto nos casos da criança com diagnosticada com anencefalia e sobre a mãe infectada pelo Zika vírus durante a gravidez. Segundo a professora, na primeira ação o STF “biologizou” a justiça, ou seja, legislou sobre termos para a além da competência de seus saberes, a corte, porém acerta ao rejeitar a ADPF 5581.

O discurso dos movimentos em relação ao aborto nesses casos é de que podem progredir legalmente para a realização de abortos eugênicos, que ao diagnosticadas anomalias ou má formação do feto seja legalizada a retirada impedindo que a criança deficiente nasça, para a corroboração da ideia o são frequentemente apresentados dados em relação a Síndrome de Down, apontando a redução de nascidos com síndrome em países europeus.

Não à toa o vídeo exibido posteriormente a fala de Lenise é de um depoimento de uma mãe de criança portadora de Down. A estratégia é mostrar o indivíduo fragilizado e colocá-lo em posição de risco, de forma que a luta se justifique ao mesmo tempo em que se motivam novos participantes. A perspectiva, porém, não é cientificamente comprovada, sendo falacioso o seu uso.

A segunda fala técnica foi do advogado José Miranda de Siqueira, presidente da ADIRA. Siqueira falou sobre o Ativismo Judicial, mobilizando a Declaração dos Direitos Humanos e o Pacto de San José da Costa Rica como documentos acima da constituição brasileira. O advogado então teve uma primazia de sua fala voltada para destacar os artigos de proibição de prática com o intuito de deslegitimar o STF em suas ações.

É importante ressaltar que, apesar da validação acadêmica, ambos os palestrantes são lideranças do Movimento.

A terceira fala técnica foi realizada pela médica ginecologista Luciana Lopes Lemos, a fala foi sobre a gravidez e os riscos médicos do aborto. Chamou atenção na fala a utilização dos conceitos pró-escolha, em uma readaptação deles, de forma que

coubessem dentro do espectro pró-vida. Luciana aponta que mesmo as pessoas que lutam pela descriminalização não são a favor da prática, o aborto defendido enquanto questão de saúde pública é defendido como política de redução de danos. Segundo a médica mesmo o aborto hospitalar causa danos físicos à mulher, o que deveria ocorrer é uma conciliação de argumentos. A mulher pode ser empoderada para poder gerar a criança que carrega ao invés de empoderada para a prática abortiva, fala que vai de encontro ao pensando esboçado pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, no início de mandato⁸³.

A última fala foi do Defensor Público Danilo de Almeida Martins, designado para defender a Associação Virgem de Guadalupe⁸⁴ no recurso da ADF 442 no Supremo Tribunal Federal. Danilo apontou que como a ADF em questão é contra a vida ela é então contra a lei, de forma que é dever dele, como defensor público, agir para derrubar a proposição. Martins aponta também que existe um grupo que defende bandeiras pró-vida dentro da defensoria pública, cerca de 30 pessoas e acredita que o número é maior, mas o medo de retaliação por parte de outros defensores impede que alguns expressem seus posicionamentos pró-vida. O advogado elogiou ainda a portaria do Ministério da Saúde que obrigava o médico a comunicar as autoridades os pedidos de aborto sob as denúncias de estupro⁸⁵.

Durante a marcha foram exibidas respostas da série “Mitos e verdades”, questões que foram perguntadas nas redes sociais do movimento durante a semana que antecedeu o evento. As questões se mostraram bastante simbólicas e sintéticas em relação as principais pautas que o Brasil Sem Aborto tem destacado. As questões apresentadas foram: “Não existe consenso da ciência sobre o início da vida humana”; “A mulher infectada com o zika vírus vai gerar um bebê com microcefalia”; “A microcefalia só ocorre quem já teve o zika”; “O aborto precisa ser legalizado porque milhares de mulheres morrem todos os anos ao se submeterem ao aborto clandestino”; “Legalizar o aborto vai diminuir a quantidade de abortos”.

⁸³ Damares defendeu em algumas ocasiões a criação do Estatuto da Grávida, com a ideia de tornar a gestante como um sujeito de direitos específicos. Detalhei a proposta no próximo capítulo.

⁸⁴ Associação católica Pró-vida localizada em São José dos Campos que tem como principal foco de funcionamento as casas de acolhimento às gestantes.

⁸⁵ Tal portaria será detalhada também no próximo capítulo.

Como metodologia para a observação do evento online tomei o *chat* da plataforma *Youtube* como análogo à manifestação espontânea que ocorreria na rua.

Como dito acima, o evento teve um pico de 510 contas⁸⁶ assistindo simultaneamente. Realizei a coleta e compilação de mensagens simultâneas ao evento, desconsiderado para essa análise os comentários no vídeo *live* postado na página do movimento na rede.

O *chat* teve cerca de 2600 interações durante as duas horas e meia de eventos. A maioria das mensagens com apontamentos individuais, de baixa interação com o conteúdo da *live*, exceto pela cantora católica Zezé Luz que monopolizou o chat em seu momento de aparição. O conteúdo das mensagens foi, majoritariamente, de parabenização aos organizadores do evento, a entoação de falas próprias de manifestações como o “salve as duas vidas”, a qualificação constante de aborto como homicídio e a Declaração Universal dos Direitos Humanos sendo constantemente mencionada.

O Destaque para o chat foi a participação da ministra Damares Alves, que mostrou proximidade com os organizadores a todo momento dizendo estar com saudades, que estaria na manifestação no ano seguinte e chamando palestrantes por apelidos. Damares havia feito divulgação do evento em suas redes digitais pessoais.

Como dito, após seu término o evento foi disponibilizado no canal do *youtube* do Brasil Sem Aborto. A plataforma permite uma apreciação simples do conteúdo, através dos botões *Like* e *Dislike*, simbolizada por uma mão com um polegar para cima e para baixo, respectivamente. Nesse caso é importante elucidar que é permitido apenas um voto por conta. Além disso é possível escrever comentários sobre conteúdo exibido, desde que se possua cadastro na plataforma.

Sobre a apreciação posterior ao evento diagnostica-se que o vídeo postado tem 5300 visualizações, além de 990 *likes* contra apenas cinco *dislikes*, ou seja, uma aprovação de aproximadamente 99,48%. – Aqui é importante enfatizar que os dados

⁸⁶ Aqui utiliza a termo “contas” porque ela é nome do perfil necessário para usufruir dos produtos da plataforma, porém, não é possível precisar quantia de pessoas acompanhando a *live* no momento, já que é possível que mais pessoas estejam acompanhando no mesmo dispositivo ou mesmo um mesmo indivíduo logado em duas contas simultaneamente. Optei então por considerar o número de contas como o dado mais palpável.

não exprimem necessariamente uma opinião popular ou sirvam como dados estatísticos para mensurar os posicionamentos da população. É sabido que as redes digitais possuem uma programação que veiculem conteúdo similar ao que o indivíduo já consome, então é natural que vídeos com essa movimentação possuam sempre maior apreciação positiva. O que chama atenção é que o número de inscritos do canal é de 2580, ou seja, o número de visualizações do vídeo é maior que o dobro do número de inscritos na página, o que demonstra o alcance que o evento possui, mesmo em outros círculos para além de si. Poucas foram as interações posteriores a publicação, sendo apenas sete comentários, em geral parabenizando os organizadores do evento, uma mensagem de apoio de um pró-vida argentino e um depoimento de uma mãe que engravidou aos 16 anos e se recusou a abortar.

A Marcha Pela Vida é a principal ação do contra a descriminalização do aborto no Brasil, em termos de visibilidade leiga. As manifestações e presenças do evento demonstram essa força, mas demonstram também as pautas e necessidades de articulação do movimento. O evento é possível porque não ocorre apenas com a mobilização do Brasil sem aborto, mas tem a presença e espaço para outros fortes movimentos pró-vida do país. A organização de suas palestras didaticamente exprime as pautas do movimento, para a transposição do evento para os meios digitais, o evento foi pensado a partir das palestras e temáticas tratadas em seus Seminários pela vida, que exprimem suas principais metas. Mais à frente nesse capítulo detalharei um desses seminários do qual foi possível a minha observação. Agora seguirei tratando da principal prática de movimentação na política partidária do movimento.

A vida depende de seu voto

Para além da Marcha é também de responsabilidade do Brasil Sem Aborto a campanha “A vida depende do seu voto”. Como aponta Machado (2012), a campanha foi lançada no final de 2010, durante o 3º Encontro de Legisladores e Governantes pela Vida, juntamente com parlamentares que integravam a FPDV. Tal campanha se dá a partir de um texto manifesto que demonstra a importância da eleição de “parlamentares pró-vida”. Divulga-se uma lista de candidatos que assinaram e reconheceram em cartório um termo de compromisso de que, se eleitos, deverão fazer

o que é considerado necessário para se proteger a vida no Congresso Nacional, algo que envolve o apoio ao Projeto de Lei (PL) 478/2007, conhecido como Estatuto do Nascituro.

A campanha é realizada a partir da divulgação de candidatos ao legislativo que se comprometem a batalhar pela criminalização do aborto. Para ser um dos contemplados o candidato deve atender à três requisitos previstos pelo movimento: Ser candidato inscrito no Tribunal Eleitoral; ser ficha limpa, ou seja, não possuir ficha com condenações por corrupção; e não ser filiado a nenhum partido que defenda a legalização do aborto.⁸⁷ Na campanha eleitoral de 2018 foram agraciados com o apoio do movimento 34 candidatos à deputado federal de 12 estados da federação distribuídos em 16 diferentes partidos. Na tabela a seguir vemos a distribuição dos candidatos por estado, com o Rio de Janeiro sendo o estado com maior número.

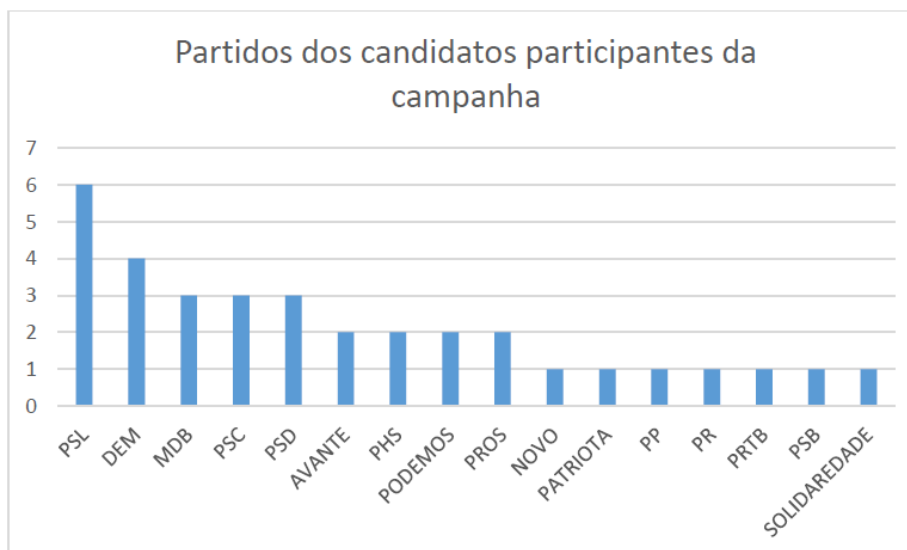
Tabela 10 – Distribuição de candidatos por unidades federativas

RJ	SP	PR	DF	MG	BA	GO	MS	PB	PI	RS	SC
2	7	6	4	2	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: <https://brasilsemaborto.org/destaques/a-vida-depnde-do-seu-voto/>

As observações de maior interesse são vistas quando observamos os dados sobre a divisão dos candidatos por partidos:

⁸⁷ Nessa questão o Brasil sem aborto elenca os partidos que, segundo o movimento, “são claramente a favor da descriminalização”: Entre eles estão o Partido Verde (PV), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido da Causa Operária (PCO), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Disponível em: <https://brasilsemaborto.org/destaques/a-vida-depnde-do-seu-voto/#1538524929192-92a84841-8d2a>. Acessado em 15/08/2019.

Gráfico 3 – Distribuição dos candidatos por partido

Fonte: <https://brasilsemaborto.org/destaques/a-vida-depnde-do-seu-voto/>

Novamente o PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, se mostra em destaque, encabeçando boa parte das pautas conservadoras do país. Não apenas o segundo partido com maior filiação é o DEM, sendo os dois da base governista na câmara. Percebemos então que mesmo no período pré-eleitoral a pauta moral foi praticamente monopolizada por Jair Bolsonaro. Tal como na FPDVF o PSC, partido declaradamente cristão, fica em segundo plano no debate conservador mostrando que apesar dos preceitos defendidos serem cristãos, não tem sido necessariamente os expoentes cristãos que estão na vanguarda do movimento.

Apenas cinco candidatos ao senado usufruíram da campanha do movimento, cada qual de um estado, sendo eles Ceará, Pará, Paraíba, Pernambuco e Paraná. Também foram cinco o número de partidos, respectivamente PROS, PSC, PSDB, DC (Democracia Cristã) e REDE.

Após o pleito eleitoral sete foram os deputados que conseguiram resultado satisfatório, esses foram Carla Zambelli (PSL - SP), Chris Tonietto (PSL - RJ), Diego Garcia (PODEMOS - PR), Eros Biondini (PROS - MG), Evandro Roman (PSD - PR) e Filipe Barros (PSL - PR), sendo a maioria dos candidatos já possuindo relações

anteriores com movimentos pró-vida. Todos os deputados eleitos são membros da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família.

Os satisfatórios resultados eleitorais não são suficientes para medir a elegibilidade da campanha. Quando analisados os parlamentares eleitos percebemos que muitos já possuem carreira política ou midiática consolidada ou mesmo um favorecimento a partir do coeficiente eleitoral, no caso dos deputados do PSL. Porém, a campanha mapeia possíveis parceiros em futuros embates políticos que o movimento possa vir a travar em plenário nacional, para além do compromisso, literalmente, assinado pelos parlamentares.

Após a descrição e análise das articulações voltadas para estratégias políticas partidárias trabalharei a seguir as iniciativas de formação que o movimento possui.

Seminário em Defesa da Vida

Uma das mobilizações de conscientização do movimento é o Seminário em Defesa da Vida. O evento tem como público-alvo as instituições de ensino superior, por isso tem formato das Mesas Redondas acadêmicas, em que pelo menos três palestrantes fazem suas falas sobre temas específicos mediados por uma figura também relevante da área em questão, sendo importante que o mediador tenha bom embasamento sobre o tema para que possa conduzir, principalmente, as questões advindas após a exposição. Como dito no curso de formação de multiplicadores o evento está pronto, podendo se “encomendado” para qualquer instituição que se proponha a realizá-lo.

As propostas de debate estão vinculadas com as principais demandas do movimento, de promoção de conscientização ao enfrentamento direto sobre as propostas que vigoram ou vigoraram no STF, ou seja, debates sobre o acolhimento da gestante até críticas sobre a ADPF 442, especificamente.

A discussão a partir de um evento acadêmico tem por parte uma relação de “cientifizar” as demandas do movimento tirando do cunho religioso, dessa forma o Brasil Sem Aborto reforça a sua identidade como supra religioso além de trazer o debate para outras esferas, tornando plausível uma discussão em corte.

Devido a pandemia provocada pelo novo coronavírus, o evento aconteceu de maneira remota através de link disponibilizado através da rede social *Whatsapp*, mediante a inscrição no evento. Porém, o evento foi gravado e disponibilizado na página do movimento no Youtube, se tornando então de acesso público.

A primeira edição online do evento ocorreu no dia 17 de abril de 2021, um sábado para evitar conflitos com horário comercial. O evento ocorreu das 9h às 17h, com um intervalo de duas horas para o almoço. As palestras foram medias por Rose Santiago do CERVI, ela também foi a responsável por ciceronear uma série de *lives* que ocorreu durante a semana na rede digital *Instagram*, essas foram *lives* de aproximadamente 15 minutos, com um palestrante que estaria no sábado por dia. Essas pequenas movimentações de no *Instagram* serviram como estratégia de marketing para capitalizar as pessoas a participarem no final de semana.

Para participar do evento foi necessária realizar uma inscrição através do *site* do movimento. As reuniões aconteceram através da plataforma de conversas *Zoom* que permite as reuniões de forma restrita, o *link* para a participação foi encaminhado cinco minutos antes de cada palestra através do *whatsapp* da rede. Como dito as palestras, porém, foram disponibilizadas no canal do *Youtube* do movimento no decorrer daquela mesma semana, sendo possível o acesso a qualquer momento. Esse conteúdo tem um total de 357 visualizações distribuídos entre as palestras.

Já que o evento foi realizado de maneira remota, sem a necessidade de deslocamento dos palestrantes, foi possível anteder todas as principais pautas dos movimentos, as palestras realizadas na parte da manhã foram: Anencefalia e Microcefalia por Lenise Garcia, doutora em Microbiologia; Complicações do aborto provocado por Cristiane Assis, Ginecologista e obstetra com especialização em aborto fetal e Gestante.

Além disso foi realizada a fala chamada “O abraço faz a diferença”, por representantes de casas de acolhimento a gestantes, na ocasião falaram Rose Santiago do CERVI, Fátima Salto do Lar preservação da Vida e Mariângela Consoli da Associação Guadalupe.

Imagem 3 – Folder Seminário pela vida



Fonte: <https://www.instagram.com/brasilsemaborto/>

Como visto no cartaz, não apenas o *ethos* acadêmico dos participantes é explicitado, mas também a sua contribuição para os movimentos pró-vida, já que Lenise é apresentada como Presidente do Movimento Brasil Sem Aborto e Cristiane pela publicação de seu livro Gestante, encontro entre almas.

O período da tarde teve as seguintes falas: Adoção: novidades, por Ângela Gandra, bacharel em direito, doutora em filosofia e Secretária da Família do MMFDH; Estatuto do Nascituro – desde 2007, por Paulo Leão, bacharel em direito e Procurador do estado do Rio de Janeiro e ADPF 442 e suas ameaças, por José Paulo Leão, bacharel em direito e Procurador do estado de Sergipe designado para atuar no processo da ADPF.

É notório então que as principais pautas políticas do movimento estão expressadas em cada palestra, a permissividade do aborto no caso de anencefalia permitida pelo SFT em 2012 e a recente discussão no caso de Zika Vírus, o Estatuto do Nascituro, pauta legal que a ministra Damares disse, no início do governo, ser sua prioridade e a votação, a ADPF ainda em tramitação do STF e a demonstração que mesmo o aborto assistido medicamente é prejudicial sim a mulher, então as críticas colocando o aborto como questão de saúde pública não se justificam.

O conteúdo das palestras foi realizado de forma enfática ao mesmo tempo que didática, chamo a atenção para as movimentações do período da tarde porque denotam movimentos para ações futuras.

Inicialmente a fala da jurista Ângela Gandra sobre a possibilidade de adoção. Ângela, como, Secretária da Família no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, diz coordenar um programa de incentivo a adoção, a sua fala foi pautada sobre a importância de adotar e os trâmites para fazê-lo enfatizando que crianças recém-nascidas ou com poucos meses de vida são adotadas quase que instantaneamente. A fala procura desativar o aborto por impossibilidade de cuidado, ao deixar claro que colocar a criança para adoção está dentro da lei Ângela corrobora fala de Damares de que “gravidez é um problema que só dura nove meses”, em dezembro de 2018⁸⁸.

A fala de Paulo Leão procurou traçar um histórico da tramitação do Estatuto do Nascituro enfatizando que seria importante que o não nascido ganhasse uma carta legal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, para o reconhecimento dele como pessoa, ainda que vindoura. Segundo o advogado o Estatuto do Nascituro pretende suprir a brecha legal que fulgura sobre os não nascidos.

Apesar de similar em temáticas e pautas o seminário pela vida foi diferente principalmente a respeito do seu clima, enquanto a primeira tinha um caráter mais festivo com falas diminutas e maior índice de conscientização básica o seminário teve um caráter mais sóbrio com falas mais enérgicas e justificadas. A principal diferença talvez se encontre na fala sobre a ADPF 442 pelo Procurador do estado de Sergipe José Paulo Leão, principalmente na fala política.

Mesmo com a determinação de um movimento suprapartidário a fala do procurador fulaniza o PSOL, partido proponente da ADFP. Apesar de falas claras embasadas juridicamente a volta constante ao partido acaba por caracterizá-lo como o inimigo a ser batido pelos movimentos.

Sobre o evento em geral é percebido a diferenciação no foco do tratamento ao público-alvo. Ao se direcionar ao público acadêmico as falas e focos são mais

⁸⁸ Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/gravidez-e-problema-que-dura-so-9-meses-diz-nova-ministra-das-mulheres.shtml#:~:text=Oficializada%20nesta%20quinta%2Dfeira%20\(6,mulher%20%22pela%20vida%20inteira%22](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/gravidez-e-problema-que-dura-so-9-meses-diz-nova-ministra-das-mulheres.shtml#:~:text=Oficializada%20nesta%20quinta%2Dfeira%20(6,mulher%20%22pela%20vida%20inteira%22). Acessado em 03/05/2018.

racionalizadas, evitando o caráter emotivo afim de validar a argumentação. Ele não se confere no evento descrito a seguir.

Seminário de formação de multiplicadores

Outra atuação conhecida do movimento é a do seminário em defesa da vida realizada em escolas de ensino médio. A ideia do projeto é ter de levar uma palestra sobre os perigos da prática abortiva e conscientizar sobre a importância de não a fazer. Tal qual o seminário anterior a atividade entrou em hiato devido a pandemia do coronavírus, sendo retomada apenas em abril de 2021.

O seminário foi realizado da mesma forma que o anterior através de uma reunião via *Zoom* cujo *link* foi enviado via *Whatsapp*, tendo ocorrido no sábado seguinte ao evento anterior, dia 24 de abril.

Ministrado pelo Secretário Geral, Allam Araújo, o seminário se iniciou a partir de uma apresentação de todos, foi possível perceber a pluralidade certa pluralidade religiosa dos participantes, porém a grande maioria se dividiu entre espíritas e católicos.

Em seguida foi apresentada a história do movimento, de como ele surgiu dentro das casas legislativas a partir da votação do PB 1135 de 1991. Segundo o secretário, após a formulação nos embates do projeto foi pensada a iniciativa do Brasil Sem Aborto como um movimento supra religioso e suprapartidário, de forma que parlamentares plurais pudessem aderir a causa sem que se comprometessem com suas bancadas. Como é possível ver no próprio *folder* de propaganda do evento a não identificação confessional ou política é algo caro para a imagem do movimento.

Imagem 4 – Folder de propaganda do seminário de formação de multiplicadores



Fonte: <https://www.instagram.com/brasilemaborto/>

O histórico do movimento se seguiu demonstrando os principais eventos que Brasil sem Aborto organiza, com destaque para a Marcha pela Vida e os Seminários promovidos. O caráter festivo percebido da Marcha pela vida foi confirmado pelo ministrante do curso, enfatizando que o evento é considerado como uma festa para a vida, uma promoção do encontro entre famílias.

As palestras em escolas de ensino médio se iniciaram em 2013. Sob a crítica de que o discurso abortista está muito inserido dentro do meio universitário se viu necessário alcançar os jovens antes de terem a cabeça formada, de forma que a conscientização permita uma formação pela vida.

Outra estratégia bem delimitada é a preferência por escolas públicas ao invés de particulares. A estratégia se justifica, inicialmente, por entender que o público mais carente das escolas públicas tem menor acesso à informação e por isso estariam mais sujeitos a engravidar ou a passar por processos de aborto clandestino. O segundo e principal motivo é a obrigatoriedade que a escola tenha em maio uma semana de promoção à saúde, em que traga alguma atividade extraclasse relativo ao tema, segundo Araújo “a palestra já está pronta”, tendo o palestrante e material doados as grandes de que a direção do colégio permita a realização do evento é grande.

O suporte para o palestrante é cedido através da ADIRA, responsável por fabricar uma cartilha doada aos alunos e um questionário de perguntas a serem respondidas posteriormente no *site* da instituição. Essa estratégia é empregada para aumentar o número de multiplicadores, já que não existe o medo de não saber responder determinada pergunta que passam a aparecer, ele deve se concentrar apenas na palestra ministrada. Dessa forma o movimento procura impedir que posicionamentos pessoais contaminem as falas propostas com possíveis respostas fora do roteiro de fala pré-estabelecido por parte dos multiplicadores, dessa forma não perde sua característica cientificista, o que acredita ter maior poder de convencimento, institucionalizando as respostas ao mesmo tempo que identifica possíveis interessados em sua causa.

O conteúdo da palestra ministrada tem por base a construção de uma realidade específica. Inicia-se com dados populacionais apontando que a grande maioria da população brasileira é contra a prática e, em seguida, são pontuadas as iniciativas políticas que visam descriminalizar o aborto e justificando as que devem ser apoiadas já que permitem maiores restrições a prática.

Três vídeos são encadeados durante a fala. O primeiro é uma reportagem produzida pela rede televisiva católica carismática TV Canção Nova sobre um casal que deu à luz a uma criança com microcefalia. A reportagem mostrava a rotina da família apontando as capacidades que a criança portadora da má formação pode desempenhar e tem por intuito questionar a percepção da realização do aborto no caso.

O segundo vídeo diz respeito a fecundação e métodos contraceptivos, ainda que tenha sido deixado claro que não cabe a palestra tocar no assunto de educação sexual. O vídeo faz uma diferenciação entre métodos contraceptivos e métodos abortivos, apontando que a pílula do dia seguinte e o Dispositivo Intrauterino são na realidade métodos abortivos já que eles agem após a fecundação, o que Lenise Garcia chama de “abortos ocultos”.

Por fim é exibido um vídeo de uma fala ministrada por médico que atuava na *Planned Parenthood*, organização estadunidense de planejamento familiar. No vídeo

o médico descreve como é realizado o aborto em fetos de até 12 semanas com o intuito de chocar o público escolar.

Segundo Araújo o seminário realizado no dia 24 não é suficiente para a formação como multiplicadores. Segundo o secretário o núcleo de formação do movimento, com referência na ADIRA, tem encontros mensais para promover essa formação e o material para as palestras é disponibilizado apenas após a filiação à entidade.

Me permiti aqui entender o funcionamento do movimento em seus mais diversos ramos de atuação. Notei que o Brasil sem Aborto tem três enfoques: o primeiro voltado para a formação, centrado na figura jurídica da ADIRA, esse permite que o pensamento seja espalhado, ele é direcionado para a população leiga afim de angariar a participação nos outros eixos.

O segundo eixo é o de acolhimento à gestante. Apesar de não possuir uma cede física que permita fazer esse trabalho o movimento tem parcerias com dez outras instituições que fazem esse trabalho, a Casa transitória Amor de Mãe em Goiás, o Centro Humanitário de Amparo à Maternidade no Ceará, o Lar Preservação da Vida no Paraná, o Lar Maria de Nazaré no Distrito Federal, o Mon't Serrat no Rio Grande do Sul e a Associação Guadalupe, Casa da mãe Oásis da Imaculada, o CERVI, o Dilectum e o Filhos da Luz em São Paulo.

O terceiro eixo é o de atuação política. Nesse caso os movimentos agem na realização de pressão político-social, a ideia é mostrar a força da pauta não tanto a fim da conscientização, mas de pesar no cálculo políticos que os representantes dos três poderes costumam fazer para garantir a sua posição. Desse os destaques são a campanha a Vida depende do seu voto que garante um compromisso por escrito do parlamentar eleito e a Marcha Pela Vida, que considero como uma manifestação política ideológica afim de consolidar os direitos desejados.

A questão política, no entanto, teve diferentes nuances a partir do ano de 2019 com a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República. No capítulo a seguir tratarei de sua eleição e sua atuação na causa sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Capítulo 5

Brasil pós 2018: O Governo Bolsonaro

Como já dito anteriormente o processo eleitoral de 2018 acarretou significativas mudanças na atuação dos movimentos pró-vida. O crescente conservadorismo que culminou na eleição de Jair Bolsonaro para o principal cargo do país, teve desdobramentos no parlamento nacional. A 56ª legislatura se caracterizou pelo maior contingente de deputados com tal perfil acompanhando um minguante contingente de deputados progressistas⁸⁹. Os movimentos pró-vida não ficaram alheios a esse contexto político.

O direcionamento do governo Bolsonaro em relação ao tema foi percebido quando este ainda estava em construção. No início de dezembro de 2018, pouco após a eleição, o coordenador de sua equipe, Onyz Lorenzoni, anunciou a pastora e advogada Damares Alves para a pasta de Direitos Humanos da União⁹⁰, conhecida militante pró-vida. A atuação de Damares contra as políticas de descriminalização do aborto são referência para os parlamentares vinculados a essa pauta.

Assumindo a pasta do ministério da Mulher e dos Direitos Humanos Damares Alves teve, até o momento da edição desse texto, destaca atuação, sobretudo em parceria com os ministérios das Relações Exteriores e da Saúde.

O presente capítulo aborda o modo como a questão da interrupção forçada da gravidez tem sido tratada pelo governo Bolsonaro através das políticas conduzidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acompanhadas, em parte, por outros ministérios. Para isso dividi o capítulo em quatro partes: a primeira, ainda antes da emergência do governo, tratando do pleito de 2018, o contexto político em que ele foi realizado e como a questão do aborto foi abordada; na segunda parte,

⁸⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539044661_952017.html. Acessado em 25/03/2021.

⁹⁰ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-anuncia-damares-alves-no-ministerio-da-mulher-familia-e-direitos-humanos,70002635867>. Acessado em 25/03/2021.

apresento Damares Alves e os membros de sua equipe no referido ministério, que lidam com essa questão; no terceiro momento, apresento as políticas do ministério e na quarta parte abordo as políticas e alianças internacionais concernentes.

As eleições de 2018

A confirmação da vitória de Jair Bolsonaro em outubro de 2018 permanecendo sendo objeto de certo debate, em face dos procedimentos legalmente questionáveis de sua campanha, já mencionados. O resultado improvável, porém, deve ser entendido sob a ótica de uma conjunção de fatores que acabaram por propiciar as condições para que um candidato com o perfil do capitão reformado do Exército conseguisse se eleger.

É preciso antes entender que o cenário brasileiro, não é singular, ele está inserido em uma crise global de democracias liberais, concomitante a um endurecimento político. Vários são os exemplos: a eleição de Donald Trump nos EUA (2016) após dois mandatos do primeiro presidente negro do país, além da implementação de um esboço de sistema de saúde público universal; a escolha da conservadora Theresa May (2016) como primeira ministra britânica afim de concluir as negociações para a saída do Reino Unido do bloco econômico da União Europeia e a nomeação de Boris Johnson como secretário de Estado para Assuntos Externos; a segunda reeleição de Viktor Orbán (2018) como primeiro-ministro da Hungria, após um mandato anterior voltado para o combate à imigração síria no país e a pressão do exército boliviano para a renúncia do presidente reeleito Evo Morales em 2019. Enfim, extenso é o contexto que permite analisar o declínio do ideal democrático (CASTELLS, 2019).

Não é possível separar o Brasil, portanto, de um contexto exterior marcado por emergência antidemocrática. Porém, além de pensar o caso brasileiro como apenas uma consequência da maré internacional, é preciso entender as particularidades nacionais e os movimentos da história recente que criaram as condições internas para a eleição de Bolsonaro. Ronaldo Almeida (2019) aponta um conjunto de fatores que, gradualmente, permitiram a nossa chegada ao atual momento.

Para isso, é preciso considerar a desvinculação da esquerda com a pauta moral, após intensa vinculação judiciária-midiática dela com a corrupção. Desde o

chamado “mensalão”, já no primeiro ano do governo Lula, até os desdobramentos da chamada Operação Lava-Jato⁹¹, que em seu ápice ocasionou a prisão do ex-presidente em abril de 2018. Antes disso, vale lembrar, o país vivera um momento de efervescência política com as manifestações ocorridas em 2013⁹² que proporcionaram a criação do movimento “Vem pra rua” e do Movimento Brasil Livre (MBL)⁹³, ambos direitistas com expressiva atuação no país.

Mesmo alvo de diversos protestos, Dilma Rousseff se reelegeu em 2014, porém, as bases de seu processo de *impeachment* já haviam sido construídas e acabaram por se concretizar em 31 de agosto de 2016.

Para além da pauta moral é preciso compreender também a pauta econômica. Os últimos anos do governo Dilma foram marcados por inflação crescente e arrefecimento do mercado econômico. O contexto permitiu novamente as críticas liberais ao modelo econômico vigente, exigindo uma menor participação do Estado na iniciativa privada.

Somam-se ao crescimento de novas pautas diversos acontecimentos políticos criaram a sensação de instabilidade e insegurança institucional, como aponta Ronaldo Almeida (2019):

(...) “as delações premiadas contra políticos e empresários; as manifestações de rua em 2013, 2015, 2016 e 2018; o impeachment de Dilma Rousseff; o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da chapa Dilma-Temer; os dois pedidos de impeachment contra Michel Temer; a intervenção federal no Rio de Janeiro com as Forças de Segurança; o assassinato da vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL-RJ), e de seu motorista Anderson Gomes; a prisão de Lula; o locaute dos caminhoneiros que paralisou o país; a ameaça autoritária nas eleições de 2018; entre outros.”⁹⁴

⁹¹ Operação da Polícia Federal iniciada em 2014 que investigou irregularidades em contratos governamentais, sobretudo na Petrobrás. Ela se estendeu por seis anos, servindo como trampolim político para seus procuradores do Ministério Público de Curitiba e o Juiz de primeira instância Sérgio Moro, que assumiu o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro.

⁹² Os protestos foram iniciados na cidade de São Paulo pelo movimento passe-livre contra um aumento na passagem de ônibus durante a gestão de Fernando Haddad do PT. Após constantes repressivas policiais o movimento ganhou uma crescente sem pauta, prosseguindo mesmo após a retirada de seus organizadores.

⁹³ Movimentos criados sob uma ótica econômica neoliberal com grande capilaridade nos meios digitais, que permitiram a organização de diversos protestos.

⁹⁴ ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *In. Novos Estudos*. CEBRAP V38. Pág 185-213. São Paulo. Jan-Abril 2019

A imagem construída durante o regime de militar de 1964, de que o militarismo é também sinônimo de tecnicidade e idoneidade moral, ainda perdura no imaginário brasileiro, se tornando outra característica importante para entender em que local da disputa Bolsonaro se inseriu.

Um contexto de instabilidade política que já perdurava alguns anos, em face da construção de um pragmatismo militar poderia, contribuiu para a emergência Jair Bolsonaro. Deputado folclórico do Rio de Janeiro, ele teve uma carreira marcada mais por polêmicas do que por atuação em plenário⁹⁵. É verdade que sua postura *anti-establishment* foi fundamental para a validação da candidatura como um presidenciável viável, já que, como dito anteriormente, entrava em um contexto global de negação da política, que havia dado certo em outros países (CASTELSS, 2019). É preciso considerar, porém, que o resultado eleitoral teria sido outro se não fosse o massivo apoio religioso que recebeu.

Católico, Bolsonaro foi simbolicamente batizado no Rio Jordão, em Israel, pelo pastor Everaldo, líder do PSC, em 12 de maio de 2016, mesma data em que o Senado Federal julgava o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A cerimônia teve significativa carga simbólica, pelo local onde ocorreu, mesmo rio em que Jesus Cristo foi batizado. Segundo, pelo momento com Bolsonaro buscando um contraste de mostrar estar se purificando ao mesmo tempo em que Dilma era punida. Tal batismo simbólico levou parte dos evangélicos pentecostais a acreditarem que o político de extrema direita havia se tornado um confrade deles.

Outra parte do contexto no qual as eleições se deram foi a de grande polarização no país, entre os chamados lulopetismo e o bolsonarismo (ALMEIDA, 2019). O pleito ocorreu de forma a suplantar candidatos considerados ideologicamente menos radicais, ou menos expressivos. Na prática os votos de candidatos mais à direita se aglutinaram em Jair Bolsonaro enquanto votos mais à esquerda migraram para Fernando Haddad, candidato que ocupou o lugar de Lula após a sua prisão. Os resultados mostram essa discrepância já que Bolsonaro teve 46,03% dos votos válidos enquanto o candidato à direita, que mais se aproximou, foi

⁹⁵ Como aponta Giulliano Planceres (2020. p 122), o Jair Bolsonaro ingressou na Câmara dos Deputados em 1991, cargo que ocupou por seis mandatos marcados por polêmicas relacionadas à homofobia e racismo, sendo processado pelo crime de apologia ao estupro.

o tucano Geraldo Alckmin com 4,76%, praticamente 10% dos votos de Bolsonaro, ficando na quarta colocação. Haddad ficou com 29,28% dos votos válidos sendo sucedido por Ciro Gomes do PDT, com 12,47%, pouco menos da metade dos votos do petista⁹⁶. A tese da existência de um voto pragmático é corroborada quando analisamos outros candidatos de destaque no pleito como João Amoedo, do partido NOVO e Guilherme Boulos, do PSOL, que conseguiu expressão política suficiente para disputar o segundo turno da reeleição paulistana em 2020⁹⁷. No pleito, tais candidatos tiveram, respectivamente, 2,5% e 0,58% dos votos.

A dualidade favorece o direcionamento do voto religioso, já que o discurso eclesial opera em um “dualismo sagrado”, marcado oposição constante entre o bem e o mal, sendo este associado, sobremaneira naquelas eleições, a Lula e seu partido.

A polarização entre o PT - partido no poder durante o arrefecimento econômico - e Bolsonaro permite a leitura das eleições ocorridas a partir de uma grafia religiosa associada ao simbolismo do segundo nome do candidato do PSL, Messias. Somando esse contexto ao apoio de diversas lideranças do segmento evangélico, destacando-se: Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo), Edir Macedo (IURD) Valdemiro Santiago (IMPD) e Romildo Ribeiro Soares (IIGD).

Além disso, boa parte do seu eleitorado constituiu-se também de adeptos do movimento da Renovação Carismática Católica (PLACERES, 2020). Ao mirar esse eleitorado a questão do aborto foi, gradativamente, tomando lugar no discurso da campanha bolsonarista.

Como parlamentar, Jair Bolsonaro não tinha o aborto voluntário como tema da sua atuação na Câmara. Nas seis legislaturas de que ele participou a questão esteve presente em apenas três proposições: a relatoria na CDHM do PL 6240/2013 sobre a tipificação de desaparecimento como crime comum, em que a palavra aborto aparece no relatório original, mas não é mencionada por Bolsonaro; na anexação desse mesmo projeto ao Decreto Lei nº2840 de 1940; e no requerimento de Desarquivamento de Proposição em 2015 do PL 6055/2013, de autoria do deputado

⁹⁶ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno>. Acessado em: 20/04/2021.

⁹⁷ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2020/cobertura-votacao-apuracao/primeiro-turno/sp/sao-paulo>. Acessado em: 20/04/2021.

Pastor Eurico. Tal PL objetivava revogar a Lei nº 12.845 que dispõe sobre o atendimento integral do SUS para mulheres vítimas de violência sexual – proposição que segue travada, sem passar por apreciações de comissões.

Ao conferir os discursos de Bolsonaro na Câmara, verifica-se que a palavra “aborto” foi proferida por ele apenas duas vezes: em 2016, acusando o STF de ativismo judicial, por estar em posse do processo que sofria pela ofensa à deputada Maria do Rosário (PT-RS)⁹⁸ e utilizou o julgamento da ADPF 442, movida pelo Tribunal como exemplo de ativismo. A outra vez que o termo foi mencionado por Bolsonaro ocorreu num discurso ambíguo em seu segundo ano de mandato, em 4 de abril de 1992. Na ocasião, ele alertava para a importância do planejamento familiar, pedindo que fosse anexado a seu discurso uma matéria publicada na Folha de S. Paulo em dezembro de 1991, sobre a distribuição de pílulas abortivas pelo governo chinês, para controle da superpopulação.

Mesmo em entrevistas anteriores, Bolsonaro já havia declarado que o aborto deveria ser uma decisão do casal⁹⁹. Essa, portanto, não foi a tônica da campanha presidencial, inicialmente. A questão passou a se tornar relevante já em agosto de 2018, momento em que o STF realizava as audiências da AF 442/2015. Os candidatos passaram a ser perguntados sobre o tema e adotaram um discurso ajustado às disputas eleitorais.

Dos principais candidatos, apenas Guilherme Boulos (PSOL) se mostrava a favor da descriminalização do aborto, enquanto Cabo Daciolo (Patriotas) se colocava contra. Os outros se mostravam a favor da manutenção da lei, dizendo que o tema é relativo ao Congresso, como fez Ciro Gomes (PDT), ou que a temática deveria ser decidida através de um plebiscito, como fez Marina Silva (REDE).

Aqui é importante ressaltar que a postura branda em relação a temas morais que a candidata do partido Rede Sustentabilidade adotou não agradou lideranças, ou

⁹⁸ Bolsonaro havia declarado ao plenário da Câmara que não a estupraria porque ela não merecia. O processo ocorreu até 2019, pois já enquanto presidente foi condenado a indenizar Maria do Rosário em dez mil reais. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/19/ministro-do-stf-mantem-decisao-que-mandou-bolsonaro-indenizar-maria-do-rosario.ghtml>. Acessado em 20/04/2021.

⁹⁹ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/bolsonaro-ja-defendeu-aborto-como-decisao-do-casal/>. Acessado em: 20/04/2021.

mesmo os fiéis, das agremiações evangélicas que ela poderia vir a representar já que carrega em si signos religiosos sendo a própria candidata membro da Assembleia de Deus. Essa postura propiciou que seus votos migrassem para o candidato do PSL.

A postura ambígua de Jair Bolsonaro se modificou após entrevista dada à *Folha de S. Paulo*, em que afirmava ser contra a interrupção da gravidez, mas que o homem não deveria intervir na decisão tomada pela mulher¹⁰⁰. Ele ainda afirmou na entrevista que já havia se questionado a ex-esposa se ela queria manter a gravidez e ela optou por sim, tendo nascido o filho Jair Renan.

A reportagem teve repercussão nos meios religiosos, porém, a informação acabou sendo distorcida por seus apoiadores. A imprensa religiosa passou a atacar *Folha*, acusando-a de manipular informações e o presidente passou a criticar o jornal, dizendo que ele propagava mentiras. A partir daquele momento, Bolsonaro passou a adotar uma postura mais enfática em relação ao aborto, repetindo que se em seu futuro mandato presidencial o Congresso Nacional aprovasse alguma legislação que flexibilizasse a criminalização ele vetaria¹⁰¹.

A campanha se seguiu nas redes internas, a partir de ataques ao Partido dos Trabalhadores, mobilizando a questão do que chamaram de *Kit Gay*¹⁰² e pelo já descrito momento do PNDH nº 3, estabelecendo o PT como a legenda que pretendia promover o aborto no país. O contexto exigiu que o candidato Fernando Haddad e sua vice Manuela D'Ávila (PC do B) adotassem posturas diferentes em relação a temas marais. Manuela abriu mão da defesa da descriminalização do aborto e da tributação das drogas, pautas que estavam inicialmente em seu programa eleitoral, antes da

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/homem-nao-deve-intervir-na-decisao-da-mulher-sobre-aborto-diz-bolsonaro.shtml>. Acessado em 20/04/2021.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/bolsonaro-critica-folha-de-spaulo-por-reportagem-sobre-aborto-7du47c4kgyxbmxxkuw8yu82f3/>. Acessado em: 20/04/2021.

¹⁰² Material de campanha para a promoção da conscientização contra a homofobia, que começou a ser elaborado nos governos do PT mas não chegou a ser implementado nas escolas.

aliança com o PT¹⁰³, e Haddad assinou firmou compromisso com a vida e contra a violência, para a CNBB¹⁰⁴.

Como é sabido as iniciativas não deram resultado, Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 28 de outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos contra 44,87% de Fernando Haddad.

Cabe aqui ressaltar que a questão do aborto se tornou corrente no discurso do presidente eleito, principalmente em momentos de popularidade mais baixa, como mostraremos a seguir. Recém-eleito, Bolsonaro deixou claro como trataria o tema mediante a indicação da advogada evangélica Damares Alves para o Ministério dos Direitos Humanos.

A ministra dos Direitos Humanos

Quando ainda não estava empossado, em 28 de novembro de 2018, Jair Bolsonaro convidou a pastora e assessora parlamentar Damares Alves para assumir a pasta de Direitos Humanos do governo federal. O convite prévio denotou a importância que ela teria para o governo, já que foi escolhida como uma das responsáveis pela equipe de transição dele.

Damares cresceu na Igreja Quadrangular, da qual seu pai era pastor, e passou por vários movimentos migratórios, ainda na infância, atendendo as demandas religiosas do pai e futuramente suas, já que também passou a ministrar cultos, inicialmente, na Igreja Quadrangular e, depois, na Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. Foi na capital mineira que a pastora se popularizou como líder religiosa, já que algumas de suas pregações viralizaram através das redes digitais.

¹⁰³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/vice-de-haddad-manuela-davila-abre-mao-de-propostas-para-se-adequar-ao-programa-do-pt-23154704>. Acessado em: 20/04/2021.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/haddad-vai-a-cnbb-e-firma-compromisso-pro-vida-e-contra-a-violencia/>. Acessado em: 20/04/2021.

Teve sua formação em direito pelas Faculdades Integradas de São Carlos-SP, cidade em que ingressou na gestão pública, atuando na Secretaria Municipal de Turismo até 1999, quando se tornou assessora parlamentar do então deputado Josué Bengston (PTB-PA), também pastor da Igreja Quadrangular. O crescimento de sua importância no Congresso acompanha o crescimento e a força dos parlamentares evangélicos na casa. Damares atuou com importantes parlamentares pentecostais como Arolde de Oliveira (PSD-RJ), João Campos (PRB-GO) e, antes de sua nomeação ministerial, ela estava alocada como assessora parlamentar do então senador capixaba Magno Malta.

Além do trabalho auxiliando diretamente parlamentares, Damares foi assessora Jurídica do Congresso Nacional por mais de 20 anos, atuando por trás de relevantes projetos, como o Estatuto do Nascituro, a PEC 181/2015, entre outros, além das audiências no STF responsáveis pela descriminalização do aborto nos casos de anencefalia diagnosticada e na permissividade das pesquisas com células tronco embrionárias, momento em que destaque por ser também o início do movimento Brasil Sem Aborto, no qual a ministra esteve também envolvida.

O Ministério dos Direitos Humanos tem um histórico de atuação mais voltado para pautas progressistas, desde sua criação pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 17 de abril de 1997, como Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Embora sendo uma secretaria, tinha status de ministério.

A pasta ganhou o nome ministerial em 2015, com a presidente Dilma Rousseff, após a união com as secretarias de Políticas da Promoção de Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres, sendo criado então o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), sob a direção de Nilma Lino Gomes, mulher Negra e reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). A pasta foi extinta em 2016 no governo do presidente Michel Temer, mas foi recriada em 2017 com o nome de Ministério dos Direitos Humanos (MDH), propondo uma atuação mais abrangente, tendo a jurista Luislinda Valois, também mulher negra, desembargadora do TRJ da Bahia - que foi substituída, no final do governo Temer, por Gustavo Vale Rocha.

Ao assumir Bolsonaro renomeia o ministério, acrescentando o termo *mulher*, mas enfatizando a *família*. Eleito mediante discursos contrários às populações quilombolas, ao movimento LGBTQA+ e aos povos indígenas, Bolsonaro cria o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), sinalizando para seu eleitorado cristão a nova diretriz da pasta.

Ele coloca também a Fundação Nacional do Índio (Funai) sob a tutela do MMFDH. O órgão responsável por questões legais e a preservação da cultura dos povos indígenas era antes vinculado ao Ministério da Justiça. Com tal transferência, a Funai perde força legal e fica subserviente à ministra Damares Alves, que, como pastora, coordenou diversas missões de evangelização de tribos amazônicas. Damares é também uma das fundadoras do Movimento Atini – Voz pelas Vidas, que tem como bandeira lutar contra o infanticídio promovido por populações indígenas.

O movimento e sua parceira Jovens com uma Missão (Jocum) estão sendo processados pelo Ministério Público Federal e pelo Distrital do Ministério Público em Rondônia pela produção e divulgação de um vídeo em que crianças indígenas deficientes são enterradas vivas por parentes, prática que, segundo o vídeo, seriam comuns entre os indígenas da região. Porém, segundo o MPF, os Karitiana, povo retratado no filme, não tem a prática do infanticídio em sua cultura e passou a sofrer consequências negativas após a publicação do vídeo. Além disso, a peça audiovisual induz o expectador a compreender o infanticídio como uma prática comum entre indígenas, visão que contribui para dar força às missões de evangelização dos povos amazônicos¹⁰⁵.

Damares colecionou polêmicas ao longo de sua atuação e se tornou a principal voz governo Bolsonaro em relação aos evangélicos. Na sua posse, em janeiro de 2019, a pastora se posicionou: “Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã¹⁰⁶”. A frase foi, naquele mesmo ano, utilizada pelo próprio Bolsonaro, ao dizer que indicaria ao STF um ministro “terrivelmente evangélico”¹⁰⁷.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46448437>. Acessado em 20/04/2021.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml>. Acessado em 20/04/2021.

¹⁰⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>. Acessado em 20/04/2021.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha em dezembro de 2019 mostrou que Damares era a segunda ministra mais bem avaliada do governo, com 43% de ótimo e bom. Ela ficou atrás apenas do ex-juiz Sérgio Moro, então ministro da Justiça, com 53% de aprovação. Ambos tiveram avaliação melhor que a do próprio presidente, com 30% de ótimo e bom¹⁰⁸. Damares passa a ser utilizada então como um termômetro entre as famílias evangélicas e como uma ponte para o diálogo com essa parcela da base de apoio ao governo.

Não à toa a ministra tem constantes atividades ao lado da primeira-dama Michele Bolsonaro. Evangélica, membro da Igreja Batista Atitude em Brasília, Michelle coordena também o programa Pátria Voluntária, destinado à assistência social, que realiza a interlocução entre o agente doador e a entidade que possa vir a receber a doação. Segundo reportagens jornalísticas, o programa se caracteriza por alto gasto em propaganda, já que o programa não recebe verba pública diretamente porque tem em sua proposta ser apenas uma rede de agência de doação entre empresas e entidades assistenciais.

Uma matéria da *Folha de S. Paulo* denunciou a apropriação de uma verba doada exclusivamente para compra de testes para Covid, no início da pandemia, ao repasse à entidade Associação de Missões Transculturais Brasileiras (AMTB), entidade voltada ao trabalho missionário evangélico, ligada a Damares, que tem como endereço declarado o mesmo que a Atini¹⁰⁹. Além da entidade mencionada, o Programa de Michelle foi denunciado também pelo financiamento de R\$ 14,7 mil para a Associação Virgem de Guadalupe, entidade pró-vida localizada na cidade paulista de São José dos Campos, que atua através da conscientização e apoio a mulheres grávidas. Damares criticou a matéria da *Folha* através de suas mídias digitais, alegando que a esquerda financiava entidades pró-aborto nos governos anteriores.

A parceria de Damares e Michelle é midiaticamente explorada pelo governo. Ambas atuam juntas em diversos eventos como a comemoração do aniversário da Lei de Libras, concurso infantil de confecção de máscaras motivado pelo MMFDH, cujo

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/12/em-um-ano-moro-se-firma-acima-de-bolsonaro-e-como-ministro-mais-popular-diz-datafolha.shtml>. Acessado em: 20/04/2021.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/governo-bolsonaro-repassou-a-programa-de-michelle-r-75-milhoes-doados-para-testes-de-covid.shtml>. Acessado em 20/04/2021.

prêmio foi uma tarde com ambas e mesmo uma visita ao papa em dezembro de 2019. A proximidade com a primeira-dama tem, em intencionalidade, claras mensagens ao eleitorado evangélico.

Primeiro, a construção do presidente como uma pessoa de família, já que sua esposa é sempre visível, ao mesmo tempo que não tem as obrigações do marido, mas, tal como a pastora, se encarrega de funções relacionadas cuidado feminino. Em um segundo momento, a proximidade passa também a impressão de uma espécie de sororidade cristã, em que as mulheres representativas do governo estão próximas e atuando juntas.

Tais posicionamentos ajudam a manter a proximidade de Bolsonaro com o eleitorado evangélico, já que tal seguimento vem sendo preterido em função de seus apoiadores militares e da aproximação do presidente com partidos do chamado “centrão” político.

O secretariado formado por Damares no ministério tem grande influência religiosa, sobretudo, da atuação de movimentos pró-vida. A exemplo da nomeação da militante Sara Giromini como Coordenadora Nacional de Políticas à Maternidade. A militante contra o aborto acabou se desligando do ministério, ainda em outubro de 2019, alegando cuidar de assuntos particulares¹¹⁰. Sara Winter, como é conhecida, montou um acampamento paramilitar no centro de Brasília e foi presa sob acusação de atentado contra o STF e por ameaçar o ministro Alexandre de Moraes.

A funcionária do ministério, que tem maior importância, é Angela Gandra Martins, titular da Secretária Nacional da Família. Advogada e católica, ela é filha do jurista Ives Gandra Martins e, portanto, irmã de Ives Gandra Martins Filho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e vinculado à *Opus Dei*. Angela Martins ocupa a principal secretaria do ministério referente a questão do aborto, tendo atuação junto a movimentos pró-vida em nível nacional, como descrevi no capítulo anterior, a sua participação no seminário organizado pelo Brasil sem aborto. A advogada chamou a atenção de Damares, durante as audiências públicas, para o julgamento da ADPF

¹¹⁰ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/ex-feminista-que-trabalhava-com-damares-deixa-o-ministerio>. Acessado em: 20/04/2021.

442/2015. Na ocasião, Angela representava a Associação de Juristas Católicos e fez uma das falas contra a Arguição de Preceito Fundamental.

Declaradamente conservadora, Angela Martins já esteve em missões oficiais do ministério como o sancionamento da lei que restringe o acesso ao aborto legal na Polônia¹¹¹ e a participação em evento conservador nos EUA.

Após a descrição do contexto e da formulação do cenário de atuação do MMFDH, realizarei, a seguir, uma descrição das principais campanhas e proposições do governo Bolsonaro em relação ao aborto. Em um primeiro momento, elenco as de abrangência nacional e, em seguida, entro no escopo das relações exteriores.

“Nós queremos um Brasil sem aborto”

A frase foi dita por Damares ainda no final de 2018, quando foi anunciada como ministra pelo presidente eleito. Segundo a ministra, o aborto não “desengravidar” a mulher, ela tem que lidar com o ato pelo resto da vida, sendo a gravidez um problema que só dura nove meses. O pensamento, no caso, não se deu de forma simplista, tendo sido acompanhado pela diretriz que o Ministério tomaria nos anos de governo que seguiria. Damares enfatiza que tem por objetivo erradicar o aborto no país a partir de políticas de planejamento familiar. Afirma com frequência ser necessário que se apresente outras soluções para a mulher, para além do aborto, para salvar a mãe e o bebê.¹¹²

Apesar da entrevista Damares ainda insistiu em não haver alterações em relação ao Código Penal. Segundo ela, o aborto já é crime na sociedade brasileira. As questões relativas à gravidez, nos casos de: estupro, risco de morte para a mulher e anencefalia diagnosticada apenas retiram a punição e inibem o cumprimento de pena, porém, o crime ainda é cometido.

¹¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/02/23/damares-angela-gandra-aborto-polonia.htm>. Acessado em: 20/04/2021

¹¹² Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/12/06/nos-queremos-brasil-sem-aborto-diz-futura-ministra-de-mulher-familia-e-direitos-humanos.ghtml>. Acessado em 20/04/2021.

Em relação ao plano de ação ministerial, Damares afirmou, ainda antes de assumir, que o foco do governo e, relação ao Congresso Nacional seria o Estatuto do Nascituro. O apoio à proposta é consistente porque enquadra o nascituro como sujeito de proteção do Estado a partir da criação de um estatuto próprio e não sujeito a leis que penalizem ou deixem de penalizar práticas específicas. A ministra, porém, reconhece que, se encarado por outro viés, a proposta pode ganhar mais notoriedade e sofrer menor rejeição. É sua proposta então que se mude o foco chamando o projeto de Estatuto da Grávida.

A mudança de termo permite que o sujeito de direitos em questão seja deslocado, não mais o nascituro – sem consenso legal sobre a abrangência constitucional de direitos – para a mulher grávida, garantindo que tenha amparo legal para prosseguir no Estatuto. Segundo levantamento realizado pelo Datafolha e publicado dia 15 de janeiro de 2019, 51% da população brasileira discorda do ponto mais polêmico do Estatuto: ao invés do abortamento no caso de estupro o homem ser responsabilizado financeiramente, enquanto 46% concordam¹¹³.

Damares esteve presente também no relançamento da Frente Parlamentar Pró-Vida Contra o Aborto, no início da 56ª legislatura, em março de 2019. Discursou na abertura do evento, sendo que havia sido ela a, o texto base para a criação da frente, ainda em 2015, quando era assessora parlamentar de Robson Rodvalho (PP - DF), pastor da Igreja Sara Nossa Terra. Na ocasião, a ministra enfatizou o discurso que passou a ser mais veementemente adotado nos anos que seguiram as apurações da PEC 181/2015, afirmando que a defesa da vida deve ser desde a concepção.

A posição contrária ao aborto voluntário não se reduz apenas à ministra dos Direitos Humanos. A fim de sustentar a ala ideológica do governo, a bandeira pró-vida se tornou característica necessária para compor certos setores dele, para além do MMFDH. Logo após eleito, Bolsonaro reafirmou seu compromisso com a interrupção voluntária da gravidez, principalmente após a fala de seu vice-presidente, o general da reserva Hamilton Mourão (PRTB-RS), sobre o tema, em fevereiro de 2019.

¹¹³ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/01/1986014-pauta-de-prioridades-de-bolsonaro-gera-interesse-em-poucos-brasileiros.shtml>. Acessado em: 20/04/2019.

Segundo Mourão, o aborto deve ser decisão da mulher¹¹⁴, afirmação que lhe causou desgaste.

Outro ministério considerado essencial para o combate ao aborto é o da Saúde, que passou a ter um cunho cada vez mais voltado a políticas de grupos específicos. No início do governo, Bolsonaro nomeou para a pasta o ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta (DEM–MT), tendo este afirmado que algumas estratégias deveriam ser revistas, como a política de prevenção ao HIV que, segundo ele, não pode ofender famílias. Mandetta foi demitido em abril de 2020, em consequência de embates com o presidente sobre a gestão da pandemia de coronavírus. Segundo o jornal *O Globo*, era exigência de Bolsonaro que o novo ministro da saúde fosse a contrário ao aborto¹¹⁵. Os nomes cotados para o cargo eram do oncologista Nelson Teich e do presidente do conselho do Hospital Albert Einstein, Claudio Lottenberg. Após a vinda a público de uma entrevista concedida à jornalista televisiva Maria Gabriela, em 2011, na qual Lottenberg afirmou que o aborto deve ser tratado como uma questão de saúde pública, Teich assumiu a pasta. Em sua primeira reunião ministerial¹¹⁶, Nelson Teich foi questionado por Damares sobre as políticas de aborto, afirmando que o governo era pró-vida e que o ministério que ocupava estava lotado por abortistas. Teich se desligou do cargo menos de um mês após assumir. Em seu lugar assumiu interinamente o general Eduardo Pazuello.

A ideia sobre a lotação de um secretariado abortista dentro no Ministério da Saúde adveio considerando que nem todo o corpo do ministério foi reformulado com a entrada do novo presidente, apesar da exoneração de mais de três mil funcionários no início de governo - em um movimento que foi chamado de “despetização” da máquina¹¹⁷ - o MS não passou por modificações estruturais, fora a constante troca de

¹¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/aborto-deve-ser-uma-decisao-da-mulher-diz-vice-presidente-23418856>. Acessado em 20/04/2019.

¹¹⁵ Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/bolsonaro-exige-que-novo-ministro-da-saude-seja-contrario-ao-aborto.html>. Acessado em: 20/04/2020.

¹¹⁶ A reunião realizada no dia 22/04 de abril de 2020 foi divulgada já que seu sigilo foi quebrado pelo ministro Celso de Mello, do STF. A decisão ocorreu após denúncia do ex-ministro da justiça do governo, Sérgio Moro, de interferência do presidente na polícia federal.

¹¹⁷ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/01/04/interna_politica,728856/governo-bolsonaro-exonera-mais-de-3-500-servidores-nos-primeiros-dias.shtml. Acessível em: 20/04/2020.

ministros. O assunto voltou à tona em junho de 2020, com a publicação de uma nota técnica sobre aborto seguro pelo Ministério.

A NT 16/2020 apontava ações necessárias de saúde durante a pandemia, dentre essas propunha que o Ministério da Saúde dispusesse de saúde sexual e reprodutiva a partir da garantia ao aborto legal e disseminação de métodos contraceptivos. A nota foi publicada em um momento de saúde pública delicado e acabou sendo negligenciada, devido ao combate à pandemia corrente no país¹¹⁸.

A publicação gerou reação de deputados da FPDV e dos apoiadores ideológicos do governo, o que culminou na exoneração de cinco integrantes da equipe técnica da Secretaria de Atenção Primária à Saúde e a nomeação do médico Rapahel Parente para a secretaria, com a função de combater o ativismo pró-aborto. Segundo reportagem publicada pela revista *Veja*¹¹⁹, Damares agiu no processo de críticas à nota e de exoneração dos responsáveis, suplantando Pazuello, ministro responsável pela pasta. A ação da ministra se deu de forma a afastar Bolsonaro como emissor da NT 16/2020, ao mesmo tempo que colocava a ele a responsabilidade pelo combate ao aborto, através do afastamento de funcionários do governo.

Pouco tempo após a polêmica, em agosto de 2020, o Ministério da Saúde publicou uma portaria estabelecendo novos critérios para a realização do aborto legal através do Sistema Único de Saúde. A portaria estipula quatro fases para o atendimento à vítima de estupro: a primeira sendo um relato detalhado do evento de modo a conter: dia, local, hora, forma da violência, descrição dos indivíduos e identificação de testemunhas; a segunda fase consiste em um parecer técnico do médico responsável, após exame físico, exame ginecológico, avaliação da ultrassonografia e outros relativos a cada processo – nessa questão a portaria estipula que a gestante receberá atenção especializada e, no mínimo, três integrantes de uma equipe de saúde multiprofissional subscreverão o Termo de Aprovação de Procedimento de Interrupção de Gravidez, não podendo haver nenhuma discordância entre os profissionais. Essa equipe é obrigatoriamente composta por obstetra,

¹¹⁸ Como caso simbólico trago o exemplo do Hospital Pérola Byngton, em São Paulo. Referência no país sobre a prática o hospital foi utilizado para triagem de doentes da Covid-19

¹¹⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/radar/damares-atuou-junto-a-bolsonaro-contr-nota-tecnica-do-ministerio-da-saude>. Acessado em: 20/04/05.

anestesista, enfermeiro, assistente social e/ou psicólogo; a terceira fase prescreve a assinatura da gestante de um Termo de Responsabilidade que contém a advertência expressa dos crimes de falsidade ideológica e aborto, caso não se comprove o estupro; por fim, a última fase diz respeito a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em que a mulher deverá ser informada sobre desconfortos e possíveis riscos à saúde, como é o procedimento adotado, a forma de acompanhamento da assistência e da privacidade dos dados. Na prática a portaria dificulta, em várias instâncias, a realização do aborto no caso de estupro. Inicialmente, na obrigatoriedade de que a mulher reviva o crime cometido, o que provoca constrangimento e a vivência de possíveis traumas.

Em segundo momento, a portaria coloca o médico como agente investigador, o obrigando a coletar provas a fim de confirmar o ocorrido e fazendo com a que a mulher passe ainda por mais procedimentos médicos antes da realização. A confirmação da consideração da mulher como culpada é elucidada no terceiro momento, em que a vítima é coagida a assinar um documento que pode acarretar sua prisão. Por fim, a obrigatoriedade do médico em apresentar os riscos físicos e psicológicos do procedimento.

A portaria então questiona o direito da vítima de realizar o procedimento, voltando ao discurso empregado pelos movimentos de que o aborto legal não deixa de ser crime, mas é sim despenalizado. Como consequência ocorre um processo de criminalização da vítima.

Os poderes: Legislativo e Judiciário se movimentaram em relação à ofensiva do Executivo. Tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, surgiram propostas que pretendiam revogar ou suplantam a portaria publicada, ao passo que o STF marcou para julgamento a inconstitucionalidade do texto. Às vésperas do julgamento, em 23 de setembro de 2020, o Ministério da Saúde alterou o texto retirando a palavra “obrigatoriedade”, dizendo então que os médicos deverão comunicar a polícia. Com a medida o STF adiou o julgamento pedindo novas explicações ao ministério.

O tema ainda surgiu outras vezes, durante o mandato, sendo novamente uma das pautas peso para a nomeação de outro ministro da saúde, após o desligamento

de Pazuello e, mesmo anteriormente, na nomeação do procurador geral da República, Bolsonaro avaliou apenas nomes com posturas conservadoras que se opunham à questão, acabando por nomear Antônio Augusto Aras, que não estava na lista tríplice, para assumir o cargo. Aras foi o único candidato a se comprometer, em carta assinada para a Associação de Juristas Evangélicos (Anajure) em que se compromete com valores cristãos contra o aborto, ideologia de gênero, entre outros.

Bolsonaro ainda agrega em seu governo a tentativa de criação de um partido político, o Aliança Pelo Brasil¹²⁰, que tem a posição contrária ao aborto em seu próprio Estatuto e a criação do primeiro ministério dedicado a família, como já mencionado acima.

Das ações promovidas pelo MMFDH destaco campanha de prevenção da gravidez na adolescência, iniciada em 2020. Sob a ótica de uma eficácia de 100%, Damares centrou a campanha na divulgação da prática de abstinência sexual como forma de evitar a gravidez. A lógica tem sua base na concepção religiosa sobre o sexo, dado como exclusivamente para a procriação e não para o prazer (RUBIN, 2003). A questão é que adotar a abstinência como política pública, em detrimento das campanhas de conscientização da prática sexual de forma segura e distribuição de métodos contraceptivos, tem consequências não apenas no aumento de casos de gravidez na adolescência, mas também na disseminação de ISTs.

O ministério, porém, não atua diretamente em oposição ao aborto. Destaco duas campanhas que tocam o tema, porém, não de forma direta. Inicialmente, o programa Mães Unidas, que tem por objetivo promover a saúde e o bem-estar relacional da mãe com seus filhos. Busca auxiliar as famílias até dois anos completos das crianças assistidas. O programa conta com cursos de formação, palestras e rodas de conversas com mães e especialistas de diversas áreas, que envolvem a gestação e os primeiros anos da criança, buscando fazer com que a gravidez não seja interrompida.

¹²⁰ O Aliança pelo Brasil foi iniciado por Bolsonaro em 2019 após a desvinculação com PSL, partido pelo qual foi eleito. Apesar de iniciado o partido não coletou assinaturas a tempo hábil de pleitear cargos eletivos em 2020, tendo sua ideia abandonada a priori.

Outro programa é o conduzido pela secretária da família Angela Gandra, que trabalha com políticas de incentivo à adoção. Como descrito durante evento de formação do movimento Brasil Sem aborto, a política da adoção passa a ser incentivada como uma alternativa ao aborto, de forma que a mulher só fique com a criança durante o tempo de gestação. Apesar de amplamente divulgado pelos meios institucionais do ministério não foram encontradas ações específicas de atuação dentro do programa, tal divulgação tem sido uma tônica do governo.

Pautas Internacionais

O ministério de Damares também teve destaque em atuação internacional, já que por diversas vezes foi responsável por posicionar o Brasil sobre as questões que direcionariam as políticas externas do país.

Damares discursou no início de sua gestão, em 5 de fevereiro de 2019, na 40ª Reunião de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, em Genebra, Suíça. Esse foi o primeiro posicionamento do país em relação sua política de Direitos Humanos. O assunto é caro para o país, já que estudo realizado pela ONG britânica *Global Witness*, aponta o Brasil como o terceiro país com maior número de assassinatos de ativistas por direitos humanos no mundo, ficando atrás apenas das Filipinas e da Colômbia. O discurso da ministra ocorreu também, aproximadamente, um ano depois do assassinato da vereadora do PSOL, também ativista dos direitos humanos, Marielle Franco, no Rio de Janeiro. A posição do governo Bolsonaro era aguardada, já que o presidente é um crítico histórico da defesa dos direitos humanos.

O discurso de Damares, porém, não permeou os assuntos esperados, ao invés disso a ministra o direcionou para quais seriam os focos das políticas promovidas pelo governo. Dessa forma Damares promoveu que o ministério trabalharia em defesa à democracia, clamou contrariamente à Venezuela. Em relação às políticas abortivas ela enfatizou que o governo defende a vida desde sua concepção, como escrito no Pacto de São José da Costa Rica.

Em outro evento na ONU, voltado a mulheres, que ocorreu nos EUA em 13 de março do mesmo ano, Damares Alves enfatizou que o governo Bolsonaro é a favor

da inviolabilidade da vida e que considera seu início a partir da concepção. Ela relacionou diretamente a luta pelos direitos da mulher com a luta contra o aborto, apontando dualidade do movimento pró-escolha e se embasando nos direcionamentos recentes dos movimentos pró-vida: o “Salve as duas vidas” – que foram pautas no referendo Irlandês e no processo legislativo argentino, tornando-se um lema do Brasil Sem Aborto.

A atuação da ministra em atividades internacionais ocorre também mediante parcerias.

Ainda em maio de 2019 Damares discursou para os parlamentares do Partido Celeste Provida, momento em que pregou um pacto continental contra o aborto. Apesar disso a ministra pontuou que o debate sobre o aborto ocorre nos poderes Legislativo e Judiciário, não cabendo ao executivo tomar medidas a respeito. A visita da pastora ao país vizinho ocorreu durante a Reunião de Atlas Autoridades Competentes em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH). No encontro o principal tema que o governo brasileiro propôs para debate foi a perseguição de cristãos no Brasil e no mundo.

Em setembro daquele ano Damares participou da 3ª Cúpula da Demografia de Budapeste, Hungria. O evento organizado por Viktor Orbán teve como objetivo discutir a relação das cidades com a imigração muçulmana crescente, pauta que contribuiu para sua reeleição no país. O evento foi marcado por discursos de ataque à ONU e a movimentos feministas, tendo destaque, novamente, a figura de Damares Alves. Ela discursou a respeito da centralidade da família, afirmando que estaria disposta a liderar um bloco pró-família na ONU, já que o país de Bolsonaro é “pró-vida e pró-família”¹²¹, frase dita pelo próprio presidente em Assembleia Geral da ONU em setembro.

As falas da responsável pelo MMFDH denotam sim a ideologia que caracteriza o governo brasileiro, porém é preciso entender o ministério a partir de sua capacidade institucional de organização, condizentemente com as políticas de promoção dos direitos humanos no país.

¹²¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/09/21/com-damares-cupula-da-demografia-ataca-onu-feminismo-e-homossexuais.htm>. Acessado em: 20/04/2020.

A oposição ao aborto como política de Estado e um dos principais direcionamentos da política externa do país surge com a nomeação do diplomata Ernesto Araújo para o Ministério das Relações Exteriores. Graduado em letras em 1988, iniciou sua carreira na área em 1990 e atuou em frentes como Mercosul e União Europeia, assim como nas embaixadas da Alemanha, em Berlim, do Canadá, em Ottawa, e dos Estados Unidos em Washington. Foi nomeado embaixador em 2018, ano da eleição, porém, não chegou a chefiar nenhuma embaixada até ser indicado para a Chancelaria por Bolsonaro, ainda em novembro daquele ano.

Conhecido por posturas ultraconservadoras, Ernesto foi um dos integrantes do que ficou conhecida como ala ideológica do governo, guiada pelo pensamento do astrólogo Olavo de Carvalho (MARIUTTI, 2020). O chamado “olavismo” é uma ideologia bastante conservadora que tem como principais pontos a oposição ao chamado marxismo cultural, à dita ideologia de gênero, assim como ao o globalismo. Não à toa os principais nomes que seguiam a filosofia nomeados para o governo estavam na secretaria da cultura – o diretor de teatro Roberto Avim – na educação – o economista Abraham Weintraub – e Araújo na Relações internacionais¹²².

O chanceler Araújo inaugurou uma nova fase do Ministério das Relações Exteriores, caracterizada por parcerias e aproximações motivadas por questões declaradamente ideológicas. Além disso a gestão de Araújo também teve como característica uma postura subserviente aos Estados Unidos da América, país então presidido pelo empresário Donald Trump.

As mudanças nesses dois ministérios trouxeram uma drástica alteração da postura internacional do Brasil frente às pautas de direitos humanos. Se nas gestões anteriores o país era conhecido por uma postura progressista (ALVES, 2009) passou a conduzir uma grande ofensiva aos direitos sexuais e reprodutivos.

Em junho de 2019, o Ministério das Relações Exteriores transmitiu orientações para diplomatas, guiando-os a dizer que em negociações e fóruns multilaterais deveria ser reiterado que o governo brasileiro considera a palavra *gênero* sinônimo de sexo biológico: feminino ou masculino. A medida visava marcar posição do país em relação

¹²² O olavismo teve grande importância no início do governo, sendo chamado pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, como o mentor ideológico do governo. A ideologia perdeu gradualmente seu destaque, tendo seus ministros fastados um a um principalmente depois do afastamento do astrólogo com o capitão reformado do exército.

ao que se considera como ideologia de gênero. Para além das questões sobre identidades sexuais a construção da tal ideologia de gênero, abrange também a cara questão da educação sexual e reprodutiva, que veio a compor o conjunto das políticas externas do país.

Em primeiro lugar, destaco a abstenção de voto em uma resolução do Conselho Econômico Social da ONU, referente à coordenação de trabalhos humanitários internacionais em junho de 2019¹²³. O governo brasileiro recusou a cláusula referente à saúde sexual e reprodutiva da mulher, por considerar que o texto criava aberturas para a legalização do aborto. A resolução procurava um fortalecimento da coordenação de trabalhos humanitários internacionais em relação a pessoas afetadas por crises humanitárias. O trecho em debate referenciava a assistência de saúde sexual e reprodutiva.

A iniciativa contrária ao texto veio da comitiva dos Estados Unidos, postulando que o termo fosse substituído de forma que se salientasse a saúde materna e deixasse claro que a resolução evitaria o aborto. A ação condiz com a postura do então governo de Donald Trump, apresentada no capítulo 2, de aproximação com o eleitorado cristão de forma a combater o aborto também internacionalmente.

Mesmo com aproximação declarada à política externa e ideológica dos EUA, Ernesto Araújo optou por se abster da votação, junto com outros representantes de nove países. Segundo o chanceler, o Brasil estava de acordo com proposições apresentada pelas EUA, mas as novas diretrizes iam contra leis internas do país, por isso era obrigado a votar contra.

Outra abstenção de destaque, no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, se deu em julho de 2020. A resolução proposta pelo México visava combater a discriminação de mulheres e meninas, principalmente no contexto da pandemia da Covid-19, estabelecendo uma cartilha de orientação para que os Estados signatários seguissem. A delegação brasileira se alinhou a países declaradamente conservadores - como Egito, Paquistão e Arábia Saudita - durante a fase de elaboração, mas se absteve nas fases de proposição e votação das orientações. Os principais pontos debatidos eram ligados ao reconhecimento dos Estados governos a jovens

¹²³ Disponível em: <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/06/26/brasil-se-abstem-em-voto-sobre-saude-sexual-e-reprodutiva-na-onu>. Acessado em 25/03/2021.

defensoras de direitos humanos e na promoção de educação sexual e direitos reprodutivos.

A abstenção de voto nessas situações é malvista em dois sentidos: é interpretada como uma postura que concorda com a proposição conservadora apresentada ao mesmo tempo que não demonstra postura firme para mantê-la. A postura contrária às medidas de educação sexual propiciou acordos e aproximações internacionais diferentes dos eixos que o país operava até então, como na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CPID 25) da ONU, em novembro de 2019. Segundo as críticas apresentadas, os termos educação sexuais e direitos reprodutivos podem possuir uma interpretação ambígua, o que permitiria a realização de aborto. A delegação brasileira se recusou a apoiar uma resolução que permite a interpretação de que o aborto possa a ser utilizado como planejamento familiar. Para além do Brasil os países que se desligaram do tratado foram EUA, Hungria, Polônia, Belarus, Egito, Senegal, Uganda, Haiti e Santa Lúcia.

Destaco ainda o veto em parágrafo de um projeto de outra resolução da ONU, que visava sugerir o acesso universal à educação sexual para combater a discriminação de mulheres e meninas, em julho de 2020. A resolução proposta novamente pelo México, visava combater a mutilação genital de meninas e recebeu o veto brasileiro por conter o termo “educação sexual”, ainda sob o aspecto de que a resolução pode ser autorizada para a promoção de abortos. O veto brasileiro foi apoiado por Arábia Saudita, Catar, Bahrein, Paquistão e Iraque. Além do parágrafo específico, o Brasil exigiu também a exclusão de outros, que versava sobre as garantias de acesso à educação sexual, métodos contraceptivos, prevenção e tratamento de DSTs e acesso ao aborto seguro, quando necessário. O veto atrasou a aprovação do projeto, algo que deve causar ainda extenso debate.

Por fim, a principal ofensiva internacional direta do Brasil contra a interrupção voluntária da gravidez foi a promulgação da chamada Declaração de Genebra, em outubro de 2020. O acordo foi feito a partir de uma parceria entre o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e o Ministério das Relações Exteriores. Com o intuito de agregar um conjunto de países com posição “pró-vida” e elaborar diretrizes de atuação para o bloco na ONU, os debates a respeito de sua criação já haviam envolvido anteriormente representantes dos EUA, porém, a responsabilidade de redigir o texto e buscar outros signatários ficou a cargo do Brasil.

No evento de seu lançamento, durante reunião remota da Organização das Nações Unidas, Damares foi enfática em dizer que o documento consagra a inexistência do direito de interrupção da gravidez. Segundo a ministra “investir na família é indispensável para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza”¹²⁴.

A assinatura do documento protocolou uma aliança pela luta contra as políticas da ONU voltadas para a descriminalização do aborto. Coordenadas por Brasil e EUA, a aliança contava apenas com outros 30 países, de maioria muçulmana¹²⁵. A aliança perdeu força com a eleição do democrata presidente estadunidense Joe Biden, algo que fez com que aquele país saísse dela.

Apesar de fracassadas, em grande medida por falta de apoio significativo, as posturas e preposições têm importância no cenário nacional. Em uma articulação política muito própria de diversos setores do bolsonarismo, as posturas são realizadas com a intenção de alimentação do próprio público-alvo de apoiadores do presidente, como percebido em análise das mídias direcionadas selecionadas¹²⁶. Como exemplo, as reportagens “5 vezes que o governo Bolsonaro disse ao mundo que o Brasil era contra o aborto” e “20 razões pelas quais todo cristão deveria ser grato ao governo Bolsonaro”, do portal Sempre Família, vinculado ao jornal Gazeta do Povo. Tais reportagens reverberaram posições da evangélica Damares Alves e do católico e ex-ministro Ernesto Araújo, bem como de seus respectivos ministérios junto ao público cristão brasileiro.

Bolsonaro tem no ativismo contra o aborto um dos fatores da consolidação de sua base eleitoral cristã. Desde a escolha de seus ministros à articulação de uma aliança internacional pró-vida, segue cumprindo a postura de campanha de um candidato contra o aborto, fortalecendo o discurso já em construção para a possível campanha de reeleição. Mas, para além do processo eleitoral majoritário de 2022, as ações presidenciais fortalecem o discurso interno da base quanto aos direitos

¹²⁴ Conferência de Genebra, dia 23/10/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/outubro/declaracao-consensual-de-genebra-une-paises-em-defesa-da-vida-e-da-familia>. Acessado em: 20/04/2020.

¹²⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/10/23/brasil-assina-declaracao-internacional-contra-o-aborto-e-a-favor-do-papel-da-familia.ghtml> Acessado em 25/03/2021.

¹²⁶ Para essa pesquisa acompanhei os jornais Gazeta do Povo, declaradamente pró-vida e o jornal católico ACI Digital.

humanos e reprodutivos. Nesse sentido a efetividade das ações governamentais se mostram irrelevantes.

A demanda por políticas públicas dos setores da população é avém de necessidades físicas pungentes, sejam essas questões econômicas imediatistas, serviços básicos como saúde, transporte e educação, obtenção e legislações e direitos para grupos específicos dentre outros. Devido a essa característica a conversão da realização dessas políticas em resultados eleitorais acontece, principalmente, mediante do resultado obtido. Nesse sentido a intencionalidade de realização das políticas específicas é irrelevante, é a efetividade social dessas ações que se converte em votos.

A mesma lógica não é válida para políticas ideológicas. Quando consideradas motivações puramente ideológicas em eleições a sensibilidade práticas das políticas empregadas não é considerada já que, em grande medida, a política não surge em um resultado visível. Ao entender a realização de projetos a partir de uma subjetividade do indivíduo a implantação, ou não, de determinadas políticas passa a ser irrelevante já que a intencionalidade de a aplicar é o que garante a identificação do eleitorado com o candidato.

Esse movimento baseia estratégias de atuação política. A fim de assegurar a implantação de políticas é necessário ao governante a articulação com diversos campos do espectro político diminuindo a sua governabilidade (DAHL, 1997) ao passo que se não exista a necessidade da efetividade da política não existe também a necessidade da articulação.

As medidas ideológicas tomadas pelo governo de Jair Bolsonaro se justificam quando entendidas dessa forma, a exemplo a própria atuação das Brasil internacionalmente em relação as políticas de interrupção da gravidez. A postura adotada Ernesto Araújo e Damares Alves perante os membros da ONU custaram a imagem que o país havia construído na atuação de governos anteriores. A efetividades dessas ações, porém, se mostrou baixa ou nula. Mesmo a organização de um pacto internacional em defesa da vida, que Damares defendia desde o início de sua gestão, se mostrou ineficaz com a mudança na política interna dos Estados Unidos. As ações, porém, tem a sua utilidade dentro de um eleitorado bolsonarista

específico que toma a identificação ideológica com o político como objeto real de intencionalidade de voto em detrimento da efetividade da política.

Considerações finais

A questão do aborto é ainda um tema bastante provocativo mesmo em países que a descriminalização é aprovada, seja através de garantias legais ou de simples despenalização o assunto não se faz resoluto. De fato, o surgimento e a consolidação dos movimentos pró-vida decorrem dessa liberalização ou, pelo menos, das tentativas políticas de realizá-la. Os exemplos são muitos, mas é possível citar a *March of Life*, em 1974, nos Estados Unidos, logo após a liberdade legal concedida pela Suprema Corte do país com o caso *Ron Vs Wade*; o *Partido Celeste Provida*, em 2018, na Argentina, durante os primeiros debates mais efusivos sobre a descriminalização e mesmo o *Brasil Sem Aborto*, advindo de movimentações no parlamento nacional.

O extenso debate sobre o tema se dá devido à sua grande complexidade. Já que várias são as esferas sociais as quais tema perpassa. Inicialmente, cito a questão de saúde pública, sendo o aborto uma realidade, independentemente de sua legalização ou não. Não existem dados seguros sobre o número de abortos realizados no país ou as internações e óbitos relacionados a isso. Por isso trabalhos como o de Cardoso, Vieira e Saraceni (2020) são de grande importância já que as pesquisadoras cruzam dados de três diferentes bases a fim de chegar, o mais próximo possível, da realidade. – Só no período de 2006 a 2015, no Brasil, ocorreram 200 mil internações por procedimentos relacionados ao aborto sendo, entre esses, apenas cerca de 1600 por razões legais.

Ao mesmo tempo, o aborto é também uma pauta feminista, relacionada ao direito ao corpo. A construção da masculinidade passa pela mulher como instrumento puro de reprodução, sendo que a única forma de se libertar desse processo é a privação sexual. A possibilidade da legalização do aborto permite a liberdade de corpo e a liberdade sexual feminina.

A outra questão que perpassa direta e indiretamente o tema é a da moral religiosa. O aborto é condenado pela maioria das religiões de matriz cristã e “neocristã”, que englobam a absoluta maioria da população (SOUZA, 2012). O catolicismo e o protestantismo consideram que a vida humana se inicia a partir da concepção e qualquer forma de interrupção de gravidez é, portanto, assassinato. Para os espíritas o aborto representa a nulidade de uma reencarnação vindoura, como

aponta o livreto “*Em defesa da vida*”, editado pela Federação Espírita Brasileira¹²⁷. A descriminalização é, portanto, uma afronta à visão de mundo desses indivíduos, que representam grande parcela do todo social brasileiro.

O embate direto ocorre, principalmente, entre a perspectiva feminista, de direito ao corpo da mulher, e a moral religiosa, sendo a questão de saúde pública mobilizada de acordo com as necessidades de cada grupo, em prol da legitimação ou deslegitimação dos dados apresentados.

O debate se acirrou com a entrada de grupos evangélicos pentecostais e carismáticos católicos na política institucional, pleiteando e assumindo cargos eletivos. Esse movimento trouxe o aborto não apenas para o debate político interno ao Legislativo, mas também para as disputas eleitorais. O posicionamento popular sobre a questão é de tamanha força que foi de grande importância nas eleições presidenciais de 2010 e 2018, com a vitória de Jair Bolsonaro na última. Ao compreender que a esfera política é de disputa em torno da questão, para além dos aspectos religiosos, alguns movimentos se organizam a fim de marcar posição na disputa. Muito inspirados pelos movimentos *prolife* surgidos nos EUA, após o processo judicial de legalização do aborto no país, surgem no Brasil os movimentos pró-vida.

Também por compreender a importância da representação parlamentar os movimentos passaram a estabelecer estratégias de atuação política. A formulação do Movimento Pela Cidadania O Brasil Sem Aborto vem a partir da identificação dessa realidade. Como apontou a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves - em entrevista exclusiva concedida em 04 de maio de 2021 - havia necessidade da criação de um movimento que pudesse angariar militantes de diversos segmentos religiosos e partidos. Sendo assim, o Brasil Sem Aborto foi criado como um movimento supra religioso e suprapartidário, para que pudesse arregimentar adeptos através da pauta contra o aborto, não exclusivamente a partir do discurso religioso. Para tal o movimento edificou um discurso baseado em parâmetros científicos, a partir de especialistas das áreas de biologia e direito, condizentemente ao que conforme o “secularismo estratégico” (Vangione,). Maria das Dores Campos Machado, junto com

¹²⁷ Disponível em: <https://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/11/Livreto-Aborto.pdf>. Acessado em: 03/05/2020.

Joanildo Burity (2014) e depois individualmente (Machado, 2015) já chamou atenção para o fato de atores conservadores cristãos, sobretudo evangélicos, terem adquirido tal gramática no debate público.

O Brasil sem Aborto realiza diferentes ações mediante diferentes estratégias, abrangendo formação de seus militantes e mobilização por pressão política. As ações de formação se dão sobretudo no Seminário em Defesa da Vida, que traz discursos acadêmicos relativos às pautas momentâneas sobre as quais o movimento se debruça, além de palestras em escolas municipais, estas atividades buscam também contemplar os discursos com bases científicas, por recomendação dos organizadores, mesmo sem a segurança de quem ministrará tais palestras será isento no posicionamento religioso.

Destaco como iniciativas políticas a campanha “A vida depende de seu voto”, em que candidatos assinam um termo em que se comprometem a defender a vida no Congresso Nacional, caso eleitos e em troca têm seus nomes divulgados pelo movimento durante as campanhas eleitorais. O processo eleitoral, tanto fortalece o movimento quanto indica futuras bases de apoio no Poder Legislativo. A outra atividade política é a Marcha Nacional Pela Vida, que ocorre anualmente em Brasília e tem por finalidade demonstrar numericamente o apoio popular à causa. A marcha tem também suas realizações regionais estaduais e municipais.

A antiga atuação das pautas pró-vida tem suas consequências nas movimentações legislativas. Diversos foram os momentos em que a questão foi mobilizada, principalmente nas últimas legislaturas. Na Câmara, por exemplo, a PEC 181/2015, que considera a vida desde a concepção; o Estatuto do Nascituro, que prevê criminalização do aborto no caso de estupro, ao mesmo tempo em que prescreve que o estupro tenha obrigações financeiras de paternidade. Tal proposta caminha, agora, para o Senado Federal, casa que acabou por arquivar a PEC 29/2015, que era um projeto similar à PEC citada acima.

Os movimentos em favor da descriminalização se encontram no Judiciário. Recentemente, foram debatidas Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental que permitiram legislar sobre o tema. A ADPF 54, aprovada em 2016, permitiu o aborto em caso de diagnóstico de anencefalia no feto. A rejeitada ADPI 5.581, em 2020, a aprovação de interrupção de gravidez caso diagnostica a

microcefalia devido a contaminação da mãe por Zika Vírus e a ADF 442, que, na prática, legaliza o aborto no país até a 12ª semana de gravidez. Dessa forma o poder Judiciário é visto como opositor a ser batido pelos movimentos pró-vida, ao passo que o Legislativo é visto com otimismo por eles, principalmente em face da 56ª Legislatura, muito conservadora.

Já a relação com o Executivo se alterou após o Jair Bolsonaro assumir a cadeira presidencial em 2019. O aceno mais veemente a esses movimentos foi a nomeação de Damares Alves, para o MFDH. A ministra tem consolidada atuação nos movimentos pró-vida, sendo, como já dito, uma das fundadoras do O Brasil Sem Aborto e assessora parlamentar de diversos deputados que defenderam o tema. Segundo a própria Damares foi exatamente essa bandeira que a levou ao posto.

A atuação ministra é incisiva e não isolada no governo Bolsonaro. A estruturação da base ministerial teve na oposição ao aborto um ponto em comum. O MMFDH teve colaboração, principalmente com o Ministério da Saúde, buscando restringir o acesso ao aborto legal no caso de estupro, como visto no caso que ocorreu em agosto de 2020¹²⁸, e do Ministério das Relações Exteriores, se articulando como uma referência pró-vida no mundo.

Entendo que, se antes, esses movimentos possuíam uma atuação relativamente discreta, agora, seus desdobramentos são evidentes. Parlamentares ligados a eles tinham sua atuação interpretada pelo grande público como algo feito a partir de motivações pessoais ou puramente religiosas. A ascensão desses movimentos aos postos mais altos do Poder Executivo tornou a necessidade de entendermos a pauta da criminalização do aborto a partir da forma pragmática com que ela se insere na política partidária, através de processo de inserção política racionalizada. Se antes os parlamentares e movimentos adotavam uma postura de

¹²⁸ No início de agosto de 2020 veio a público uma denúncia de uma criança grávida no estado do Espírito Santos, vítima de abuso pelo tio. Após o hospital local alegar não ter condições materiais para realizar o procedimento a menina foi encaminhada para um hospital especializada em Recife-PE. O caso ganhou um teor político quando a militante pró-vida, Sara Geromini, divulgou o nome da criança e o local em que o procedimento seria realizado, o que provocou uma manifestação na frente do hospital, por movimentos e políticos locais. Segundo reportagem divulgada pela Folha de São Paulo, Damares agiu para impedir o aborto da criança enviando a secretária Ângela Gandra, entre outros, para persuadir a família. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acessado em: 03/05/2021

defesa em relação aos possíveis avanços favoráveis a descriminalização, hoje o conservadorismo institucionalizado permite que sejam propositores de pauta e de políticas públicas federais

Esta tese identificou os primeiros anos da sistematização dos processos conservadores e seus avanços sobre os Poderes da República, com foco na questão do aborto. Para acompanhamentos futuros é preciso considerar que a eleição de Jair Bolsonaro foi apenas uma consagração do conservadorismo e que o empoderamento adquirido nos últimos anos tende ainda a ressoar, de alguma maneira, mesmo após seu mandato.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Do dever ao poder ser mãe: sobre o direito ao aborto e maternidade. *In*. BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e democracia*. São Paulo, Alameda casa editorial, 2016, pp 17-46

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada – evangélicos e pentecostalismo. *In*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.50, 2017.

_____. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *In*. *Novos Estudos*. CEBRAP V38. Pág 185-213. São Paulo. Jan-Abril 2019

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Belo Horizonte – MG, 2007.

_____. *Estado de Exceção*. Editora Boitempo. São Paulo, 2004.

BAPTISTA, Saulo. *Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo, Instituto Metodista Izabela Hendrix e Annablume, 2009.

BARBOSA, Allan Wine Santos, “A construção espírita do problema do aborto: ordem espiritual e discurso público”. *Religião e Sociedade*. v. 39, n. 3, 2019, p. 152-172.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. *In*. *Magia, Técnica e Arte Política*. Editora brasiliense. Brasília. 1987.

_____. Ziir Krittik del' Gewalt. *In* *Gesammelte Schr*. Frankfurt. v. II. 1977.

_____. *A origem do drama Barroco alemão*. Editora brasiliense. Brasília. 1987.

_____. Para uma crítica da violência. *In* *Escritos sobre mito e Linguagem*. Editora 34. São Paulo.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado, elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo, Paulus, 1985.

- _____. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 21, nº 1, p. 9-24, 2000.
- BIROLI, Flávia. Aborto, justiça e autonomia. In. BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e democracia*. São Paulo, Alameda casa editorial, 2016, pp 17-46
- BIROLI, Flávia. & MARIANO, Rayani. O debate sobre o aborto na Câmara dos deputados (1991 - 2014) In. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.50, 2017.
- BLANCARTE, Roberto. Laicidad: La contrucción de um cencepto de validez universal. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 2 ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.
- BURITY, Joanildo. *Identidade e política no campo religioso*. Recife, IPESPE, Editora da UFPE, 1997.
- BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Orgs.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco e Ed.Massangana. 2006.
- BRASIL. Relatório PEC 29/2015.
- CARDOSO, Bruno B. & VIEIRA, Fernanda M. S. B. & SARACENI, Valeria. Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?. in. *Cadernos de Saúde Pública*. vol.36 supl.1 Rio de Janeiro 2020 Epub Feb 21, 2020
- CARRANZA, Brenda. *Renovação Carismática: origens, mudanças, tendências*. Aparecida, Editora Santuário, 2000.
- CORRÊA, Para Mariza. Conservadorismo, direitos moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. In. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.50, 2017.
- CASTELLS, Manuel. *Ruptura: A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2018

- DAHL, ROBERT. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995. 356p
- DUARTE, Larissa Costa, *O pornogate de Ronald Reagan: pornografia, minorias e políticas sexuais*. In. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.
- EMMERICK, Rulian. O direito à vida e o aborto no Congresso Nacional: os argumentos religiosos e os riscos de retrocesso dos direitos reprodutivos das mulheres. In *40º Encontro Anual da ANPOCS*. Anais. Caxambu - MG. 2016.
- FERNANDES, Silvia Regina. Sociologia da religião, pluralismo e intolerâncias: pautas contemporâneas. *Contemporânea*. São Carlos. v. 5, n 2, p. 289-308, jul/dez 2015.
- FISCHMANN, Roseli. *A proposta da Concordata da Santa Fé e o debate na Câmara Federal*. Campinas, Educ. Soc., vol. 30, n. 107, maio/ago. 2009, p. 563-583.
- FONSECA, Alexandre Brasil C. de. *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil: um estudo sobre a participação dos principais atores evangélicos na política (1998 - 2001)*. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo: USP, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Martins Fontes. São Paulo 2005.
- FRESTON, Paul. *Protestantes e políticas no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado em ciências sociais. Campinas, Unicamp, 1993
- GOMES, Elias Evangelista. Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do v sexo. *Etnográfica*. Lisboa , v. 19, n. 1, p. 51-57, fev. 2015
- GIUMBELLI, Emerson. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. Porto Alegre. *Ciencias Sociales y Religión*, v. 13: n. 14: 119-143, 2011.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação legal no Rio Grande do Sul. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.19, p.279-314, 2002.

LUNA, Naara. A Polêmica do Aborto e o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 57, p. 239-277, 2014.

_____. A controvérsia do aborto e a imprensa na campanha eleitoral de 2010. *Caderno CRH*. UFBA., v. 27, p. 367-391, 2014.

_____. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. *Religião & Sociedade*. v. 33, p. 71-97, 2013.

MARIZ, Cecília. A opinião dos evangélicos sobre o aborto. In: FERNANDES, R. C. et al. (Org.). *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política*. Rio de Janeiro: Iser, 1998. p.211-223.

MACHADO, Lia Zanotta. Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas. In. *Série antropológica*, Brasília, n.419, 2008.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. In. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.47, 2016.

_____, Lia Zanotta. Abortion as a right and abortion as a crime: the neoconservative setback. In. *Cadernos Pagu*. Campinas, n.50, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. v. 57, n. 3, 2014, pp. 601-631.

MACHADO, Maria das Dores Campos. O tema do aborto na mídia pentecostal: notas de uma pesquisa. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v.8, n.1, p.200-211, 2000.

_____. Conflitos religiosos na arena política: o caso do Rio de Janeiro. *Ciencias Sociales y Religión*. Porto Alegre, ano 6, nº 6, p. 31-49, 2004

_____. *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro - Editora FGV, 2006.

- _____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)*, p. 25-54, 2012.
- _____. Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro. v 32, nº 2, p. 29-56. 2012.
- _____. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília. n 7, pp. 25-54. 2012.
- _____. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos Religião, cultura e política. *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro. v 35, n 2, p. 45-72. 2015.
- _____. Política, direitos humanos e aborto: uma análise das opiniões dos líderes pentecostais brasileiros. In. BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e democracia*. São Paulo, Alameda casa editorial, 2016, pp 17-46
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e a política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo, Brasiliense, 1989
- MANDUCA, Vinicius. *Atores políticos do pentecostalismo católico e evangélico paulista*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2015
- _____. A religião e o aborto no Estado nacional: do Racismo de Estado à Vida Nua da mulher. In. *Observatório da Religião*. V. 3, p 39-54, 2016
- MARIANO, Ricardo. Pentecostais e política no Brasil. In. *Ciência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. Internet, v. 65. 2005.
- _____. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. *Civitas*. Porto Alegre, v. 11, nº 2, p. 238-258, 2011.
- MARIZ, Cacília L. *A Renovação Carismática Católica, uma igreja dentro da igreja?*. *Civitas*. Porto Alegre. 2003
- MIGUEL, Luis Felipe. O direito ao aborto como questão política. In. BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e democracia*. São Paulo, Alameda casa editorial, 2016, pp 17-46

MIRANDA, Julia. Carisma, sociedade e política: novas linguagens do religioso e do político. *Relume Dumará*. Rio de Janeiro. 1999.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Luis Felipe. Aborto e democracia. *In Estudos Feministas*. (UFSC, Florianópolis). v 20, n 3, p. 6057-672. 2012.

_____. O direito ao aborto como questão política. *In*. BIROLI, Flávia & MIGUEL, Luis Felipe. *Aborto e democracia*. São Paulo, Alameda casa editorial, 2016, pp 17-46

LÖWY, Michel. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000. 217

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Acima dos direitos sexuais está a Bíblia? Respostas de segmentos conservadores a diversidade sexual. *Religião e Sexualidade*, Rio de Janeiro, 04 jun. 2008.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e políticos brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, nº 53. 2003a.

ORO, Ari Pedro. 2003. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Civitas*, v. 3, nº 1, p. 97-110.

_____. A Igreja Universal e a política. *In*: BURITY, Joanildo & MACHADO, Maria das Dores Campos (Org.). *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Massangana. 2006.

_____. *Avanço Pentecostal e Reação Católica*. Rio de Janeiro. Editora Vozes; 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Representantes de Deus em Brasília: A bancada evangélica na Constituinte. *In. Ciência Sociais Hoje*. São Paulo. Vértice e ANPOCS, 1989.

PIERUCCI, Antônio Flávio. & PRANDI, Reginaldo. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia*. São Paulo, Brasiliense e Cebrap, 1975.

_____. *Um sopro do espírito*. São Paulo, Edusp 1997.

PRANDI, Reginaldo & SANTOS, Renan Willian. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea*. São Carlos. v. 5, n 2, p. 351-379, jul/dez 2015.

PROCOPIO, Carlos Eduardo. Carismáticos católicos e eleições no Brasil. *Ciencias Sociales y Religión*. V. 14, p. 75-99, 2012

RANQUETAT JR, Cesar Alberto. *Laicidade à brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos*. Tese de doutorado em antropologia social. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

REIS, Marcos Vinícius Freitas. *Política e Religião: A participação política dos católicos carismáticos do Brasil*. Tese de doutorado em sociologia. São Carlos - SP, UFSCar 2016.

RIBEIRO, Cláudio de Oliveira. Pluralismo religioso, direitos humanos e democracia. in *Horizonte*. Belo Horizonte, vol. 13, n. 40, p. 1805-1825, 2015.

RIBEIRO, Luis Felipe. Aborto e democracia. In. *Revista Estudos Feministas*, vol 20, nº 3. Pp. 658. Santa Catarina. 2012.

ROSADO-NUNES, Maria José Direitos, cidadania das mulheres e religião. In. *Tempo Social*. (USP, Impresso), v. 20, pp. 67-81. 2000

_____. O aborto sob o olhar da reigião: um objeto a procura de autor@s. In. *Estudos de Sociologia*. (São Paulo), v. 17, pp. 21-43. 2012

RUBIN, Gayle. "Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade". *Cadernos Pagu*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SANTIN, Myriam Aldana. *Aborto Legal: Igreja Católica e o Congresso Nacional*. Publicações CDD, São Paulo – SP. 2000

- SETZER, Mark. Did Brazilians Vote for Jair Bolsonaro Because They Share his Most Controversial Views?. *In. Revista Brasileira de ciência política*. vol.15 no.1 São Paulo 2021 Epub Oct 19, 2020
- SCAMPINI, José. *A liberdade religiosa nas constituições brasileiras*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SILVEIRA, Emerson Sena da Silveira. Terços, “Santinhos” e Versículos: A relação entre católicos carismáticos e a política. *In. Rever*. São Paulo. 2008
- SOFIATI, Flávio Munhoz. *Religião e Juventude: Os novos carismáticos*. Ideias & Letras, Aparecida – SP, 2011
- SOUZA, André Ricardo de. O pluralismo cristão brasileiro. *Caminhos*. UFG, v. 10, nº1, 2012, pp. 129-14. 2012
- _____. Meandros da força política evangélica no Brasil. *Cultura y Religión*. v. 7, p. 117-128, 2013.
- SOUZA, André R. & ABUMANSUR, Edin S. & LETITE JR, Jorge. Percursos do Diabo e seus papéis nas igrejas neopentecostais. *In. Horizontes Antropológicos*. 2019, vol.25, n.53, pp.385-410
- SOUZA, Beatriz Muniz de. A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo. São Paulo, *Duas Cidades*. 1969
- SYLVESTRE, Josué. Irmão vota em irmão: os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia. *Pergaminho*. Brasília, 1986.
- VAGGIONE, Juan Marco. Reactive politicization and religious dissidence: The political mutations of the religious. *Social Theory and Practice*. V. 31, n2: 2005, p. 233-255.
- VINHA, Luis Miguel da. A vitória eleitoral de Donald Trump: uma análise de disfunção institucional. *In. Revista de Sociologia e Política*. v. 26, n. 66, p. 7-30, jun. 2018.
- VELASCO, Demetrio. La contrucción histórico-ideológica de la laicidad. In COSTA, Nestor da (Org.). *Laicidad em America Latina y Europa: repensando lo religioso entre lo publico y lo privado em el siglo XXI*. Montevideo. CLAEH. 2006

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

_____. *A psicologia social das religiões mundiais*. In: *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

_____. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. Brasília, Editora da UnB, 1991.